

Mobilidade territorial em Paris: Decadência, Nobilitação e Desterritorialização.

Trabalho teórico.

-

Autor:

André Miguel Silva Cardoso

-

Orientador:

Prof. Dr. Joaquim Moreno

Resumo

O presente trabalho de investigação teórica analisa as dinâmicas de mobilidade social que ocorreram em Paris desde os finais do século XIX até aos dias de hoje. Incide sobre o papel que a nobilitação urbana desempenha na reorganização sócio-espacial do território e como se articula com a noção de simultaneidade social.

Résumé

Ce travail de recherche théorique analyse les dynamiques de mobilité sociale qui ont eu lieu à Paris à partir de la fin du XIX^e siècle à nos jours. Il est axé sur le rôle que joue l'embourgeoisement urbain dans l'organisation socio-spatiale du territoire et sa relation avec le concept de mixité sociale.

Abstract

This theoretical research analyzes the dynamics of social mobility that took place in Paris from the late nineteenth century to the present day. It focuses on the role that urban gentrification plays in the socio-spatial organization of the territory and how it's connected with the idea of social mix.

Índice

Introdução

Apresentação, estrutura e método

I. DECADÊNCIA

O problema histórico de Paris

II. NOBILITAÇÃO

Renovação urbana e social

III. DESTERRITORIALIZAÇÃO

A cidade contemporânea

Conclusão

Estetização, moda e mito urbanos

Bibliografia

	7
1. Paris, cidade industrial	17
<i>Industrialização</i>	
2. Embelezamento estratégico – <i>embourgeoisement</i>	29
<i>A mitificação da cidade como espetáculo</i>	
3. Um subúrbio em expansão, um centro decadente	43
<i>A construção dos Grands Ensembles, a destruição de Les Halles</i>	
4. O papel da crítica artística	61
<i>Construção do sentido crítico, duas obras de Matta-Clark</i>	
5. Maio de 68 – a luta pelo direito à cidade	73
<i>Reivindicação social</i>	
6. Nobilitação urbana - <i>gentrification</i>	87
<i>Contexto parisiense e caso do Marais</i>	
7. Paris, cidade global	103
<i>Metropolização e Globalização</i>	
8. Um urbanismo de exclusão - <i>evictions</i>	109
<i>A cidade imposta</i>	
9. Um urbanismo de inclusão - <i>mixité sociale</i>	115
<i>O paradigma atual de “fazer sociedade”</i>	
	127
	132

Introdução

Motivação, método e estrutura

Motivação

A ideia de estudar a mobilidade territorial no contexto da cidade de Paris, surge na sequência de duas experiências determinantes.

Primeiro, o ano letivo¹ de 2012-13 passado na École Nationale Supérieure d'Architecture em Belleville, no 19º *arrondissement* parisiense. O bairro onde se encontra a faculdade é densamente habitado, aliás, como toda a cidade. Mas a particularidade de Belleville é a incomum heterogeneidade social, especialmente devida à forte presença de comunidades imigrantes. Contudo, tem um ambiente relativamente pacífico e animado. Além disso, nota-se uma crescente tendência de chegada de novas comunidades artísticas ao bairro atraídas pela atmosfera comunitária, por maiores espaços e rendas mais baixas que nos *arrondissements* mais centrais. A própria faculdade² encontra-se, depois de 2009, instalada nas premissas de um antigo liceu municipal e edifícios adjacentes, como uma área bruta de 15.600 m². Não é um quarteirão turístico, o que lhe confere algum recato da agitação central, no entanto, é muito bem servido por transportes coletivos, o que faz com que seja fácil movimentar-se para qualquer lado da cidade. Mais do que a nível municipal, a mobilidade territorial é garantida por uma imensa e complexa rede de transportes intermodal. Todos os dias, milhares de pessoas, de toda a região parisiense, afluem à cidade. A experiência desta realidade foi avassaladora³.

¹Ao abrigo do programa de mobilidade ERASMUS.

²Dados oficiais da escola, consultados em <http://www.paris-belleville.archi.fr/>.

³O autor morou no subúrbio, departamento 91, Essonne, a cerca de 40 km da faculdade.

Em segundo lugar, o estágio de arquitetura no gabinete de Eduardo Souto de Moura, no ano seguinte. A colaboração em alguns projetos de habitação no sul de França permitiu compreender a realidade atual do urbanismo francês. Termos como *eco-quartier* e *mixité sociale* despertaram o interesse pela problemática do urbanismo. De que forma a arquitetura se articula com a legislação política? Como é que o arquiteto pode projetar um conjunto habitacional unitário e que responda ao mesmo tempo à questão da simultaneidade social, já que esta política implica ter habitação mais económica “misturada” com habitação mais cara? Há arquitetura para ricos e para pobres? Podem estas arquiteturas coexistir e no entanto formar um todo coerente? O livro de Alain Bourdin⁴, “O Urbanismo Depois da Crise” (2010), abria uma porta para alguns dos problemas do urbanismo dos últimos 30 anos. Contudo, o livro é mais um convite à reflexão. Bourdin limita-se a enunciar alguns temas e a especular sobre eles – como disse Eduardo depois de ler o livro⁵: “Nota-se que é francês, está confuso.” De que forma, então, seria possível clarificar os programas sobre os quais o urbanismo atual opera? Quais são as suas reais implicações na sociedade?

⁴Diretor do Institut Français d'Urbanisme.

⁵Por sugestão do autor da presente dissertação.

À medida que se aprofundava o tema, ficou cada vez mais evidente a necessidade de pensar o urbanismo num panorama mais geral e historicamente enquadrado. Um livro determinante para estruturar o sentido da pesquisa foi “O Direito à Cidade”, que Henri Lefebvre escreve em 1967 e publica no ano seguinte.

Porquê Lefebvre?

Lefebvre (1901-1991) encontra-se precisamente na rótula temporal entre a cidade industrial e a cidade atual. O autor articula a reflexão entre o passado e o (seu) presente, e projeta os acontecimentos futuros. Na véspera do Maio de 68, a sua leitura da realidade urbana é um convite à participação e à ação dos cidadãos na construção da cidade. Os impactos desta sua análise vão ser determinantes no despoletar da contestação estudantil que culmina nos eventos de Maio. Carlos Fortuna (2012), na apresentação à 1ª edição em português do livro, afirma que muito do conhecimento que existe sobre o funcionamento e a origem da cidade atual deve-se ao modo como Henri Lefebvre aprofundou o conceito de “urbano” e abriu o campo científico e político à imaginação e à utopia, em busca da cidade possível. Hoje sabe-se muito sobre as cidades em resultado dos apurados sistemas de produção de conhecimento e de informação recolhidos em resposta aos novos posicionamentos epistemológicos que Lefebvre traçou. O fato de a “cidade ideal” para Lefebvre – justa, bela e democrática – ainda não se ter realizado hoje, justifica o regresso a ele. “O Direito à Cidade” marca uma completa viragem nas orientações teórico-filosóficas deste sociólogo, dado que a questão urbana passa a constituir-se o cerne da questão social. Lefebvre dedica-se à cidade da era industrial da Europa que contém em si os resultados da crise gigantesca que acompanhou a passagem do capitalismo comercial e mercantil para o capitalismo industrial. Em Maio de 68, reclamava-se o direito à cidade face à exclusão e marginalização social a que a cidade pós-industrial sujeitava grande parte dos seus habitantes. Lefebvre defendia a hegemonia do urbano sobre a sociedade no seu todo. Para Lefebvre, o espaço urbano é, manifestamente, uma construção social, fruto de práticas sociais e de decisões políticas tecidas pela história dos lugares.

Porquê a cidade?

Justificar o porquê de Lefebvre já é, em parte, justificar o porquê da cidade. A cidade não pode ser vista nem interpretada como uma coisa. Não é a expressão física do conjunto dos seus edifícios – cidade é a vida social, sensorial e emotiva que tem lugar entre estes, é o que se experimenta nos espaços abertos/públicos e nos encontros significativos que se podem desenrolar nestes espaços de permeio. O espaço das cidades, incluindo as suas centralidades, não pode ser concetualizado como estrutura monolítica e inalterável, mas antes como objeto de negociação social. Estes espaços, atualmente decadentes, precisam de estratégias inovadoras para que sejam socialmente resgatados e trazidos de novo para o “centro” da cidade. Lefebvre defende que a chave do sucesso é o reforço da cidadania, ou seja, o exercício ilimitado do “direito à cidade”. O “direito à cidade” de que fala Lefebvre é a acção coletiva política e cultural, concertada e insurgente. É o direito à vida urbana, transformada e renovada.

Porquê Paris?

Os problemas relacionados com a urbanização são, à partida, tanto maiores quanto maior for a extensão da cidade. Podemos pensar, por exemplo, nas mega-metrópoles chinesas, com mais de 10 milhões de habitantes (Hong Kong, Zhengzhou, etc.) que surgiram e cresceram exponencialmente devido à desterritorialização rural. São cidades construídas de lógicas puramente capitalistas, direccionadas para a sobre-exploração da produção, onde reina a contrafação, a poluição, a insalubridade. No entanto, a cidade de Paris representa uma vantagem sobre estas uma vez que tem vindo a ser profundamente estudada e é extremamente bem documentada. Também, a proximidade cultural e os pontos comuns que partilha com a realidade portuguesa, torna-a um caso de estudo mais “análogo”. Além disso, os relatos e as experiências dos próprios autores parisienses, ao longo da história, fornecem-nos as coordenadas necessárias para realizar a nossa própria reflexão.

Porquê “mixité sociale” (fr.) e “gentrification” (ing.)?

A temática da *mixité* socio-espacial encontra-se na ordem do dia do discurso da habitação em França (e noutros países) e está generalizadamente acreditada, ainda que fosse raro considerar-se determinante antes de 1980, como diz Genestier (2010: 33). No trabalho, é usado o termo *mixité* quando nos referimos especificamente ao termo enquanto “contendor de sentidos” e objeto de análise científica; no caso de uma referência mais ideológica (genérica), é utilizado o termo português equivalente – simultaneidade.

A *gentrification* tem sido outro dos temas mais estudados na atualidade. Ainda que na sua génese tivesse sido empregue com um sentido crítico, para denunciar a expropriação das classes populares do centro da cidade (Glass, 1964), acaba por vir a ser vulgarmente usado para designar um processo de “revitalização” urbana. Algumas das implicações, nomeadamente sociais, culturais e espaciais, são caso de análise neste trabalho. Uma vez que o termo português equivalente é “nobilitação”, vai ser usado com o mesmo critério definido anteriormente em relação à *mixité* (em alguns casos, porém, opta-se pelo termo “gentrificação” pelo fato de já ter sido incluído no léxico da língua portuguesa e por uma questão de fluidez do discurso). *Embourgeoisement* é descrito inicialmente⁶ como o processo de alteração social induzido pelas operações urbanas de haussmannização e será referido no capítulo 2. Anne Clerval, numa entrevista, refere que a noção de *gentrification* “designa um *embourgeoisement* específico dos bairros populares, através da substituição da população e da transformação material da cidade”. Dado isto, será empregue o termo “nobilitação” para ambos, por dois motivos: 1) a diferença principal entre estes dois processos é, essencialmente, uma questão de escala; e 2) *embourgeoisement* é correntemente usado com o mesmo sentido de *gentrification*.

⁶Dicionário Larousse online.

Método

Devido pela natureza das questões colocadas à partida, e pela pertinência da clarificação desta temática na fase académica em que nos encontramos, optou-se por uma pesquisa bibliográfica e uma reflexão teórica. Surgem no entanto, com o decorrer da pesquisa, outras questões que acabam por ser estruturantes para o método que se adotou:

Que confronto se cria a partir do problema histórico de Paris? Como é que a habitação reflete este confronto? A simultaneidade social pressupõe a co-presença de uma diversidade de categorias de habitantes, mas será que na prática corresponde à ignorância em caso de proximidade, ou à aceitação indiferente? Levará à coesão social? Como se verifica ao longo da história? Que casos paradigmáticos podem ser considerados? Qual é a relação que a *gentrification* tem com a *mixité* e como conseguir uma leitura comparada dos dois processos?

Neste sentido, a cada momento do trabalho, procurámos evidenciar a relação de interdependência e consequência entre a prática urbana e a situação social. De que forma a habitação se transforma e denuncia este conflito? Foram estes os vetores usados para a condução do estudo.

Estrutura

O presente trabalho estrutura-se em três partes – três temáticas-chave que, não representando propriamente uma sequência temporal rigorosa, sugerem a ideia mais significativa de cada conjunto de processos de mobilidade e de transformação territorial que aí são incluídos:

Primeira parte – Decadência

Contextualizar a cidade de Paris implica estudar a sua história, economia e estrutura política francesas, mas também a história particular da cidade, o seu papel enquanto capital, o conjunto residencial, as estruturas de emprego e as políticas locais. Paris inscreve-se no cruzamento de vários contextos políticos e económicos: das cidades mundiais e internacionais, das cidades europeias, e do território francês. Esta parte tem como objetivo enquadrar as circunstâncias nas quais a nobilitação vai ter lugar. Incide sobre a região parisiense no seu conjunto, o seu legado industrial e as transformações económicas, sociais e políticas, sem no entanto o procurar fazer de forma exaustiva. O objetivo é saber em que medida a nobilitação é a tradução destas transformações no espaço urbano e como se processam as mobilidades territoriais a partir da decadência da cidade tradicional.

Por retratar a história de Paris após a Revolução Industrial, desenvolvem-se em particular três aspectos, que correspondem a períodos históricos determinantes: num primeiro momento, destaca-se a importância do legado da cidade industrial, tanto no plano urbano como no social; em seguida, apresenta-se o impacto das operações de haussmannização, no virar do século; finalmente, faz-se referência às transformações urbanas que ocorreram nos meados do século xx, até à construção dos grandes conjuntos residenciais nos subúrbios parisienses.

Segunda parte - Nobilitação

Seguindo a sugestão de Lefebvre, situamo-nos no período à volta de 1960 onde defendemos ter ocorrido um fenómeno de nobilitação da consciência coletiva, provocado pelas práticas culturais e teóricas da altura. Nesta parte do trabalho é analisado, em primeiro lugar, o papel decisivo que os artistas desempenham. Este conjunto de atores que, na sua essência operativa experimental e pela natureza crítica do seu trabalho, põe constantemente em causa os consensos estabelecidos. Analisa-se o impacto que vão ter na “revolução” da consciência coletiva. Fruto desta revolução, a cidade recupera o seu fulgor e inverte-se o processo da “decadência”. A nobilitação, para além de social é também física. A oferta residencial é renovada e o centro é revitalizado. Novas populações chegam e outras partem. Contextualiza-se então o processo de *gentrification*, as razões para o seu irrompimento e, num último capítulo, as premissas da nobilitação em Paris e o caso do bairro central do Marais.

Terceira parte - Desterritorialização

Na fase final do trabalho, num primeiro capítulo, a escala da análise passa para o panorama mundial, fruto do fenómeno de “explosão” da cidade. Procura-se perceber quais as implicações da passagem das dinâmicas locais e regionais para o território nacional e internacional e o impacto que a nova realidade de metropolização e globalização tem no conflito de classe, no ordenamento urbano e nas relações de distanciamento e proximidade na cidade. Num segundo capítulo, estuda-se mais atentadamente o fenómeno da desterritorialização e as suas causas principais. Num último capítulo, procura-se explicar o problema da simultaneidade social, as ambiguidades do termo e a forma como é utilizado no discurso político e na prática urbanística.

A conclusão permite ainda criar um espaço de reflexão sobre algumas tendências atuais que estão a mudar o urbanismo mundial, e sobre o papel do arquiteto nesta realidade e na relação com o legado histórico.





Decadência

Primeira parte

*“A riqueza provou-se capaz de devastar cidades tanto
ou mais que a pobreza.”*

*– R. Solnit, S. Schwartzberg,
HOLLOW CITY, 2000.*

Capítulo 1

-

Paris, cidade industrial

Industrialização

O impacto da industrialização

Em março de 1968, Lefebvre iniciava a sua exposição à problemática do “urbano” com a seguinte afirmação:

É incontestável que este processo {industrialização} tem sido o motor das transformações sociais desde há um século e meio. (Lefebvre 1968: 17)

A cidade contemporânea emerge do processo de industrialização. Segundo a perspectiva lefebvriana, os problemas relativos ao crescimento e à planificação das cidades, o desenvolvimento da realidade urbana e as questões relacionadas com o lazer e a cultura, são induzidos por este processo. A industrialização introduz uma profunda alteração na condição ontológica e jurídica do espaço urbano – é matriz da urbanização moderna (Fortuna 2012: 9). O capitalismo transfigura o espaço em mercadoria e sujeita-o às regras da propriedade privada do mercado: espaço torna-se valor de troca e este sobrepõe-se ao valor de uso. Este impulso de mercado continua a induzir uma incessante revalorização especulativa. A mercadorização do espaço tem consequências sociais graves para os segmentos sociais mais vulneráveis – conduz à segregação socio-territorial das classes mais desfavorecidas e provoca a mobilidade territorial. Neste sentido, é essencial considerar a industrialização como o ponto de partida para a análise da “problemática urbana” atual.

A cidade pré-industrial

Henri Lefebvre defende que no momento em que a cidade industrial surge a cidade já é uma poderosa realidade. Contém em si mesma traços históricos dos períodos precedentes, heranças da cidade antiga e medieval, que se revelam na forma das mais variadas criações urbanas de elevado valor simbólico. Os centros urbanos são essencialmente comerciais e as cidades, nas relações que estabelecem com o resto do território, tornam-se centros de vida social e política. É aí que se concentram os conhecimentos, as técnicas e as obras. A própria cidade é encarada como *obra* – valoriza-se o uso – e existe uma clara separação desta obra com o produto, entendido claramente como o valor de troca. O uso principal do espaço público urbano é a *feira*.

A cidade, enquanto palco dos conflitos políticos entre as várias classes sociais que a compoem, assiste a uma constante disputa entre poderosos e oprimidos que rivalizam o amor à própria cidade. Este conflito reforça o sentido de pertença da cidade. A classe dirigente – dos ricos e poderosos – sentindo-se ameaçada, justifica o seu privilégio perante a comunidade gastando fortunas em obras sumtuosas e em festas. É de notar, que ainda paradoxal, este investimento é improdutivo, motivado principalmente pela afirmação e ostentação do poder.



*Palácio da Indústria;
Exposição Universal, 1855.*

Uma nova realidade económica e política

O forte crescimento da indústria parisiense teve sobretudo lugar na segunda metade do século XIX e o início do século XX. Quando a industrialização se inicia a riqueza deixa de ser principalmente imobiliária. A produção agrícola já não é dominante, nem a propriedade fundiária. As terras passam para o controlo de capitalistas urbanos enriquecidos com o comércio, banca e usura. Os fabricantes e os proprietários fabris enriquecem também graças aos métodos de produção mais rápidos, fornecidos pela revolução industrial. O dinheiro do lucro é então investido no desenvolvimento de mais unidades de produção e noutras tecnologias. Em simultâneo abrem grandes lojas comerciais que por sua vez estimulam o aparecimento do papel-moeda. Este período favorece o desenvolvimento de uma nova economia baseada no lucro e na rentabilidade. O capitalismo faz com que grupos empreendedores invistam capitais no desenvolvimento de uma indústria rentável.

A sociedade transforma-se numa rede de cidades, interligadas por relações comerciais e bancárias. Surge o Estado, o poder centralizado, e com ele a capital que assume a hegemonia do território. É no momento em que a produção de produtos substitui a produção de obras, e das relações sociais associadas a essas obras, que a capacidade criativa desaparece.

Quando a exploração substitui a opressão, a capacidade criativa desaparece. A própria noção de “criação” dissipa-se e degenera-se, miniaturizando-se no “fazer” e na “criatividade”. (Lefebvre 1968: 19)

Destaca-se assim o papel que a cidade e a realidade urbana desempenham em relevar o valor do uso. No entanto, no momento em que a industrialização generaliza a mercadoria – o valor de troca – subjuga irreversivelmente a cidade e a realidade urbana a um processo altamente destrutivo. O estudo do sistema urbano atual carece de compreensão dos conflitos urbanos a que se refere o autor: entre valor de uso e valor de troca, entre mobilização da riqueza e o investimento improdutivo na cidade, entre a acumulação de capital e o seu esbanjamento em festas, entre a extensão do território dominado e as exigências de uma severa organização deste território em torno da capital.

Desterritorialização rural

Assiste-se a um aumento drástico da proporção da população que vive nas cidades. Inicialmente, a indústria tende a instalar-se junto a fontes de energia, das vias de transporte, de matérias-primas e de reservas de mão-de-obra. No entanto, as cidades possuem um carácter altamente atrativo para o desenvolvimento da indústria. Especialmente aquelas que possuem um ritmo de desenvolvimento mais

acelerado, além de atraírem empreendedores, também são reservas de mão-de-obra, de capitais e, simultaneamente, mercado de consumo. Assiste-se portanto à aproximação gradual da indústria dos centros urbanos. Por estas razões, inicia-se um progressivo abandono rural por parte das populações. Devido à falta de oferta de transporte, os operários procuram alojamento próximo do trabalho. No entanto, estas habitações são bastante caras, sobretudo dado o seu rendimento. As suas casas são húmidas, mas aquecidas, mal iluminadas, sujas, sobre-ocupadas, e sem condições básicas de saneamento.

Explosão demográfica

Como em Londres, o excepcional crescimento demográfico de Paris reside na indústria (Richard, 2001). Em 1801, como nos dois séculos anteriores, a cidade tem pouco mais que meio milhão de habitantes, representando assim cerca de 2% do total da população francesa. Tornam-se mais de um milhão em meados do século XIX e mais de quatro milhões na região parisiense antes da Primeira Guerra Mundial. No início do século XIX a população da região parisiense representa cerca de 18% da população francesa. A industrialização de Paris teve um papel fundamental no reforço da sua hegemonia em França. Apesar do decréscimo progressivo da população do centro da cidade após a Segunda Guerra Mundial, Paris herdou desta fase de industrialização uma enorme densidade populacional: cerca de 20 000 habitantes por quilómetro quadrado no centro da cidade hoje, duas vezes mais que Londres¹, e 10 000 na *petite couronne* (INSEE, 1999). A densidade atinge os 40 000 hab./km² num distrito pericentral como o 11º. Isto é explicado especialmente pela formação do tecido urbano nos anteriores subúrbios interiores e nas antigas povoações periféricas, em particular no século XIX, como se pode ver no este parisiense.

¹ POPULATION DENSITY OF LONDON, by London borough, 2006, http://statistics.gov.uk/downloads/theme_population/regional_snapshot/RS_Lon.pdf consultado a 18/09/2015

Urbanização e habitação

A influência da indústria no crescimento de Paris traduz-se por extensão ao tecido urbano. No final do século XVIII, os limites do espaço construído correspondem a pouco mais que à cintura de 1786 (*mur des Fermiers Généraux*). Esta inclui os bairros pericentrais (*faubourgs*) na cidade e separa-a das antigas povoações anexadas em 1860. No século XIX a cidade expande-se consideravelmente, passando rapidamente para lá da muralha defensiva de Thiers construída em nos anos 1840 e os novos limites administrativos da cidade são fixados definitivamente em 1860. Os primeiros subúrbios (*banlieues*) aparecem no fim do século XIX e presenciam uma extensão acelerada no início do século XX e no entre-guerras pelos loteamentos operários assentes na habitação individual, em rutura com a habitação coletiva do centro da cidade (Bastié, 1964).

A habitação é construída sob lógicas privadas com um propósito de especulação imobiliária, à parte de qualquer intervenção do estado (Sellali, 1996). Nos antigos subúrbios de Paris, como em Belleville (19º e 20º arrondissements), burgueses adquiriram estreitas parcelas rurais para serem loteadas, procurando rentabilizar o mais possível o espaço disponível, construíram pequenas habitações destinadas aos operários e aos artesãos, em edifícios de fraquíssima qualidade que davam para minúsculos logradouros muitas vezes sem luz alguma. Estas construções são também mal e tardiamente equipadas (P. Simon 1994). A especulação imobiliária é estimulada pela construção de sucessivas cinturas urbanas, mais favoráveis à densificação que à expansão. Daí resulta um tecido urbano sem sentido de conjunto, marcado pela importância das vias privadas nos loteamentos que fogem aos regulamentos urbanísticos concernentes à estrutura viária (Sellali, 1996). Segundo P. Simon (1994), este modo de urbanização contribui por fazer de Belleville um isolamento social no final do século XIX, marcado pelo legado dos combates da Comuna.

Um retrato do este parisiense

Por exemplo, o *faubourg Saint-Antoine* (11º e 12º arrondissements) urbaniza-se em torno do artesanato da madeira graças ao direito de exercício do ofício acordado com os artesãos do *faubourg* por Louis XI no século XV. Este privilégio liberta os artesãos da tutela das corporações e permite o desenvolvimento de novas técnicas, a utilização de novas essências e de uma mão-de-obra mais barata, especialmente estrangeira (Feger, 1994).

O *faubourg Saint-Antoine* forma progressivamente um sistema económico com uma lógica associada ao Sena, onde o atual *Quai de la Rapée* servia de espaço de secagem dos troncos provenientes das serras em redor de Paris, até às grandes oficinas artesanais nas quais a madeira era armazenada e trabalhada por diferentes artesãos, e depois vendida nas montras dos comerciantes de rua. No século XIX a mecanização provoca uma racionalização das estruturas através da industrialização e uma integração do sistema em volta das grandes casas de negociantes. As últimas parcelas agrícolas do *faubourg Saint-Antoine* desaparecem e a industrialização avança para norte até ao *faubourg do Temple* com a abertura do canal de *Saint-Martin* em 1825 (Rhein, 2005). Complementar ao trabalho da madeira, a metalurgia e a construção mecânica desenvolvem-se no *faubourg do Temple*, transformando o espaço num denso emaranhado de fábricas, oficinas e habitações (Le Roux, 2003).

Isto será característico do tecido urbano parisiense até meados do século XIX. É a marca de uma urbanização determinada pela industrialização e na qual a base é a proximidade entre o lugar de trabalho e a mão-de-obra operária.



La Sation de Saint-Lazare;
Claude Monet, 1877;
Paris, Musée d'Orsay.

-
*A chegada do comboio
ao centro da cidade vem
cindir o espaço urbano.*

O caminho-de-ferro

A construção do caminho-de-ferro nos anos 1840², bem como a construção das estações nos anos 1850 a 1860, fomenta a urbanização das áreas que ainda guardam uma certa ruralidade para habitação de classes populares. As estações estimulam em especial a fixação de novas populações do norte e do este (Toubon et Messamah, 1990). A urbanização ligada às estações corresponde a uma segunda fase de industrialização em Paris, que se traduz por uma diminuição do emaranhado de fábricas e habitações, devido à dimensão destas estruturas (Rhein, 2005). As vias férreas causam uma separação clara dos quarteirões antigos – formam novos quarteirões e estimulam a recomposição do espaço económico entre-estações. Fábricas metalúrgicas surgem na extensão do caminho-de-ferro. A construção desta rede ferroviária centrada em Paris teve um papel fundamental na aceleração da circulação de matérias-primas e de populações.

Implicações na estrutura social

A industrialização vai provocar numerosas mudanças na relação com o trabalho e na estrutura da sociedade. Os operários das fábricas trabalham em locais sujos, caóticos, barulhentos, mal arejados, dentro dos quais devem executar tarefas simples e repetitivas durante todo o dia. Trabalham até 14 horas diárias, 6 dias por semana, sob uma supervisão severa e restrita³. A classe operária inclui igualmente mulheres e crianças (entre 20 a 40% dos trabalhadores). Estes novos funcionários encontram-se em grande parte no setor têxtil e recebem um salário inferior ao dos homens, apesar de efectuarem as mesmas tarefas, pelo mesmo período de tempo. A industrialização afecta também o funcionamento social por modificar as classes sociais. Definem-se neste momento duas novas classes sociais – a *burguesia*⁴ e o proletariado.

³ L'INDUSTRIALISATION ET SES CONSÉQUENCES, www.alloprof.qc.ca, consultado a 18/09/2015.

Burguesia ⁴

Os burgueses são os proprietários das fábricas e patrões da classe operária. São eles que investem o capital no negócio e esperam retirar o máximo de lucro. À medida que a indústria se mecaniza, a produtividade aumenta e a necessidade de trabalhadores diminui, o que faz aumentar em muito o lucro. As máquinas representam uma vantagem enorme para a indústria: não se cansam como os humanos. O objetivo dos burgueses é, então, produzir mais rápido, menos caro e vender mais. O capital constitui a fonte da riqueza e a urbanização, a fonte de mão de obra.

⁴ O termo “burguesia” é referido aqui segundo a filosofia marxista, como sendo “a classe social que detém o meios de produção de riqueza, e cuja principais preocupações são o valor da propriedade e da preservação do capital, a fim de garantir a sua supremacia económica na sociedade” (Marx & Engels, 1848). No entanto não se ignora o carácter heterogéneo desta classe e são referidas outras características ao longo da análise.



*Vista da Rue Mouffetard,
num bairro popular do 5º
arrondissement, em 1910.*

Classes populares

A obra dirigida por Jean-Louis Robert et Danièle Tartakowsky (1999) ajuda a identificar os contornos da composição da classe popular: à partida, quer nos enquadremos no século XVIII, antes da era idustrial, ou depois, a classe popular parisiense foi sempre heteogénea: incluía trabalhadores manuais, artesãos, operários (de estatuto diversificado e mão-de-obra qualificada e não-qualificada), empregados (de comércio, hotelaria e restauração) e domésticos (vectores importantes de difusão das normas burguesas). Essa classe é formada principalmente pela inclusão de mão-de-obra exterior, proveniente da província ou do estrangeiro.

Várias contribuições para o trabalho previamente citado insistem na mistura que prevalecia no seio dessa população, fosse pela residência ou pelos casamentos, em que a endogamia geográfica era baixa. Esta mistura, também cultural, não deixa de provocar conflitos e de estabelecer hierarquias sutis que conservam a pluralidade da classe. Apesar das condições de vida difíceis tanto na habitação como no trabalho (ou por essas mesmas razões), a cidade faz imergir uma consciência particular no trabalhador parisiense, intimamente ligada à consciência política dos grupos doutos da classe trabalhadora, de não querer ser confundido com o proletariado. Esta consciência, transmitida através da mitologia do movimento revolucionário e alimentada pela energia de revolta dos segmentos mais pobres da população de Paris, permite que o trabalhador urbano faça uso da sua cidade para a sua própria recreação e lazer.

O proletariado não representa um grande peso na balança capitalista uma vez que, por não serem especializados, são facilmente substituídos. Já não podem mais viver do artesanato ou da agricultura, por isso não têm outra escolha que não trabalhar nas fábricas, independentemente das difíceis condições e do reduzido salário. Resignam-se assim a viver nas cidade poluídas e insalubres, em apartamentos impróprios. A esperança média de vida é extremamente reduzida.

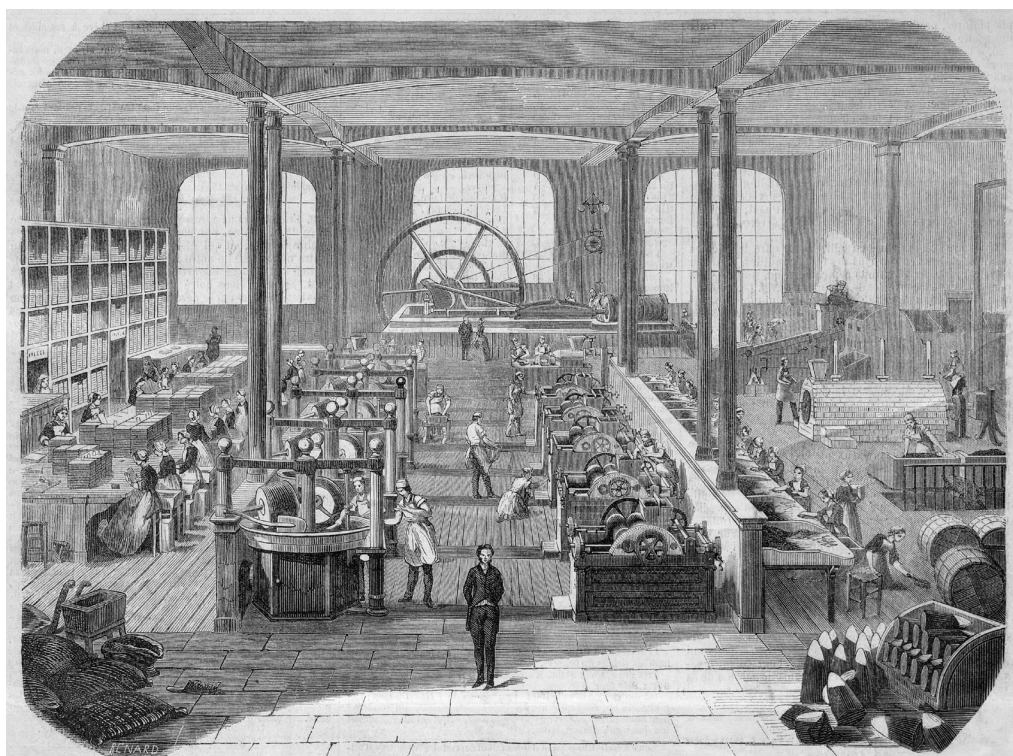
A industrialização em perspectiva

A industrialização implanta-se fora das cidades até que posteriormente toma a cidade de assalto. Submetida a cidade à lógica de industrialização, a urbanização capitalista prossegue a sua revolução através do duplo movimento de intensificação e de extensão do fenómeno urbano ao mundo. (Lefebvre 1968: 18)

Dá-se, historicamente, um choque entre a realidade urbana e a realidade industrial e é despoletado um conflito dual com vários aspectos: a industrialização e a urbanização, o crescimento e o desenvolvimento, a produção económica e a vida social. A complexidade deste processo revela-se cada vez mais difícil de apreender na medida em que a industrialização produz uma pluralidade imensa de situações, de escala e implicação diferentes.

O forte crescimento da indústria parisiense que teve lugar entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX deveu-se a uma conjugação de fatores como a concentração de capitais da burguesia mercantil e financeira, alimentada em especial pela colonização, a proximidade dos recursos energéticos e minerais do norte e do este francês – regiões fronteiriças pouco favoráveis ao desenvolvimento físico da indústria –, ou ainda a presença de uma mão-de-obra numerosa e dotada de uma importante perícia artesanal. A centralização crescente do poder político ao longo do século XIX, favorece a concentração paralela da indústria em Paris. O desenvolvimento de uma rede ferroviária centrada em Paris facilita a circulação de matérias-primas e de mão-de-obra, proveniente de todo o país, e logo depois do estrangeiro, atraído pelo esplendor da capital. A Primeira Guerra Mundial leva ao apogeu da indústria parisiense, estimulada pela demanda de armamento e pela mudança das fábricas das zonas de combate para perto da cidade.

Este modelo de urbanização, assente na especulação imobiliária privada encontra-se na vaga de loteamentos de habitação unifamiliar no período entre-guerras nos subúrbios, apropriando-se dos primeiros loteamentos recreativos das classes ricas (Bastié, 1964). Mas desta vez, cingem-se à habitação singular e o seu afastamento do centro agrava o problema da falta de equipamentos, o que já tinha sido observado nos distritos periféricos de Paris. Este desenvolvimento do subúrbio residencial acompanha de perto a implantação da grande indústria a partir do início do século XX, aí ainda bastante próxima dos lugares de residência da mão-de-obra operária. A indústria marca portanto o tecido urbano de Paris de duas formas interdependentes: de um lado, uma forte densidade populacional devido à estrutura de um conjunto residencial destinado às classes populares; de outro lado, a presença de inúmeras oficinas e fábricas no interior do mesmo tecido residencial ou nas cercanias dos loteamentos populares.



*Fábrica de chocolates
da Companhia Colonial,
Paris, 1885.*

Capítulo 2

Embelezamento estratégico – *embourgeoisement*

*A mitificação da cidade como espetáculo*¹

A cidade pré-haussemanniana

De acordo com François Loyer (1987), a cidade do século XIX foi construída em torno de uma tradição do século precedente que ligava os bairros pericentrais (*faubourgs*) à cidade. A cidade, por essa altura, não é muito desafogada dado que ainda permanece à escala pedestre – há falta de espaço. Mas a chegada de Charles X em 1824 permite uma rutura com a tradição do *faubourg*. Testemunha-se também o nascimento do capitalismo e da especulação financeira. Por outro lado, os problemas de salubridade e falta de espaço permanecem. Timidamente, no início do século XIX, começam a ser construídos os primeiros conjuntos habitacionais e apartamentos. A separação entre o centro e o subúrbio clarifica-se: o centro acolhe a nova burguesia, enquanto o subúrbio é ocupado pelas classes trabalhadoras. Nasce então o *banlieu*.

¹ Deutsch 1996: 196.

Uma outra transformação ocorre durante a Monarquia de Julho², que procede a uma mudança inédita de política que visava a resolução do problema da insalubridade. Estabelece-se a lei de expropriação por razões de interesse público em 1841 – o interesse público prevalece sobre o interesse privado. Esta lei permite, em parte, a realização das primeiras aberturas viárias, embora a sua implementação ainda seja pouco descisiva. As primeiras *boulevards* são construídas – são lugar de passagem e, ao mesmo tempo, áreas de separação dos diferentes quarteirões. A cidade adquire uma nova forma graças às suas largas avenidas, fica mais desafogada – supera-se a escala pedonal. São construídos os primeiros loteamentos fora das antigas muralhas a partir de 1824. No entanto, a evolução continua a ser lenta.

²Nome dado pela historiografia ao período entre 1830 e 1848, entre dois dos principais processos revolucionários considerados como ciclos da revolução liberal ou revolução burguesa (Revolução de Julho, 1830; Primavera dos Povos, 1848).

No início do século XIX surgem avanços técnicos que criam um rutura entre a tradição cultural e a produção industrial. Estes permitem adaptar as construções às novas necessidades e introduzir confortos modernos. Os ornamentos tornam-se mais fáceis de executar e são mais económicos, tornando-se assim mais acessíveis à burguesia. Estes fatores desencadeiam o nascimento do estilo burguês que dá lugar a edifícios com fachadas extraordinariamente ornamentadas. É um estilo excessivo, sumptuoso e ostentoso – é uma afirmação material do estatuto social. Em resposta, a nobreza despoja as fachadas dos seus edifícios e recupera os estilos históricos para mostrar o seu requinte e originalidade.

Com a chegada do Segundo Império (1852-1870), Napoleão III tem como ambição transformar totalmente o espaço urbano como afirmação do poder imperialista. Para tal nomeia o Barão Haussmann como “Prefeito do Sena” (1853-1870). Segundo Anne Clerval (2013), as operações de Haussmann representam a primeira mudança em profundidade da fisionomia de Paris. Foram reproduzidas, de seguida, em todas as grandes cidades francesas, a tal ponto que os autores da História Urbana de França atribuem à haussmannização o paradigma da história urbana da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX (Agulhon, 1998).



***Boulevard Montmartre;**
Camille Pissarro ,1897;
Hermitage Museum.*

Engels atribui a estas operações as primeiras dinâmicas de nobilitação dos centros urbanos do século XIX. A sociologia marxista dos anos 1960-1970 viu aqui as premissas da “renovação-expulsão” (Clerval 2013: 27).

Loyer (1987), defende que as mudanças na arquitetura do século XIX em Paris são também o sinal de mudanças sociais significativas. Paris de Haussmann está presente muito antes de sua chegada concreta. A cidade tradicional é fortemente agitada quando da Restauração em 1815 e da Monarquia de Julho, em 1830. Este século é acompanhado por numerosos progressos técnicos. Há uma ruptura na forma como o espaço urbano é concebido, com a introdução do edifício de aluguer (*immeuble de rapport*). A Segunda República nasce da carnificina do confronto de classes entre a burguesia e os populares, como mais tarde acontece com a Terceira República, apesar dos esforços estratégicos de Haussmann. As grandes operações haussmannianas serão apenas a continuação lógica da já existente agitação urbana. A cidade será organizada em torno de centros ligados por uma nova rede viária. A cidade de Paris está totalmente mudada, o que não vai ser aceite por todos, rejeitado até por vezes.

A análise do urbanismo haussmanniano no contexto do nosso tema tem um duplo interesse: em primeiro lugar, identificar o significado e as consequências da amplitude política urbana antes da construção do Estado social numa cidade amplamente governada pelas forças do mercado; em segundo lugar, entender as raízes do longo processo de nobilitação em Paris para compreender os desenvolvimentos atuais.

Um urbanismo de regulação

Segundo a definição dada por Françoise Choay (1998), a obra de Haussmann pertence a um urbanismo de regulação (por oposição ao planeamento utópico) no qual se imagina uma cidade-modelo e depois se estabelecem as regras a ser aplicadas nos diversos domínios e adaptadas aos contextos histórico e urbano.

Além do urbanismo de regulação apontado por Choay, as operações levadas a cabo por Haussmann também tiveram em consideração a habitação. Foi este interesse que o levou a liderar uma política de cooperação com os promotores privados na qual a cidade financiava as expropriações sobre o traçado das novas vias, em especial pelo recurso ao empréstimo, vendia os lotes aos promotores – que se encarregam da construção dos edifícios, segundo um caderno de encargos preciso – que depois os revendiam a proprietários ricos que, por sua vez, os alugavam. A política de Haussmann endivida então consideravelmente o orçamento público da cidade para estimular os lucros privados, tanto dos bancos, como dos promotores e dos proprietários. O controle público do solo urbano não estava regulado e a política de Haussmann leva à destruição de porções inteiras da habitação popular decadente, e



*A pequena burguesia,
Rue des Francs
Bourgeois, c. 1900.*

à sua substituição pelo edifício burguês, até mesmo pontualmente nos quarteirões operários pericentrais, no este.

Estes novos edifícios destinam-se então à média e pequena burguesia, conforme a sua qualidade arquitetónica e a sua localização. Ao mesmo tempo que, por toda a cidade se levam a cabo operações de loteamento – socialmente homogêneas, inseridos na mesma perspetiva especulativa –, intensifica-se a fragmentação social no eixo este-oeste. Enquanto os quarteirões populares se edificam pela iniciativa de pequenos promotores privados, as operações de Haussmann favorecem o desenvolvimento da cidade burguesa:

O principal mérito de Haussmann, se for algum, é de ter realizado a cidade burguesa, uma forma urbana nova e original, aparecida timidamente sob Louis-Philippe e que triunfa com o Segundo Império. [...] As residências burguesas encontraram uma parcela do fausto arquitetónico que caracterizava, debaixo do Antigo Regime, os palácios aristocratas. (Marchand, 1993: 93)

A cristalização do modo de vida burguês

O immeuble de rapport

François Loyer (1981) mostra como o edifício de aluguer haussmaniano foi o culminar de uma longa evolução que conduziu ao abandono da segmentação social por piso, por uma distinção social horizontal, por tipo de edifícios de carácter unitário. É um tipo de arquitetura que surge no século XVIII, mas foi desenvolvida mais característica e extensivamente no século XIX. Em Paris, o edifício de aluguer difunde-se a partir do reinado de Louis XVI. Durante a Restauração e o período haussmanniano, extensos terrenos são loteados por especuladores que constroem este tipo de edifícios. Os regulamentos urbanos e a função tipicamente residencial destes edifícios incentiva à reutilização dos mesmos tipos de fachadas e tipologias.

É um edifício dividido em vários apartamentos alugados por um ou mais proprietários. Com uma altura média de cerca de vinte metros (em função das dimensões da rua e da evolução dos regulamentos³), desenvolve-se em cerca de 5 andares normalmente da seguinte forma: o piso térreo abriga um comércio; o primeiro andar é um ático-piso; o segundo andar tem um pé direito maior; os terceiro e quarto andares são geralmente, de menor altura, e idênticos; o quinto e último piso é o menor e encontra-se, na maior parte dos casos, nas águas-furtadas.

³ Norma Evenson (1979: 147-159) faz uma descrição completa sobre a evolução da legislação sobre a construção destes edifícios, no subtema: “Beauty and the Law”.

Se os tipos de fachadas são repetidos vemos, contudo, o desenvolvimento de elementos decorativos em forma de molduras de gesso (guarnição dos vãos, balaustradas e portas principais) e elementos em ferro (guardas).



*A rua de Venise,
Marais (4^o arrondissement),
c. 1920.*

A segregação social é horizontalizada

Com Haussmann é operada uma ruptura estratégica: a cidade é globalmente sujeita à clarificação, à especialização, ao zoneamento. (Panerai et. al 1997: 144) Trabalho e trabalhadores são expulsos do centro para a periferia. A segregação social é doravante marcada horizontalmente no espaço urbano. No entanto, este tipo de segregação já existia no imóvel pré-haussemanniano, ainda que a aparente simultaneidade social no edifício pudesse dar a entender o contrário – no primeiro andar, o proprietário rico, nos andares a seguir, empregados modestos e finalmente nas águas-furtadas, os simples trabalhadores. No entanto, a pirâmide social não coexistia livremente mas, ao invés, parece que a integração locativa dependia apenas de uma relação comerciante-empregado, por uma questão de proximidade ao trabalho (P. Blenton, *in* Panerai et al. 1997: 145, nota).

Ao contrário das declarações sumárias, a escada não era um lugar de encontro de várias classes sociais [...]. A dimensão e o luxo dos apartamentos diminuíam com o andar, especialmente nas construções anteriores ao Segundo Império, mas os ocupantes de uma casa geralmente pertenciam aos mesmos ambientes relativamente homogêneos. Sob a Monarquia de Julho já aparece uma oposição das duas realidades: a aristocracia da fortuna, das funções [...] é estabelecida no oeste; o leste é domínio dos artesãos, dos trabalhadores manuais, das classes populares e miseráveis. No entanto, as ruas decadentes ligavam-se ao centro dos bairros elegantes e ricos, blocos residenciais surgiam nos bairros mais pobres em toda a extensão da capital, e representantes da classe média asseguravam a presença, por toda a parte, da pequena e média burguesia. (A. Daumard, citado em Panerai et al. 1997: 145)

Portanto, o que Haussmann faz é sistematizar uma tendência existente: a segregação que já é uma realidade vertical (mas também horizontal) é organizada numa escala cada vez mais ampla, por toda a cidade, pela homogeneização dos quarteirões e eventualmente também, de forma mais elegante, pela diferenciação na mesma parcela de edifícios – segundo um processo no qual a hierarquia social é representada pela distância respetiva à rua, desde a fachada principal até ao fundo do logradouro. Ainda, no caso de uma certa sobreposição social, escadas de serviço e mordomos asseguram, com o controlo dos porteiros, uma rigorosa impermeabilidade. Do ponto de vista do uso do espaço assiste-se a um fenómeno crucial: a formalização da qual o quarteirão faz parte é contemporânea de uma codificação espacial, explicitada nos tratados de arquitetura, que cristaliza o heterogêneo modo de vida da burguesia⁴ (P. Panerai 1997: 145).

⁴ O padrão de vida burguês a que nos referimos é o da “média burguesia”: funcionários, membros de profissões liberais (ver P. Panerai, 1997: 145, nota).

O “homem privado”

Segundo Walter Benjamin (1955), é em meados do século XIX, sob o reinado de Louis Philippe (Monarquia de Julho), que “o homem privado pisa o palco da história”.

Pela primeira vez, o espaço em que vive o homem privado se contrapõe ao local de trabalho. Organiza-se no interior da moradia. O escritório é seu complemento. (idem: 37)

São duas realidades que não se misturam fisicamente: vida privada e profissional. A vida privada limita-se ao espaço da residência e os negócios realizam-se apenas no escritório. A transformação física do espaço da cidade e da configuração do lote de habitação permite que um novo universo se instale: a qualificação dos espaços de acordo com a sua função específica. A vida familiar e privada inscreve-se em lugares distintos, os compartimentos, que pela sua denominação denunciam o seu uso (sala de jantar, quarto de dormir, quarto de banho, etc.) e a hierarquização das relações sociais que aí devem ter lugar. A residência passa a funcionar numa relação de oposição com o exterior.

⁵ A palavra francesa “foyer” deriva da expressão latina “focus”, que para além de comportar uma ideia de “fogo” (lugar onde se faz o fogo, átrio, lugar de reunião ou onde a família habita) pode até mesmo significar “a própria família” ou “o meio familiar”. (Dicionário Larousse online)

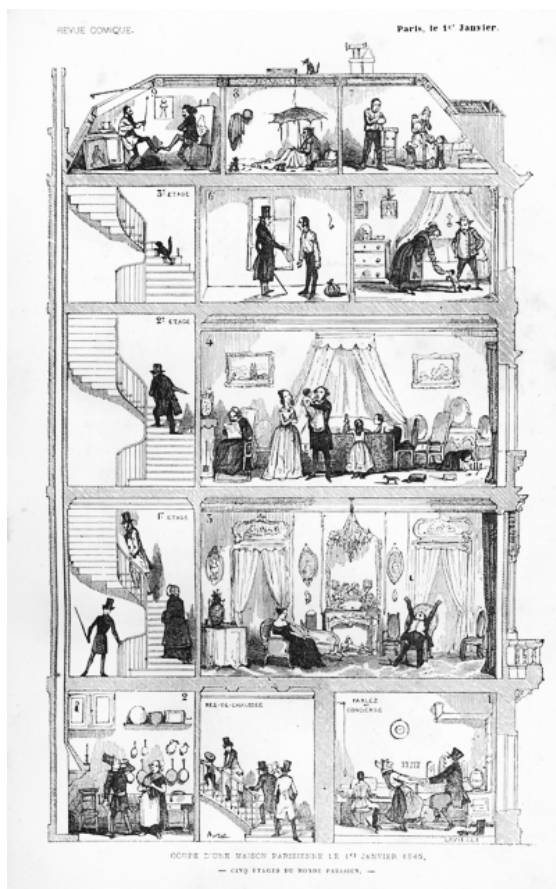
A nova noção de casa, do chez soi que encontra a sua expressão formal, implica que a habitação é o terreno de uma prática que se torna autónoma, o que reflete bem a dupla aceitação física e moral do termo foyer⁵. (Panerai 1997: 146)

Contudo, para as classes populares esta separação da vida privada ainda não existia: o seu modo de viver era coletivo, urbano e estruturado na atividade de produção, a habitação não desempenhava um papel central. A transformação que afeta, num primeiro momento, a burguesia, vai generalizar-se de forma progressiva. Em parte é de tal forma procurada pelo projeto de habitação social⁶ que, ao tentar fixar uma mão-de-obra instável, tende a eliminar esta prática urbana e coletiva da classe trabalhadora, porque é tida como perigosa, do ponto de vista da higiene, da moralidade e da ordem social. O desenvolvimento da grande indústria e do salariado vai transformar as relações entre o trabalho e o consumo.

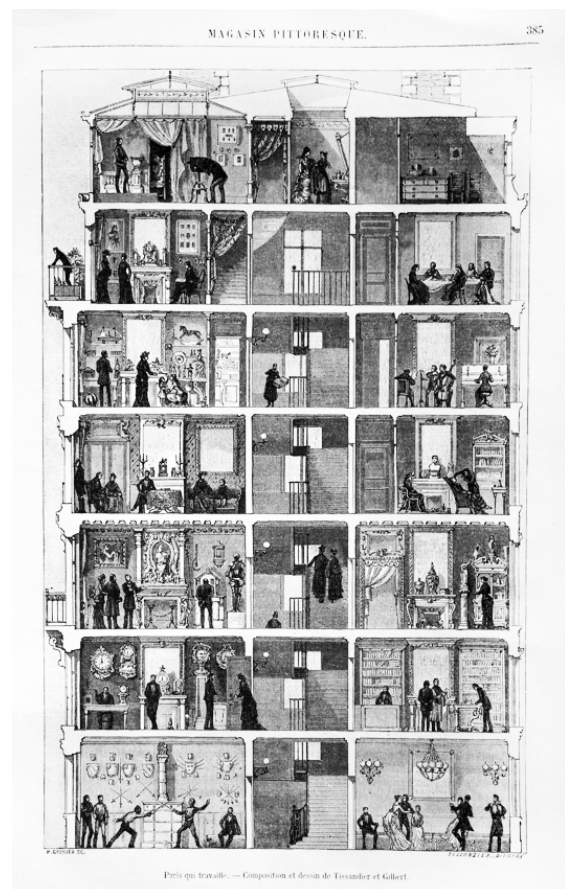
⁶ Em meados do século XIX a habitação social encontra-se ainda num estado de experimentação que em Paris é muito limitada. (Panerai 1997:146)

O “embelezamento estratégico”

Tenho o culto do Belo, do Bom, das coisas grandiosas, da bela natureza inspirando a grande arte, quer ela encante os ouvidos ou agrade o olhar; tenho o amor da primavera em flor: Fêmeas e rosas! – Baron Haussman, “Confessions d’un lion devenu vieux” (citado em W. Benjamin 1955: 41).



*Immeuble de rapport,
Corte tipo, c. 1845.*



*Immeuble de rapport,
Corte tipo, c. 1885.*

Walter Benjamin afirma que Haussmann partilhava o ideal urbanístico de enobrecer necessidades técnicas fazendo delas objetos artísticos. Durante o imperialismo napoleónico favorece-se o capital financeiro. Floresce a especulação em Paris – especular na Bolsa passa a ocupar “o lugar dos jogos de azar herdados da sociedade feudal” (*idem*: 41).

Haussmann autoapelidava-se “artista demolidor” (*artiste démolisseur*) e as operações de demolição que conduz provocam a expropriação de um número cada vez maior de moradores. Em 1864 faz um discurso na Câmara de Paris no qual expressa o seu ódio contra a população desarraigada. Os novos empreendimentos haussmannianos empurram o proletariado para fora da cidade, à medida que o preço dos alugueres aumenta com a especulação imobiliária. Assim, os bairros perdem a sua fisionomia própria. A escala desumana imposta à cidade torna-a estranha até mesmo para os próprios parisienses.

A tentativa de impedir as insurreições populares

As motivações políticas de Haussmann não podiam ser mais explicitamente dirigidas contra as classes populares e a sua capacidade de insurreição:

Evitar a guerra social, assegurar aos ricos que Paris não teria mais motins, representou um dos objetivos principais de Haussmann. (Marchand, 1993: 100)

W. Benjamin declara que os contemporâneos de Haussmann qualificaram o seu projeto como “embelezamento estratégico”, explicitando assim a real motivação por detrás das operações haussmannianas:

A verdadeira finalidade das obras de Haussmann era tornar a cidade segura em caso de guerra civil. Ele queria tornar impossível que no futuro se levantassem barricadas em Paris. (Benjamin 1955: 41)

A estratégia de Haussmann para impedir as barricadas passa por dimensionar as ruas de forma a que não seja possível erguê-las novamente. As novas avenidas também foram abertas para providenciar um acesso rápido dos quartéis aos bairros operários. Hazan (2002) mostra que isso começou com a abertura da rua de Rambuteau, em pleno centro da cidade, nos quarteirões com tradição de insurreição popular.



*Barricadas,
Marais, 1848.*

A dualidade do tecido urbano criado pela haussmanização

Apesar de Haussmann se ter servido da lei de 1841 e da lei de 1850, que autorizava a expropriação por causa da insalubridade, as suas operações não erradicam por completo os bairros degradados e superlotados do centro de Paris. Pelo contrário, outros acabam por ser construídos com os materiais das demolições (como o bairro de Sainte-Marthe, no 10º *arrondissement*), nomeadamente para alojar os trabalhadores dos estaleiros de Haussmann.

Nos interstícios das intervenções haussmanianas o tecido urbano permanece intocado, de maneira que uma nova segregação vai-se iniciar no aglomerado habitacional, entre as novas vias – largas e orladas de apartamentos burgueses – e as vias antigas – estreitas, rodeadas de habitações superpovoadas. O tecido urbano antigo é densificado e algumas habitações térreas são transformadas em oficinas, reforçando-se assim o carácter artesanal e industrial do bairro, agora melhor integrado no conjunto da cidade. As novas vias especializam-se no comércio luxuoso e as vias antigas no artesanato e no comércio popular. A desterritorialização dos populares não acontece de forma sistemática: apesar das expropriações anteriores nos bairros da margem esquerda (*rive gauche*), destinados à residência burguesa, como a Sorbonne ou Saint-Victor, as classes populares mantêm-se em algumas áreas centrais perto de Les Halles. Além disso, os aglomerados urbanos pericentrais e os municípios anexados à cidade foram relativamente pouco afetados pelas operações de Haussmann.

Ainda que, entre 1861 e 1896, as classes populares parisienses se desloquem para a periferia, como por exemplo Belleville, são em parte substituídos por migrantes provenientes do território provincial. Clerval (2013) chama-lhe um processo característico de sucessão. Entre os *distritos* periféricos, uns atraem mais os populares parisienses (11º, 13º, 15º, parte do 19º e 20º), e outros, os camponeses (10º, 12º, 14º e a restante parte do 19º). Na viragem do século, entre 1892 e 1926, “distingue-se claramente um grupo de *arrondissements* – os 3º, 10º, 11º e 20º – onde o crescimento da população resulta principalmente de uma mobilidade interna em Paris” (Simon, 1994: 80). As classes populares são portanto ainda bem presentes no período haussmanniano.

Ao longo de todo o século XIX, a geografia das barricadas denuncia as transformações da era industrial: no início do século, na cidade pré-industrial, são erigidas quase sempre no centro de Paris, perto dos lugares de poder como as Tuileries e a Câmara Municipal e em especial nas ruas medievais do Marais, o centro da cidade antiga. As *Journées de Juin* de 1848 marcam uma rutura, não apenas porque revelam explicitamente o conflito de classes reprimido pelo consenso republicano entre a burguesia e o povo, mas também porque os confrontos desenrolam-se em novos bairros, nos bairros pericentrais e nos antigos povoados do Este parisiense.

Os últimos combates da Comuna em 1871 entendem-se aos mesmos bairros pericentrais de 1848 – *faubourg Saint-Antoine*, *faubourg du Temple* e Belleville – e a repressão é ainda mais sangrenta.

Desterritorialização e decadência do centro

David Harvey (2006) mostra como o povo acaba por se reapropriar das *boulevards* nos últimos anos do Segundo Império. Mais do que um *embourgeoisement*, a haussmannização permitiu travar o êxodo dos burgueses dos quarteirões centrais, em especial depois das *Journées de Juin* (1848). O autor vê igualmente na haussmanização, em particular na construção das grandes *boulevards*, a criação de um espaço público dedicado ao espetáculo e à mercadoria: as largas vias facilitam a passagem, as perspectivas haussemannianas em que os monumentos se impõe formam um cenário à imagem da glória do Império. Ao mesmo tempo, a criação de grandes lojas representa as premissas do culto do consumo e da mercantilização, para o proveito da burguesia:

Uma vez que a cidade é concebida unicamente como um espetáculo para o capital, ela não pode mais do que ser passivamente consumida, ao invés de criada ativamente pelo povo através da participação política. (Harvey, 2006: 23).

A abertura das novas vias, por outro lado, promoveu a destruição de um número considerável de habitações, na sua maioria pequenas, degradadas ou de má qualidade, nas quais estavam instaladas as classes populares. Para além da construção dos edifícios burgueses no lugar dessas habitações e as operações de Haussmann terem provocado um crescimento generalizado dos preços imobiliários, a especulação imobiliária é impelida por um forte aumento demográfico. A haussmannização favorece então a desterritorialização das classes populares pobres para os bairros periféricos, e em especial para os municípios (*communes*) anexadas em 1860 a norte e a este. No núcleo central de Paris, pelo contrário, são operadas a abertura das ruas do Rivoli e da rua Rambuteau nos anos 1830-1840, o que conduz a uma estagnação e a ao declínio demográfico nos quarteirões que traspassam.

Segundo Clerval (2013), residem aqui as origens do despovoamento do centro da cidade de Paris: na segunda metade do século XIX, os quatro primeiros distritos perdem habitantes e os distritos pericentrais atingem um pico demográfico, enquanto os mais periféricos estão em pleno crescimento. Desde esta altura que se pode perceber o declínio do centro em benefício da periferia. No fim do século XIX torna-se mais significativo o crescimento do subúrbio ligado ao rio Sena que o próprio crescimento de Paris. No século XX os distritos periféricos atingem o pico demográfico no período entre-guerras.

Capítulo 3

-

Um centro decadente – um subúrbio em expansão

Os Grands Ensembles

Se, como os autores destacam, o cadinho da identidade popular parisiense tem variado na história, do *faubourg* Saint-Antoine no século XIX, passando por Belleville no início do século XX e a Saint-Denis e à *cintura vermelha*¹ em meados desse século, a construção dos grandes conjuntos habitacionais (*Grands Ensembles*) e as condições de chegada das novas vagas migratórias a partir dos anos 1960 trazem consigo a formação de um novo contexto urbano e social, permeado especialmente por uma distinção crescente entre franceses e imigrantes, que não mais partilham de todas as mesmas condições de vida. Marie-Claude Blanc-Chaléard (1999) refere que é no centro de Paris que a integração funciona melhor, embora as formas de urbanização contemporâneas favoreçam a segregação.

¹ Em francês: “ceinture rouge” ou “banlieue rouge”; designa o conjunto dos municípios de cidades de câmara comunista (principalmente PCF) ao redor de Paris, após os anos 1920, ou num sentido mais lato, o conjunto de cidades habitadas pela classe operária.

Apesar da sua superioridade numérica durante quase dois séculos, e talvez por causa do crescimento acentuado nessa época, as classes populares são encaradas pela burguesia como sendo perigosas (Chevalier, 1958). E a Revolução encarna precisamente esse mito préexistente de uma população na sua essência urbana e perigosa (Robert et Tartakowsky, 1999: 14). A população é associada ao *habitat* degradado e às condições de vida miseráveis que são as suas. A burguesia que a explora compara-os aos selvagens ou aos bárbaros, acusa-os de todos os males e atribui-lhes uma inferioridade moral, inclusive biológica. Mesmo eufemizada, esta identificação imediata entre condições de vida e comportamentos de classes populares não desapareceu ainda hoje. É por isso que parece ser pertinente lembrar como é que a relação de classes se traduz no espaço popular de Paris. De forma antagónica procurar-se-á uma relação entre as mudanças que ocorrem no território suburbano parisiense e a evolução do centro da cidade.

Neste capítulo serão estudadas a crise na habitação e as políticas de construção implementadas no período seguido à Segunda Guerra Mundial, compreendido entre 1945 a 1975, que ficou conhecido com os *Trente Glorieuses*. Este é o retrato de um subúrbio em expansão. Será também feito o contraponto com a realidade que se passa no centro de Paris, em particular, das consequências da demolição de Les Halles.

O Gaullismo ²

Em França, o Gaullismo é o fio condutor de uma política de crescimento. Transporta a ideia da grandeza da França, de um Estado forte que impõe a sua presença nos domínios vitais da economia. Incita o progresso social, a modernização do aparelho produtivo industrial (reconversão industrial por encorajar os setores de tecnologia de ponta) mas também agrícola, o crescimento, a produtividade e a competitividade. Faz com que o país mantenha o seu estatuto internacional e que entre no comércio mundial, estimulando-o a tornar-se uma potência exportadora. Também procura equipar e organizar o território nacional: é o momento das grandes operações nas

² Conjunto das ideias e políticas defendidas pelo general Charles de Gaulle (1890-1970).



*Habitação ilegal
no subúrbio,
c. 1940.*

áreas da energia (barragens, centrais nucleares, centrais hidroelétricas, centrais térmicas) e dos transportes (pontes, grandes estruturas ferroviárias, autoestradas, aeroportos). A vontade é de reequilibrar o território nacional e suplantando as suas disparidades e por isso são organizadas 21 zonas de ação regional (1962) e é criada a DATAR³ (1963). A construção de habitação social e em particular os grandes aglomerados residenciais, inscrevem-se perfeitamente nesta política de intervenção estatal e de grandes projetos de modernização francesa. O Estado torna-se o principal actor económico do país: é a maior potência financeira (tem o orçamento, o controlo dos bancos, a *Caisse des Dépôts et Consignations*, impulsiona e financia os grandes investimentos), é o maior empregador e o principal produtor de bens. Esta cultura política, que marcou os anos dos *Trente Glorieuses*, até à crise económica dos anos 70, foi um grande instigador da intervenção do Estado no setor da habitação. Desde o fim dos anos 50, a construção da habitação é a primeira prioridade do programa de ação.

³ DATAR: *Délégation interministérielle à l'aménagement du territoire et à l'attractivité régionale*.

O desenvolvimento da sociedade de consumo⁴

A sociedade de consumo surge devido ao aumento dos salários, num momento em que este é mais rápido que o dos preços do mercado. As casas são equipadas com toda uma variedade de eletrodomésticos e os proprietários compram automóveis. O crédito ao consumo, assim como a standardização dos produtos, torna os bens mais facilmente acessíveis à população geral, estimulada pela publicidade. Os bens essenciais (alimentação, vestuário, etc.), pelo contrário, perdem a sua importância nos gastos familiares, em detrimento dos bens secundários (de conforto, de recreação, de transportes). É em torno da habitação que se centraliza o consumo, afirmando-se assim como lugar privilegiado do melhoramento das condições de vida: quer-se equipar, mobilar, decorar, torná-la mais fácil de viver. Torna-se assim a expressão da sociedade de consumo e do progresso social. Esta necessidade de conforto moderno (água, gás, eletricidade, sanitários, espaço, luz, etc.) influencia fortemente a procura de habitação e incentiva a construção nova e económica.

⁴ Em francês: *la société de consommation*; termo cunhado em 1968.

Fatores da crise da habitação

O crescimento demográfico, o principal fator da crise da habitação⁵

Depois da Segunda Guerra Mundial, e até ao fim dos anos 60, a França presencia um crescimento demográfico sem precedentes, em particular nas suas cidades. Entre 1946 e 1954 o país ganha 2 milhões de habitantes, e entre 1954 e 1975, 10 milhões. Alguns fatores que contribuíram para a intensidade deste crescimento demográfico são:

⁵ Para enquadrarmos o contexto demográfico e social desta época guiámo-nos principalmente pelo ensaio de Jean-Paul Flamand (1989) sobre a história da habitação social em França.

- a elevada natalidade. O *baby-boom* dura cerca de 20 anos, de 1946 a 1966, verificando-se o seu auge nos anos 50. Este fenómeno é mais intenso em França do que no resto da Europa. Entre as razões mais concretas para este crescimento estão as leis de incentivo à natalidade em 1945 (na continuidade da política natalista do governo durante a guerra), a Segurança Social (1945), a acumulação de ajudas fiscais e financeiras às famílias numerosas (subsídios familiares, introdução do quociente familiar no cálculo dos impostos sobre os rendimentos), a habitação, a melhoria geral das condições de vida, a diminuição da taxa de mortalidade infantil em especial devido ao progresso médico;

- o aumento da esperança média de vida, também devido aos avanços da medicina;

- o regresso de 2 milhões de franceses expatriados nas colónias que se tornam independentes (Tunísia, Marrocos e Argélia, em especial no início dos anos 60);

- uma ampla abertura das fronteiras aos estrangeiros no contexto de uma economia de total empregabilidade e forte crescimento económico: italianos, espanhóis (nos anos 60) e portugueses (nos anos 70) instalam-se em grande número em França. Os picos de imigração dos trabalhadores permanentes sucedem-se: 112 000 em 1957, 154 000 em 1964 e 174 000 em 1970. A lei do reagrupamento familiar dos anos 60 autoriza o cônjuge e os filhos a se instalar também. França ganha no total mais de 2 milhões de estrangeiros entre 1953 e 1974.

Além do simples crescimento demográfico, outros fatores foram determinantes na procura pela habitação:

- as más condições de habitação, em especial comparado a outros países europeus. O número de agregados em condições de sobrelotação é bastante elevada (1/3, segundo o recenseamento de 1954). A construção precária e ilegal (*bidonvilles*) não desaparece. Uma parte considerável da população (em especial os recém-chegados) vivem em residências mobiladas onde o conforto é insuficiente e os abusos sobre os preços do aluguer são frequentes. As condições de conforto são deploráveis (são, na maior parte dos casos, inexistente ou de má qualidade);

- a modificação da composição dos agregados familiares: o aumento do número de divórcios e de famílias adoptivas, mas também de pequenos agregados de uma ou duas pessoas (jovens, estudantes, idosos), contribuem para a necessidade crescente de habitação.

- a renovação dos centros urbanos, sobretudo a partir de meados dos anos 60 até aos anos 70, provoca uma grande desterritorialização de populações, em especial para os novos subúrbios;

- a desterritorialização rural continua. O país ainda está em plena fase de urbanização, o que provoca a chegada de mais populações rurais às cidades. A natalidade é maior nas cidades que no campo. Entre 1954 e 1968, 1,8 milhões de agricultores saem do campo para a cidade.

- as deficiências da reconstrução⁶. Um esforço de construção de novas habitações levado a cabo nas cidades provinciais provocou indiretamente a maior crise imobiliária em Paris. A reconstrução incita a construção de nova habitação e permite uma renovação do agregado habitacional decadente. Contudo Paris não experimenta essa fase ao contrário de outras cidades da província: o problema do desconforto é mais importante do que noutros lugares (devido ao fato de ser uma cidade muito industrial, dominada principalmente por trabalhadores, mesmo nos bairros burgueses).

⁶*“Photographies à l’œuvre – La reconstruction des villes françaises (1945-1958)”, consultado em <http://strabie.fr/De-quelques-cliches-de-la>, a 21/09/15.*

- o desenvolvimento de grandes empresas, no setor industrial, que tiveram a necessidade e o interesse de fixar a mão-de-obra assalariada próxima do seu local de trabalho. Durante este período de 30 anos, França presencia um pico no número de trabalhadores do setor secundário.

Implicações sociais

Em termos sociais, durante este período de 30 anos (e em especial a partir dos anos 1960), o desafio político era satisfazer as necessidades de uma classe média crescente, não excluindo as classes mais desfavorecidas, consideradas prioritárias. É por isso que, ao mesmo tempo que se aplicava uma política de construção de habitação social, era incentivada a aquisição de uma casa própria ou de uma co-propriedade. Estas camadas médias constituem as verdadeiras bases sociais da 5ª República. São trabalhadores assalariados, por vezes provenientes da classe operária, mas em ascensão social (trabalhadores que se tornam encarregados, por exemplo), ou da classe média baixa (pequena-burguesia). Acontece que a habitação construída durante este período não beneficiou logo as populações mais carentes, apesar de lhes terem sido destinadas. As construções dos anos 50 favoreceram sobretudo os quadros superiores e médios, e os profissionais liberais. Por exemplo, as habitações populares e familiares (LOPOFA) acolheram inicialmente os funcionários e antigos combatentes.

O projeto social que sustém a sociedade é amplamente improvisado e em momento nenhum verdadeiramente explicitado; ele envolve retirar os cidadãos dos bairros decadentes {taudis}, inventar uma política moderna e humanista de habitat, permitir à família de prosperar num ambiente de luz e vegetação.
(Dufaux Frédéric & Fourcaut Annie, 2004)



*O “Grand Ensemble”
de Sarcelles,
departamento 95,
1961.*

Esse propósito incentiva a distinguir os objetivos sociais desenvolvidos pelas políticas. Esses objetivos, de uma maior justiça social, surgem como um argumento secundarizado, ou como propaganda eleitoral, para esconder os argumentos reais (modernizar, equipar, fazer crescer a produção económica francesa). A erradicação dos aglomerados decadentes do centro da cidade e dos bairros de lata nos subúrbios próximos, não será eficaz antes dos anos 70. Além disso, os primeiros grandes conjuntos residenciais dos anos 50 foram construídas para as famílias francesas com pelo menos três filhos e com rendimentos próximos dos da classe média. Os operários especializados, obreiros (*manœuvres*), e mesmo os operários qualificados continuam a viver no centro da cidade em pequenos apartamentos sem conforto algum, por vezes decrepitos, ou nos bairros de lata dos subúrbios. Contudo, a criação de pequenas urbanizações HLM⁷ de gama baixa em 1954 é um bom (e raro) contraexemplo de programas destinados às categorias mais desfavorecidas. Estas urbanizações especificamente reservadas aos mais pobres estavam dentro do âmbito de três programas sucessivos: os LEPN (*logements économiques de première nécessité*), os PLR (*programmes à loyer réduit*) e os PSR (*programmes sociaux de relogement*).

⁷ HLM - *Habitation à Loyer Modéré* (habitação de renda controlada).

Os Grands Ensembles não foram concebidos para reduzir a crise da habitação dos mais pobres. (...) Agora, para alojar decentemente as famílias de origem estrangeira e/ou em dificuldade social, mobilizaram-se imprudentemente os Grands Ensembles. (F. Tomas et al. 2003)

O desfecho é a despoletação de um processo de guetisação. A intensidade do crescimento económico e da mudanças sociais refletem-se proporcionalmente na intensificação da construção de habitação social. Contudo, o consenso face a esta realidade anda de braços dados com o contexto institucional e com as doutrinas arquitetónicas e urbanísticas.

O consenso generalizado

F. Tomas (Tomas et al. 2003) defende que o consenso em torno da construção dos grandes conjuntos habitacionais no anos 50 é formado de uma série de malentendidos. Há contudo duas razões básicas para este consenso: em primeiro lugar, os *Grands Ensembles* são a estratégia de resposta para a crescente demanda de habitação, causada pela aceleração do desenvolvimento da nova economia urbana industrial, e além disso, permite que as classes populares melhorem a sua qualidade de vida uma vez que o subúrbio unifamiliar está decadente e insalubre. Outros motivos que contribuíram para generalizar o consenso são apresentados de seguida.



*Uma frame do filme
“Playtime”,
de Jacques Tati, 1967.*

*– Uma sátira da habitação
modernista.*

A ideia do corte com o passado

O desejo coletivo da classe política de assumir um corte com o passado ultrapassa as divergências políticas e é determinado por várias razões. Essencialmente, o passado é encarado como algo incómodo – acaba-se de sair de um período de duas guerras mundiais. Além disso, existe uma recusa generalizada pelo modelo do subúrbio de habitação unifamiliar: para uns prefigura o ninho do individualismo e da propriedade, para outros a força operária. Os grandes conjuntos habitacionais são por isso encarados como representativos de uma nova ordem urbana económica, racional e funcional, independente da sua formalização. A cidade antiga é superada e as novas arquiteturas testificam esta rejeição – a habitação torna-se mais importante que a cidade.

O consenso reside numa coincidência de ideologias diferentes. Políticos, militantes sindicais, teóricos, artistas, arquitetos e industriais concordam com certas medidas que compõem o filigrana da planificação: a standardização, a industrialização, a construção em série, o higienismo, e o mérito da habitação coletiva. No caso dos arquitetos, o discurso teórico é o modernismo mas por continuar a ser ensinado de acordo com a tradição das *Beaux-Arts*, num primeiro momento cada unidade pedagógica tem a sua própria forma de homenagear os *Grands Ensembles* – a tábua rasa é imposta a todos. Os arquitetos, levados por uma sensação tranquilizante de poder, caem numa cilada uma vez que o real poder está nas mãos das empresas, dos bancos e dos promotores. Os habitantes, apáticos pelo conforto que os novos conjuntos de habitação lhes oferecem, esquecem por momentos o seu desejo de habitação individual.

O consenso acaba

Num segundo momento, o consenso fissa-se. Pioneiros, os artistas insurgem-se contra a simplificação extrema da cidade e da sociedade, favorecida pelo movimento moderno. Em seguida, as habitantes dos grandes conjuntos residenciais, cada vez mais homogêneos, desafiam esse planeamento. Entre os responsáveis técnicos e os arquitetos surgem novas propostas para um retorno às formas urbanas mais tradicionais. Finalmente, as respostas políticas serão dadas, como o desenvolvimento de uma democracia participativa, a criação de novas cidades e a construção da habitação individual.



O mercado de Les Halles
no início do século XX,
Henri Lemoine (1848-1924).

Um centro decadente – um subúrbio em expansão

Quarteirão de Les Halles

A demolição de Les Halles

De acordo com Norma Evenson (1979: 301-309), a requalificação da cidade de Paris sempre foi algo consensual uma vez que se restringia geralmente aos distritos periféricos. O centro hitórico e os seus distritos centrais permaneceram quase sempre intactos no decorrer do tempo, e é possível justificar a insitência na requalificação dos quarteirões pericentrais como uma forma de aliviar a pressão de o fazer no centro.

Por requalificação, queremos dizer transformação da reputação e da estrutura dos bairros de forma a dotá-los de uma imagem mais positiva e atrativa, de acordo com Simon (2008).

O mercado da cidade estava localizado no 5º *arrondissement*, a norte do Sena e a oeste da Boulevard Sébastopol. Durante o período de Haussmann foi construído um enorme complexo de 10 pavilhões, um projecto de Victor Baltard, que viria a ser um marco no *design* do século XIX. A sua localização era contudo problemática visto se encontrar numa área desamente construída e de acesso difícil.

Les Halles de Baltard, métiers du jour et de la nuit [archive]. Exposition du 5 octobre 2011 au 26 février 2012.

A descentralização do mercado

Com o agravamento dos problemas de higiene e de trânsito é redigido, em 1913, um relatório^I que recomenda a descentralização do mercado – assim como todas as outras grandes estruturas urbanas, como fábricas, armazéns, hospitais e outros mercados. Após a Primeira Guerra Mundial considera-se recuperar a estrutura do mercado, contudo, pela impossibilidade de expansão a juntar-se às crescentes dificuldades de acesso e circulação, decide-se finalmente em março de 1960 transferir o mercado de Les Halles para Rungis (sul) e La Villette (nordeste). No entanto, a transferência concreta só vai ser feita no final da década. Em 1963 o quarteirão passa a ser alvo de vários estudos, alguns de natureza controversa – propõe-se uma alteração do carácter físico e social do bairro, a destruição dos pavilhões de Baltard, e questiona-se a natureza das reconstruções propostas para o sítio.

^I*Estudo levado a cabo pela Commission d'extension sur Paris et son agglomération (1911-1913).*

Em fevereiro de 1969 inicia-se a transferência. Esta operação é considerada, na época, como a “mudança do século”: 20.000 pessoas, 1000 empresas grossistas, 10.000 m³ de material, 5000 toneladas de mercadorias e 1500 camiões^{III}. No dia 4 de março, do mesmo ano, o novo mercado de Rungis é oficialmente inaugurado. Enquanto se aguarda pelos trabalhos de demolição (que só começariam dois anos mais tarde) a administração municipal autoriza o aluguer dos pavilhões para a realização de eventos culturais^{IV}. Apesar do projeto de construção de um centro cultural no Plateau Beaubourg (a umas centenas de metros a este) o município acaba por, inadvertidamente, criar um outro notavelmente bem sucedido no complexo do antigo mercado. Muitos parisienses esperavam que os pavilhões continuassem a funcionar desta forma, mas em 1971, apesar da forte contestação, as esperanças desmoronam-se juntamente com os pavilhões do antigo mercado.

^{III} “Le grand déménagement”, consultado em *rungisinternational.com*, a 21/09/2015.

^{IV} “Historique du premier chantier des Halles” (1963-1985)



*Vista do quarteirão de
Les Halles e do “plateau
Beaubourg”,
anos 1930.*

A administração municipal reafirma que a demolição é necessária para se proceder à construção de uma gare subterrânea que interligaria o metro e o RER. O quarteirão de Les Halles estava então destinado a transformar-se num nó central de intermodalidade urbana devido à sua localização estratégica. Planos iniciais para a área incluíam a criação de um centro de comércio internacional com 90.000 m² de espaço de escritórios. Isto vem acentuar algo que se temia há muito no seio da comunidade parisiense: não só se iria destruir uma importante obra arquitetónica, com elevado potencial de animação cultural, mas a sua substituição corria o risco de ser feita através de torres de escritórios e habitação. Vários críticos veem a demolição de Les Halles como um símbolo das ameaças de destruição de Paris. Com o início das demolições em 1971, um semanário parisiense publicara um artigo intitulado “Quem vendeu Les Halles?” no qual se fazia referência a esta intervenção da seguinte maneira:

Houve uma Paris à qual todos estavam apegados, e no meio da qual nasceu uma outra cidade, humana, acolhedora, tolerante tanto a nível social como urbano. O mínimo que se pode dizer é que Paris moderna, a (Paris) da segunda metade do século xx, é um falhanço miserável. Veja-se Montparnasse... a área da Place d'Italie... a lamentável frente ribeirinha do Sena do 15º arrondissement... e as coisas que ainda veremos amanhã... Paris assemelha-se cada vez mais à capital de um país subdesenvolvido, entesada de símbolos capitalistas e pobres falsificações de uma arquitetura que tem algum sentido em Nova Iorque, mas que aqui é uma arquitetura de ilusão. (A. Fermigier, citado em Evenson 1979: 305)

A administração municipal mantém-se no entanto bastante conservadora em relação às propostas apresentadas no concurso de 1967, e os estudos governamentais que são realizados a partir daí vêm sempre no sentido de reduzir o impacto da construção e aumentar o espaço livre para usufruto público.

A nobilitação do quarteirão...

Neste interim, o edificado no perímetro do quarteirão é considerado como possuindo qualidades estéticas merecidas de ser preservadas, de forma que se fazem vários estudos preliminares para analisar aprofundadamente o tecido urbano. É constatando os edifícios do século XVIII eram suficientemente numerosos para dar um forte sentido unitário. O carácter arquitetónico do quarteirão de Les Halles tinha sido marcado desde sempre pela sua função comercial. A maioria dos seus edifícios não apresentava características monumentais e qualidades arquitetónicas excepcionais como noutros distritos parisienses. O interesse revelado pelo edificado desta zona residia em características menos evidentes e mais sutis, herança de antiga trama urbana que determinou um traçado e um parcelamento bastante característico.



*Demolição de Les Halles
em 1973, por Claude Dityvon.*

... e o consequente despejo dos moradores

A vontade de renovação do edificado já existente, acompanhada do forte interesse em preservar as qualidades estéticas do conjunto, não impedem no entanto que o bairro sofra uma profunda transformação social. Desde o século XII que a presença do mercado fazia parte do quotidiano agitado, barulhento e dinâmico desta zona, também célebre pelos seus bares e restaurantes que continuavam abertos durante toda a noite. Por isso, a sua destruição transforma profundamente o quarteirão, enquanto que a sua renovação acelera a evolução, não apenas do núcleo de Paris, mas também do resto da cidade. À medida que os pavilhões são demolidos e os edifícios circundantes são renovados com novas comodidades, os habitantes com menos recursos são forçados a sair.

A complexidade da rede de transportes subterrâneos que a estação de Les Halles acolhe, assim como a reabilitação de toda a área, fazem com que esta obra se torne numa das mais importantes realizadas nessas décadas. Cria-se um novo centro estruturador da cidade de Paris. Em 1971, enquanto as escavações se iniciam, e as construções mostram os seus primeiros sinais, a superfície total dos programas e das intervenções continuam a ser alterados, sendo ainda difícil definir um desenho final. Prevvia-se que a entrada da estação subterrânea fosse marcada por um centro comercial, construído parte enterrado, parte a descoberto. Contudo os estudos realizados tornam-se cada vez mais comedidos em relação às novas construções na capital francesa. Em 1976, a ideia do centro comercial é temporariamente abandonada, as intervenções à superfície são limitadas ao perímetro do local de intervenção, e toda a zona central (dos antigos pavilhões do mercado) é transformada em jardim. Em 1978, a fissura deixada pelas escavações começa finalmente a ser preenchida.

Nobilitação

Segunda parte

“O direito à cidade não se pode conceber como um simples direito de visita ou de regresso às cidades tradicionais. Ele só pode formular-se como direito à vida urbana, transformada e renovada. {...} Isto supõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana, utilizando os recursos da ciência e da arte. Só a classe operária se pode tornar o agente, o portador ou suporte desta realização.”

*– Henri Lefebvre,
LE DROIT À LA VILLE, 1968.*

Capítulo 4

-

O papel da crítica artística

A construção do sentido

Contra o “consenso”

A idéia dominante de transformação completa da cidade para adaptá-la às exigências modernas do tráfego e do urbanismo tem efeitos devastadores no território – nem os centros escapam: por exemplo, o centro de Epinay-sur-Seine (uma cidade a norte de Paris) é completamente arrasado e reconstruído sob a forma de barras e torres, com uma forte presença de habitação social. Esta simplificação extrema da cidade faz com que os artistas reajam.

Em 1958, com o filme *Mon Oncle*, Jacques Tati satiriza de um modo bastante objetivo a condição moderna que se impõe à cidade¹. Também em 1958, Bachelard publica a *Poética do Espaço*, onde classifica os grandes conjuntos de habitação como “caixas empilhadas”. A crítica dos escritores vanguardistas são formuladas essencialmente na ausência de “sentido” neste tipo de urbanismo, por oposição aos bairros tradicionais, onde a complexidade dá sentido à cidade e aos cidadãos. Defendem que o homem não se pode reduzir às funções sintéticas do modernismo que produzem uma simplificação excessiva da complexa existência humana². Mesmo os artistas que são a favor da modernidade recusam esta simplificação. Os artistas precisam pôr em causa as crenças, os consensos, e talvez por isso tenham sido os primeiros a formular a crítica aos *Grands Ensembles*. Ao mesmo tempo, no seio dos ativistas políticos, surge o *situacionismo* que vem criticar Le Corbusier, a ausência da rua, a monotonia e a arquitetura de caixas. São pouco numerosos mas a sua ação e impacto significativo. Na década de 1960, em muitas publicações, a idéia da importância da forma urbana aparece. Em *Imagem da Cidade*, Kevin Lynch detem-se numa questão da percepção da cidade pelos seus habitantes que passa pela análise da forma:

As modelações ou remodelações deveriam ser acompanhadas pelo que podemos chamar um “plano visual” para a cidade ou região metropolitana: um conjunto de recomendações e controlos que estaria preocupado com a forma visual na escala urbana. (Kevin Lynch, 1960: 129)

Também se incluem nesta fase obras de Umberto Eco, Aldo Rossi, Robert Venturi, Lewis Mumford ou Jane Jacobs, autores que criticam a falta de reflexão sobre as formas urbanas da cidade moderna.

Esta insurgência artística marca o fim do referido consenso sobre a construção dos grandes conjuntos de habitação nas cidades periféricas do subúrbio parisiense, considerada no capítulo 3. Mais do que isso, este contexto cultural abre uma via de reflexão sobre a importância da prática artística enquanto consciencializadora social.

¹ Também podemos referir *Alphaville*, de Jean-Luc Godard de 1965, e *Playtime*, que Tati lança em 1967.

² A título de exemplo, em 1962 Anthony Burgess publica *A Clockwork Orange*, adaptado ao cinema por Stanley Kubrick em 1971: um anti-herói sociopata numa sociedade oprimida e violenta.



Conical Intersect,
Gordon Matta-Clark, 1975.

A construção de sentido num espaço urbano em mutação

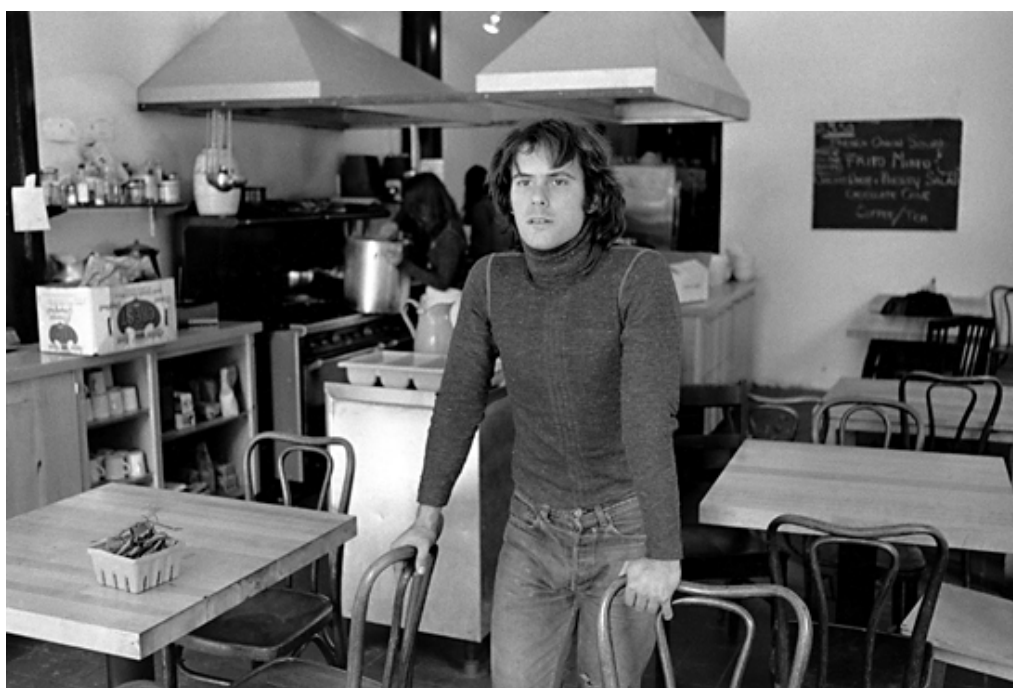
Segundo David Harvey (1990), a cidade é o local onde ocorre o fenómeno continuado de transformação do tempo e do espaço que delimita e define o reconhecimento e a vivência dos seus habitantes. A cidade, a sua vida e a sua morte, é feita por um conjunto variado de intervenientes, uns mais passivos que outros. Carlo Argan (2005) refere-se a um grupo específico: os que “para possuírem, fazem” (*idem*: 38), ao qual pertencem os artistas. A arte serve como mediação entre dois fenómenos históricos: o seu objeto, a obra artística que introduz um sentido e uma temporalidade, e a forma física da própria cidade, também ela criação. Construir ou destruir, permanecer ou abandonar, despojar ou ornamentar, reiterar ou criticar, são atitudes decisivas que moldam esse sistema de relações. Desde há muitas décadas que o papel da arte no espaço público tem vindo a ser explorado. Rosalyn Deutsche (1996) estuda o caso de Nova York e da relação entre a crítica artística, a revitalização e a construção de uma identidade coletiva:

Como prática corrente nas áreas edificadas, a arte pública contribui para a produção de significados, utilizações e formas na cidade. Neste papel, pode servir para garantir a aprovação para a reconversão e reestruturação que compõem a forma histórica da última urbanização capitalista. Mas, tal como outras instituições {...} pode também questionar e resistir a esses processos, revelando as supostas contradições do processo urbano. (Deutsche, 1998: 56)

O objetivo deste capítulo é sugerir sucintamente a forma como o sistema de relações entre obra (criação) e suporte (cidade) é veiculado pela prática artística. Trata-se de procurar compreender como se operam no ambiente urbano as relações de simultaneidade e de oposição entre dois mitos basilares da modernidade do século xx: o espaço-tempo como objeto do construído, e a construção social que encontra no edifício o seu refúgio.

Optamos por desenvolver essa análise através da alusão ao trabalho do artista norte-americano Gordon Matta-Clark (1943-1978) por ter sido um dos primeiros artistas a se concentrar no objeto arquitetónico como ideia de obra e reflexão crítica (P. Pousada, 2004: 371). Assim como outros artistas contemporâneos³, via a cidade como um campo de investigação e de experimentação de novas possibilidades sensitivas. As ligações familiares, académicas e culturais com cidade de Paris fazem com que este parêntese seja pertinente na articulação da realidade urbana, vinda a ser caso de estudo, e o discurso ideológico e cultural das décadas de 1950 a 1970. Neste sentido seleccionámos duas obras específicas: *Fake Estates* e *Conical Intersect*. Estas obras servem-se democraticamente do espaço público da cidade como meio de transporte da crítica e da sugestão à reflexão.

³ Dentro deste contexto podemos citar a título de exemplo: Krzysztof Wodiczko, Daniel Buren, Dan Graham, Barbara Kruger, Jenny Holzer ou Rachel Whiteread.



Food

1972, 43 min, b&w, sound,
16 mm film on video

-
Matta-Clark filma um
dia no restaurante, que
começa de madrugada no
Fulton Fish Market.



O papel da crítica artística

Duas obras de Matta-Clark

Gordon Matta-Clark

Estuda arquitetura na Cornell University (Nova York) de 1962 a 1968 e faz um ano de estudos de literatura francesa na Sorbonne (Paris, 4º *arrondissement*). Não chega a exercer como arquiteto convencional, mas antes, trabalha no que ele se refere como *Anarchitecture*⁴. Na altura, o programa de arquitetura de Cornell é dirigido em parte por Colin Rowe, um teórico proeminente do modernismo. Matta-Clark usa uma série de diferentes recursos para documentar o seu trabalho, incluindo o filme, o vídeo e a fotografia. O seu trabalho inclui performances, reciclagem de peças, experiências com espaço e textura e “cortes” em edifícios. Usa trocadilhos e outros jogos de palavras como uma forma de re-concetualizar papéis e relações pré-condicionadas (de tudo, desde as pessoas a arquitetura). Assim procura demonstrar que a teoria da entropia se aplica à linguagem assim como ao mundo físico, e que a linguagem não é uma ferramenta neutra, mas um portador de valores sociais e um veículo de ideologia.

⁴ William Hanley publisher, ARTINFO (<http://www.blouinartinfo.com>), consultado a 23/09/2015

A incubação – FOOD

Em 1971 Matta-Clark, Carol Goodden, e Tina Girouard fundam em conjunto o Food⁵, um restaurante no SoHo (Nova York) composto e gerido por artistas. O espaço é concebido por Matta-Clark de forma pouco ortodoxa, com uma cozinha aberta para a sala de jantar. O restaurante⁶ serve não apenas como um local de trabalho e refeição mas transforma a refeição num verdadeiro evento: ingredientes exóticos celebram a culinária criativa, artistas são por vezes cozinheiros convidados e jantares concetuais são servidos aos domingos.

⁵ *The Banquet Years: FOOD, A SoHo Restaurant*, Lori Waxman

⁶ William Hanley publisher, ARTINFO

O bairro do SoHo⁷, afetado pela desindustrialização, abunda em lofts que fornecem um espaço amplo, desimpedido e com boa iluminação. Devido às rendas serem baixas os artistas ocupam estes espaços, tanto para viver como para trabalhar. No entanto, o SoHo carece de várias estruturas complementares à função residencial, como supermercados ou restaurantes. Além disso, os lofts também não possuem algumas comodidades básicas, como cozinha. O horário flexível de Food, junto com o crescimento cultural e uma comunidade dinâmica de um bairro em plena fase de transição, de lofts e espaços alternativos, faz então do restaurante um verdadeiro sucesso. O conjunto funciona menos de acordo com os imperativos de negócio e mais como uma experiência de fusão de arte e vida. As atividades no Food contribuem para delinear a forma como se define a comunidade artística da baixa de Manhattan⁸. O restaurante, primeiro do seu género, torna-se bem conhecido pelos artistas e é um ponto de encontro central para grupos como o Philip Glass Ensemble, Mabou Mines, e o grupo de dança The Grand Union. Matta-Clark gere o Food até 1973.

⁷ *A Guide to SoHo's Legendary Artists' Lofts | Art for Sale | Artspace*

⁸ *Ver: Pioneers of Downtown Manhattan Scene*

Anarchitecture

⁹ "Rocking the Foundation", first published in *Frieze*, Issue 11, June-August 1993, by Jeff Rian

No início dos anos 1970, e no contexto de sua comunidade artística em torno de FOOD, Matta-Clark desenvolve o conceito de *Anarchitecture*⁹ - uma fusão das palavras anarquia e arquitetura - que remetia para um interesse nos espaços vazios, intersticiais e sobrantes.

Duas obras de Matta-Clark

*Fake Estates (Nova York, 1973)*¹⁰

¹⁰ "ODD LOTS: REVISITING GORDON MATTA-CLARK'S FAKE ESTATES", *Cabinet magazine*, Queens Museum of Art, and White Columns, 2005

Matta-Clark descobre que a Cidade de Nova York leiloa peridiodicamente *gutterspaces* – sobras e pequenas fatias de terreno inutilizável que resultam de anomalias no levantamento, zoneamento e de obras públicas. Ele compra 15 destes lotes: 14 em Queens e o outro em Staten Island, pelos preços de 25 a 75 dólares cada. Nos anos seguintes documenta-os através de fotografias, mapas, registros burocráticos e ações, e fala e escreve sobre eles. Considera usá-los como locais para a intervenção "anarquitetônica" no espaço urbano mas morre de cancro em 1978, com a idade de 35 anos, sem realizar os seus planos. O título de propriedade reverte então para a cidade. O material de arquivo que colecionou é guardado e não é descoberto até ao início de 1990, momento em que é exibido ao público.

Fake Estates é um comentário mordaz ao espaço urbano e à sua escala poluída, à propriedade residual consequente de um urbanismo dependente da cultura do automóvel, uma construção artificial dos mecanismos e inércias burocráticas. A própria circunstância de "o artista já não estar presente"¹¹ substancia o conflito dual de fugacidade e permanência que rege a nossa relação o passado.

¹¹ Marina Abramovic, "The artist is present", 2012.

Conical Intersect (Bienal de Paris, 1975)

¹² Extrato do catálogo *Collection art contemporain - La collection du Centre Pompidou, Musée national d'art moderne*, Sophie Duplaix, Paris, Centre Pompidou, 2007; consultado em www.centrepompidou.fr

A convite de Jean-Hubert Martin, então curador no MNAM, Matta-Clark decide trabalhar em dois edifícios do século XVII (os números 27-29 da rua Beaubourg) que se encontravam entre os últimos que viriam a ser demolidos na sequência da operação de reconstrução do quarteirão de Les Halles¹². Matta-Clark cria *Conical Intersect* através do corte de um cone gigantesco que atravessa as paredes e os pisos dos dois edifícios, abrindo assim a parte mais larga para norte e apontando o vértice para o Centre Pompidou, então em construção. De acordo com Gerry Hovagimyan – colaborador de Matta-Clark nesta obra –, o jogo de luz criado inspirava-se num filme de Anthony McCall, *Line Describing a Cone* (1973), que se abre sobre um ponto de luz e traça lentamente um cone no espaço. No limiar da escultura e da arquitetura, *Cone Intersection* é uma inversão do processo habitual



2

Block 209 Lot 160
Corner Borden Avenue and 40th Street,
Queens
2.64 x 20.41 x 20.57 feet

Fake Estates,
Gordon Matta-Clark,
1973.



Conical Intersect,
Gordon Matta-Clark,
1975, 18:40 min, color;
silent, 16 mm film on video.



de construção, de forma a revelar as estruturas internas dos edifícios. Referindo-se à experiência pessoal, Gordon Matta-Clark¹³ descreve o efeito da perfuração nos seguintes termos:

{...} quando se está dentro [de Conical Intersect], à medida que se move de piso para piso que tinha sido cortado, o normal senso de gravidade é subvertido pela experiência. Na verdade, quando se chega ao último piso e se olha para baixo através da secção elíptica nos pisos que foram cortados, vê-se através dos fragmentos de um espaço de um apartamento normal, mas eu nunca tinha visto nada assim. Aquilo parecia – quase como se fosse uma piscina. Isto é, aquilo tinha uma qualidade reflexiva própria e uma superfície – mas a superfície era apenas a acumulação de imagens dos espaços abaixo. Aquilo tinha sofrido esta estranha inversão. (Gordon Matta-Clark, Bear interview Gordon Matta-Clark, March 1976, in Diserens (ed), Gordon Matta-Clark: 177)

¹³ Gordon Matta-Clark
*Art, Architecture and the
Attack on Modernism*

STEPHEN WALKER 2009
by I. B. Tauris & Co. Ltd

Matta-Clark revela que a motivação por detrás das perfurações começam com, e retornam, ao tecido social em que estava a trabalhar. Apesar da beleza e do magnífico jogo de luz do projecto, da sensação de vertigem e caleidoscópica, a crítica social é muito mais forte e importante. Carregado de uma dimensão social e histórica, a sua ação era guiada pela vontade de introduzir uma crítica ao ambiente urbano por modificar a percepção.

Matta-Clark considerava a arquitetura como um empreendimento parvo e pretencioso, e ele estaria particularmente enfurecido por se ter tornado um modelo, enfurecido ao ver as suas escavações provisórias serem estilizadas sob o rótulo de “desconstrucionismo” nos projetos arquitetónicos de alguns de seus ex-professores de Cornell. Se o arquiteto se toma por escultor ele dissimula o seu próprio papel na sociedade capitalista, que é a construção de tocas de coelho à ordem de promotores imobiliários. (Yves-Alain Bois, citando G. Matta-Clark; Formless, a User's Guide p. 191)

No contexto francês da época, e em particular parisiense, esta crítica urbana era incisiva. Matta-Clark expressa o seu ceticismo ideológico à cidade planificada e à cidade da expropriação e do despejo compulsivos. Através das suas incisões reforça o conflito entre finitude e ruptura, entre a decadência social e urbana e o idealismo da tábua rasa. Por acelerar a entropia do edifício e a imagem desfocada do que ele foi como espaço do vivido, transforma a ruína numa imagem dialéctica, na representação do antagonismo entre o eterno (o monumento) e o efémero (o consumível). Gordon Matta-Clark tem plena consciência que todas as cidades são espaços nos quais a destruição estratégica e criativa actua, e essa efemeridade está bem presente na sua estratégia subtrativa. A sua crítica não se dirige a essa condição inevitável das atividades humanas, a mudança, mas sim ao modo como as comunidades são expulsas e excluídas da sua história.

> Nas páginas seguintes:
*A vista da Rue Beaubourg
aquando da construção do
Centre Georges Pompidou.*





Capítulo 5

-

A luta pelo *direito à cidade*

Letrismo, situacionismo e revolução

Poucos movimentos colocaram a questão urbana no centro das suas práticas artísticas e literárias como os situacionistas (P. Simay 2008). Partindo da cidade como um espaço de produção da sociedade do espetáculo, do consumo e do controlo social, os situacionistas servem-se dela como campo de batalha e de experimentação, de transformação revolucionária da existência, através da participação dos cidadãos e da reintegração do poético no ordinário. É importante analisar vários momentos da reflexão urbana dos situacionistas, “porque é a primeira expressão de um direito à cidade como entendido por Lefebvre e a primeira tentativa de mudar a vida mudando a cidade” (*idem*: 2003). Será destacado o papel que a ideologia situacionista desempenhou na crítica à ociosidade da sociedade do espetáculo.

Letrismo e situacionismo

Guy-Ernest Debord (1931-1994) encontra em 1951, no festival de cinema de Cannes, um grupo com influências e interesses parecidos com os seus – os Letristas, de Isidore Isou. Em 1952, Debord apresenta o filme *Hurlements en faveur de Sade*, que provocou uma disputa entre velhos e novos letristas, o que levou à sua saída do grupo¹. Nesse mesmo ano funda a Internacional Letrista. De 1952 a 1954 o novo grupo letrista publica o periódico *Internationale Lettriste*, e de 1954 a 1957, *Potlatch*. As questões tratadas nesta publicação, inicialmente mais ligadas à arte, à superação do Surrealismo, e principalmente às idéias de ir além da arte, passam concentrar-se no quotidiano, da relação entre a arte e a vida, e, em particular, na arquitetura e no urbanismo, sobretudo na crítica ao funcionalismo moderno. Defendiam um conjunto de práticas e ideias como a *psicogeografia*, a *deriva* e, principalmente, a “construção de situações”. Os letristas, então sediados em Paris, passam a colaborar com alguns grupos de artistas europeus de ideologia semelhante como o *London Psychogeographical Association*, o grupo *Cobra*, dirigidos por alguns elementos que viriam a integrar a *International Situationist*, fundada em 1957.

¹ O filme era formado por sequências de telas brancas e pretas, através do qual declarava a morte do cinema e propunha ir além do estado de passividade do espectador, o que consegue vinte minutos depois quando o público sai da sala indignado.

A IS rapidamente ganha adeptos em vários países europeus. Entre 1958 e 1969 são publicados 12 números da revista homónima e, enquanto nos primeiros seis números, até 1961, tratam das questões da arte e do urbanismo, a partir desse ano passam a incidir mais nas questões políticas, e sobretudo na ideologia revolucionária, culminando participação determinante nos eventos de Maio de 1968 em Paris.

Além dos números da IS, dos inúmeros panfletos e das ações públicas realizadas pelos situacionistas, três outras publicações situacionistas foram determinantes na construção do espírito revolucionário pré-68: a brochura coletiva publicada em 1966, *De la misère en milieu étudiant*; o livro do situacionista Raoul Vaneigem, publicado em 1967, *Traité de savoir-vivre à l'usage des jeunes générations*; e o clássico de Guy Debord, também publicado em 1967, *La société du spectacle*, onde critica a alienação da sociedade fruto do fetichismo pelo consumo.

As primeiras formulações situacionistas

O primeiro folheto informativo da Internacional Situacionista em 1958 é sem dúvida um manifesto (P. Simay 2008). Aí encontram-se as diretrizes iniciais da reflexão urbana situacionista e a defesa de uma ligação consubstancial entre a cidade, a vida e desejo. Defende-se o papel fundamental que a arquitetura e o urbanismo deverão desempenhar no futuro pela transformação dos modos de vida, pois é aí que reside a possibilidade de qualquer mudança. A arquitetura, como prática e como realização, deve ser reconsiderada: não é apenas um meio de habitar, mas acima de tudo um instrumento de conhecimento e de ação.

A prática arquitetônica a todas as escalas deve potenciar o papel participativo de cada cidadão na construção de “situações” – criação de momentos da vida, singulares e coletivos, das ambiências ou nos jogos de eventos. Assim, cada construção, por estar atenta ao desejo e aberta às possibilidades deve ser móvel e flexível, permitindo que todos se encontrem e reinventem a sua vida através de uma série indefinida de experiências, de acordo com seus desejos e potenciada pelas qualidades do lugar.

Antes mesmo de definir os contornos dessa arquitetura sensível, fluida e lúdica, os letristas, ainda antes dos situacionistas, assumem uma posição clara: a arte e a poesia devem deixar de ser procuradas em qualquer tipo de obra artística ou literária – estas estão na forma de cidades. Devem-se construir cidades agitadas que não deixem intervalo para o tédio. A arquitetura deve operar esta transformação da vida em obra de arte e libertar o indivíduo da alienação na qual se mantém a especialização do trabalho e a normalização da vida diária. Mas para que o arquiteto consiga mudar a vida simplesmente por mudar a cidade é necessário desprender a arquitetura do funcionalismo imposto pelo urbanismo moderno e rejeitar os valores dominantes da burguesia. É por isso que os primeiros esforços da IL não insistem tanto na materialização de uma nova arquitetura mas na denúncia da banalização da existência humana sob a influência do consumismo e do planejamento urbano intensivo do pós-guerra.

A crítica à modernidade

“Machine à habiter”

Desde a terceira edição de Potlach, em julho de 1954, os letristas acusam os efeitos perversos da reconstrução. Em nome da crise da habitação veem-se aparecer centenas de edifícios que carecem de qualidade arquitetônica, todos homogeneamente construídos com o mesmo material, o betão, aos quais classificam como “o estilo caserna”; à habitação dos anos 50, *caixa* (Debord 1996, citado em Simay, 2008). O que se discute aqui é a produção desenfreada das barras de betão, todas feitas

segundo o mesmo modelo e do qual se (re)constroem novos bairros. São esses grandes conjuntos habitacionais cuja pobreza formal impõe a monotonia de um estilo de vida uniformizado. Para os letristas, a arquitetura do lugar-comum e da massificação não é só o resultado da estultícia dos fabricantes mas, acima de tudo, dos princípios teóricos falaciosos. Entre estes princípios incluem-se todos os envolvidos na redução funcionalista, como a “machine a habiter”, onde a existência humana é reduzida a uma série de necessidades primárias. Defendem que o habitat construído segundo o modelo da *existenzminimum* nunca seria rico em surpresas nem em experiências inéditas. Dotar este habitat de elementos de conforto moderno não muda nada a questão. Para os letristas o conforto já é o sinal da sociedade de *espetáculo*, que Debord denunciaria em 1967, sobretudo porque as tecnologias do conforto suprimem todas as mediações graças às quais o espaço se torna visível e tangível. As tecnologias domésticas não procuram a supressão do *incômodo*, condição do verdadeiro conforto, mas unicamente a supressão do *esforço*. Todas juntas, contribuem para manter o indivíduo num estado de passividade onde, progressivamente, depois de os seus gestos terem perdido toda a circunspeção, o seu corpo cessa de ser um instrumento de análise do espaço. Eventualmente, o indivíduo encontra-se alienado do seu ambiente, sem se poder libertar. Para os futuros situacionistas, bem mais importante do que encontrar uma compreensão do espaço doméstico através de uma habitação modular em que o corpo estaria em constante interação com o seu ambiente, era estabelecer novas práticas.

A cidade hiper-racionalizada

O mesmo problema encontra-se à escala da cidade: o cidadão não pode se libertar do seu ambiente direto, não pode escapar ao domínio do quotidiano porque os edifícios em que vive, pela sua monumentalidade, rasgam o tecido urbano e impõem-se na cidade, ou à margem dela, como “ilhas de silêncio” (Simay 2008: 206). Os letristas acusam Le Corbusier de preconizar o empenho pela domesticação e pelo controlo iniciado por Haussmann. A idéia da supressão da rua é vista como a tentativa definitiva de acabar com as insurreições e os encontros – um embelezamento estratégico.

Os letristas defendem que a urbanização modernista intensiva não serve nem a cidade nem os seus habitantes. Antes, é a implementação de um dispositivo de isolamento, a de exclusão e de prisão dos cidadãos, que contribui para o estabelecimento de uma ordem em que o desejo não tem lugar, se não como objeto de desejo. Debord argumenta com veemência que a reorganização do tecido urbano está agora polarizada em torno desses novos *templos* de consumo que são os hipermercados, a racionalização dos percursos, os horários e as práticas. O disciplinamento do espaço comutou assim as tendências de protesto em práticas de consumo.

Para os situacionistas, a crítica do urbanismo moderno abrange a imposição estabelecida em 1946 por Henri Lefebvre: a reinvenção do cotidiano. Face a uma cultura de massa cada vez mais asfixiante e um ambiente viciado pelo culto dos bens, defendem a importância de reavivar o desejo no coração da cidade, de introduzir vertigens e problemas inesperados, e inventar novas formas de vida inéditas e dotadas de situações. Resta determinar como operar esta revolução urbana.

A formulação de uma estratégia – o jogo

No “ensaio sobre a função social do jogo” o historiador holandês Johan Huizinga (“Homo Ludens”, 1938) vê na prática lúdica “uma ação livre, sentida como ficção e situada fora da vida corrente, capaz no entanto de absorver completamente o indivíduo (*joueur*); uma ação desprovida de qualquer interesse material e de toda a utilidade” (Huizinga, 1988: 12, citado em Simay 2008: 208). É aqui que segundo Simay (2008) tanto Debord como Lefebvre vêem o “jogo” como uma força preponderante de criação cultural e o paradigma de toda uma atitude anti-utilitária. É um conceito que abre um leque da reinvenção constante das regras: as regras que o urbanismo moderno propõe carecem tanto de plasticidade que não é possível “perder-se” na cidade.

Para contrariar a rigidez imposta pela cidade, os situacionistas vão promover múltiplas estratégias lúdicas das quais se destaca a *Deriva* pelo seu carácter subversivo. Não sendo uma prática inédita², demarcava-se do comportamento experimental pela vertente heurística, por isso não era um meio de evasão do cotidiano mas um instrumento para a sua reinvenção. Em 1958 Debord apresenta a *Teoria da Deriva* na qual se encontram similaridades com o “jogo” de Huizinga mas predomina a ideia de um modo de exploração da cidade por esse mecanismo. A prática da deriva é indissociável da psicogeografia do espaço urbano, uma ferramenta para situar as zonas de ambiência nas quais as potencialidades devem ser minuciosamente avaliadas. A deriva assume-se assim como a dimensão lúdica da exploração urbana e a psicogeografia como a localização onde a função construtiva é mais manifestada.

A construção de situações

O cotidiano seria o espaço-fronteira entre a alienação e a participação, assim como o lazer seria o tempo livre para o prazer e para a atividade criativa, para participação conjunta, não para o ócio. Ambos procuravam a despolterar uma revolução cultural: a criação participada da existência contra a banalidade do cotidiano. A teoria fundamental da construção de situações seria o *Urbanismo Unitário*.

² Outros tipos semelhantes de experiências sobre o espaço urbano consideravam a experiência estética e apreensão afetiva: os dadaístas com as excursões urbanas por lugares banais, os manifestos surrealistas e a experiência física da errância no espaço urbano - *l'hasard objectif*, e W. Benjamin com a ideia de *flânerie* - a investigação do espaço urbano pelo *flâneur*. As práticas lúdicas do espaço urbano evocadas por Benjamin, Breton ou Debord eram todas baseadas na perspectiva do peão, da errância, definida como a verdadeira capacidade para interagir com seu ambiente imediato e, portanto, redefini-lo.

A nossa idéia central é a construção de situações, isto é, a construção concreta de ambiências momentâneas da vida, e sua transformação em uma qualidade passional superior. Devemos elaborar uma intervenção ordenada sobre os fatores complexos dos dois grandes componentes que interagem continuamente: o cenário material da vida; e os comportamentos que ele provoca e que o alteram. (Debord 1957, citado em Jacques 2003)

A psicogeografia permitia estudar o ambiente urbano, sobretudo o espaço público, a deriva, mapear os diversos comportamentos afetivos dessa ação. Algumas dessas cartografias são realizadas em forma de fotografias e filmagens (algumas das quais são incluídas nos filmes de Debord³). *The Naked City*, de 1957 talvez seja a melhor ilustração do pensamento urbano situacionista: é a representação gráfica da psicogeografia e da deriva, e é um ícone da própria idéia de *Urbanismo Unitário* (Jacques 2003). É uma carta composta por vários recortes do mapa de Paris, unidades de ambiência, e por setas vermelhas que os relacionam e sugerem uma organização afetiva desses espaços, como é descrito no verso: “As setas representam o diagrama que naturalmente liga as diferentes unidades de ambiência; ou seja, as tendências espontâneas de orientação de um sujeito que atravessa este meio, sem levar em conta as rotinas práticas - com a finalidade de trabalho ou de distração - que condicionam geralmente o seu comportamento.” O título do mapa lembra um *film noir* norte-americano de 1948 de Jules Dassin, homónimo. O seu subtítulo, “Ilustração de hipótese das placas giratória na psicogeografia” faz alusão ao mecanismo ferroviário responsável pela mudança de direção dos comboios⁴. No mesmo ano Debord contrói o *Guide psychogéographique de Paris*, onde se vê os 10 pavilhões de Les Halles, o plateau Beaubourg e o Marais.

³ Como em “*Sur le passage de quelques personnes à travers une assez courte unité de temps*”, Debord, 1959.

⁴ “*Le jeu de cartes des situationnistes*”, Thierry Paquot, 2010, consultado online em www.lecf.fr

A rejeição da materialização formal

Debord defende que a ideia de *Urbanismo Unitário* é uma crítica ao próprio urbanismo, um instrumento de contestação que visa subverter a organização dominante da vida, não um programa arquitetónico virtual. A ideia que as experiências psicogeográficas serviriam de base para uma proposta de um modelo de cidade situacionista foi sendo progressivamente abandonada pelo grupo, à exceção de Constant, ex-dirigente do grupo *Cobra*, que se separa da IS em 1960 (apenas 3 anos após se juntar ao grupo) e continua a desenvolver a proposta da cidade utópica *Nova Babilónia*. O alvo da crítica situacionista é o urbanismo modernista e os seus agentes, uma oposição ideológica ao autoritarismo do planeamento urbano. Os situacionistas defendem a construção coletiva e activa do espaço físico da cidade pelos seus cidadãos, condição que só conseguiriam atingir através da revolução. A partir da publicação da IS nº 6, em 1961, começam a incidir nas questões ideológicas, revolucionárias, anti-capitalistas, antialienantes e anti-espetáculo. A

crítica urbana situacionista fundamenta-se sobretudo nos dados recolhidos através da observação e experiência urbanas como apreensão do espaço. Tendo abandonado a ideia de uma materialização física dos seus ideais, os situacionistas passam a concentrar-se mais num modelo de experimentação da cidade, na tentativa de transformação da ociosidade em participação activa, impeditiva de qualquer tipo de espetacularização urbana. Num certo sentido as práticas lúdicas situacionistas prolongaram-se e vão-se sentir mais radicalmente nos eventos de maio de 68, em especial com a construção das barricadas.

Apesar da visibilidade conquistada nas diversas ações situacionistas que marcaram os acontecimentos de Maio de 68, a IS entra em crise. O seu súbito reconhecimento atrai muitos novos membros de vários países o que complexifica a organização deixando-a praticamente incontrolável. A IS dissolve-se em 1972 – um fim que para Debord seria o real começo:

O movimento das ocupações [Maio de 1968] foi o início da revolução situacionista, mas foi só o começo, como prática da revolução e como consciência situacionista da história. É só agora que toda uma geração, internacionalmente, começou a ser situacionista. (Debord 1972, citado em B. Jacques 2003)

O Maio de 68

1968 foi o ano crucial da contestação pela nova esquerda em todo o mundo ocidental e particularmente em França onde, em maio desse ano, dez milhões de trabalhadores transformaram uma manifestação estudantil num movimento revolucionário. No curto espaço de um mês, o país foi abalado e reestruturado numa forma tão violenta que ainda hoje se sentem as suas réplicas. Como muitas revoluções fracassadas, os eventos de Maio tiveram um enorme impacto na cultura da sociedade, apesar de seu insucesso na rua. Embora os eventos tenham ocorrido em França expuseram causas fundamentais para a contestação estudantil em todo o mundo capitalista, inclusive nos Estados Unidos.

Feenberg (2002) defende que os eventos de Maio marcaram o culminar da influência da Nova Esquerda dos anos 60. Deram igualmente o primeiro sinal de instabilidade política que invadiria uma grande parte da Europa meridional nos anos 70. Em 1968 falava-se da condição decrépita dos partidos oficiais da oposição. Na realidade os eventos de maio derrubaram não o estado Gaullista mas os curtos horizontes ideológicos da velha esquerda. Os eventos transformaram a imagem popular do socialismo em França contribuindo para o colapso do Estalinismo moribundo e das tradições social-democratas, preparando a vitória de Mitterand no início dos anos 80.

Contudo, esta vitória não trouxe uma mudança social radical. Os partidos socialistas e comunistas jogaram com as idéias que circulavam na esquerda extra-parlamentar desde 1968, mas no final acabaram por, de forma banal, incluir no seu programa nacionalizações, antes de fugir precipitadamente para o conservadorismo fiscal. Desapontados, os novos movimentos sociais, como os movimentos ambientais e feministas, acabam por sair da sombra dos partidos estabelecidos de esquerda. Ao mesmo tempo, os intelectuais franceses livram-se da carga moral do comunismo que os sobrecarregava desde a Segunda Guerra Mundial. Novos movimentos teóricos associados a Foucault, Deleuze e Baudrillard completam a ruptura com a velha esquerda, a partir de 1968.

Da indignação estudantil à mobilização geral

No fim dos anos 60 a resistência estudantil dirigia-se à partida contra a pressão crescente que visava a integração tecnocrática da universidade e da sociedade (Feenberg 2002). A universidade profundamente tradicionalista viu o crescimento da tecnocracia com consternação e recusou-se a se adaptar a algo que rejeitava. A massificação da educação, por outro lado, contribuiria certamente a uma vida estudantil menos agradável e menos prestigiosa (Le Goff 1998). O ensino universitário era marcado por uma “ortodoxia cultural” e uma esclerose manifestada



*Maio de 1968,
Mobilização estudantil
e operária.*

na relação entre professores e estudantes. (*idem*: 15) A universidade de Nanterre, criada em novembro de 1954 para aliviar a Sorbonne da enchente de estudantes, demarca-se da imagem tradicional de universidade. O espírito de reforma que anima os seus responsáveis e os professores é confrontada por dificuldades que viriam a ser difíceis de enfrentar.

Os estudantes de Nanterre estiveram entre os primeiros a denunciar, pouco antes do Maio de 68, o modo dominante de transmissão de conhecimentos que implicava uma atitude passiva de “consumo do saber” em detrimento da compreensão e do estímulo do sentido crítico. O ensino da sociologia em Nanterre ficou marcado pela personalidade de Henri Lefebvre, que antes lecionou em Estrasburgo. Para este sociólogo marxista, o “neo-capitalismo” explora cada vez mais de forma racional todos os aspetos da vida em sociedade. Na sua análise, nada mais parece escapar da lógica do consumo, que provoca uma “destruição devoradora das obras, dos estilos, da arte e da cultura” (Lefebvre 1947). A sociedade burocrática de “consumo dirigido” manipula os objetos e os consumidores, e “transforma tudo em mercadoria” (Lefebvre 1968 p.19). A vida quotidiana, que poderia ainda resguardar o espaço da autonomia, é estruturado e planificado segundo esta lógica. Torna-se assim a questão de uma luta essencial: é a partir dela que se pode questionar a sociedade. A transformação revolucionária da sociedade não pode apenas portanto restringir-se aos domínios político, económico e jurídico, mas a todos os aspetos da vida. A revolução deve transformar o quotidiano, permitindo aos indivíduos encontrar as suas qualidades humanas e a sua capacidade de criação.

Esta chamada de atenção de Lefebvre, junto com os ideais situacionistas bastante difundidos na altura, permite que os movimentos dos anos sessenta passem rapidamente da mera reação ao declínio na qualidade de vida do estudante para se concentrarem nos problemas da sociedade em geral. A universidade é vista como instituição social. Durante os eventos de maio um folheto que se chamava *L'Amnistie des Yeux Crevés* tornou-se uma espécie de manifesto do movimento. Começava assim: “Não há mais nenhum problema estudantil. O estudante é um conceito ultrapassado.” (citado em Feenberg 2002: 2) Este tratado, como muitos outros, afirmaram que a revolta dos estudantes não diz respeito apenas à situação nas universidades. Ainda que as mudanças na universidade tenham frequentemente formado a retaguarda da revolta, os estudantes passaram rapidamente além das reivindicações de reforma da universidade para protestar em nome de objetivos universais, com a paz e a liberdade.

A maior parte dos movimentos estudantis dos anos 60 caracterizaram-se pela solidariedade para com os oprimidos, no nome de quem se reivindicaram os direitos universais. Nos EUA o movimento estudantil lutou em nome dos negros e dos vietnamitas. Da mesma forma, o movimento estudantil francês baseou-se na solidariedade para com os trabalhadores.



*"The Dreamers", 2003,
Bernardo Bertolucci.*

*-
Confronto com a polícia
no Quartier Latin.*

Chamou-se à nova universidade *l'usine à diplômes* – a fábrica de produção do conhecimento e dos instruídos (Le Goff 1998: 16). Esta fornece membros à hierarquia tecnocrata, e é igualmente o lugar onde se descobre o novo conhecimento científico que usa essa hierarquia. Além disso, a universidade assemelha-se a uma tecnocracia porque também se divide em qualificados e não-qualificados, em instruídos e ignorantes. Assim, há uma equivalência metafórica entre a sociedade, que supostamente se estabelece no conhecimento, e da universidade, que o faz realmente. A julgar pelos inúmeros panfletos e artigos que escreveram durante e após os eventos, os estudantes franceses viram a universidade como um modelo idealizado do mundo social em que diferenças no conhecimento justificam as diferentes funções e privilégios. Um folheto comentava:

Para nós o corpo docente e estudante não são mais que grotescas miniaturizações das classes sociais, projetadas no meio académico, e é por isso que recusamos ao corpo docente o direito de existir como tal. (Université de Contestation, citado em Feenberg 2002)

Embora a maioria dos estudantes franceses não tivessem dinheiro em 1968, estavam predestinados a ocupar o lugar em hierarquias de negócios e administração, após a graduação. Não poderiam ser definidos em termos de pobreza e exploração, e de fato foram considerados pelos trabalhadores como potenciais opressores (*idem*: 3). A única semelhança significativa entre trabalhadores e estudantes era a sua falta de qualificações. Em qualquer outra sociedade esta convergência não teria nenhuma importância, mas numa sociedade dominada pela ideologia tecnocrática, onde todas as formas de subordinação se justificam em termos do nível de especialização, pode dizer-se que os alunos estavam sujeitos ao mesmo controlo que os trabalhadores, na sua forma mais pura e abstrata. O aumento do desemprego entre os licenciados deu a analogia ainda mais convincente. Assim, os estudantes enfrentaram as tarefas que lhes foram imputadas e rejeitaram-nas. Esperavam conseguir mudar o sistema antes que fosse a sua responsabilidade fazê-lo funcionar.

Reivindicava-se sobretudo a ampliação do campo da liberdade e da iniciativa própria. No cruzamento da analogia da universidade com a sociedade, os estudantes descobrem o carácter arbitrário geral das estruturas embevecidas com o poder, no conjunto da sociedade. Por isso o objetivo principal do movimento não era tanto destruir a hierarquia do saber no seio da universidade mas antes sim, destruir a hierarquia na sociedade que iriam iminentemente integrar. A revolta universitária foi uma luta contra a utilização de argumentos que invocavam a necessidade técnica e a autoridade intelectual para justificar um sistema de dominação. Assim não era o intelecto que os estudantes rejeitavam, mas a tecnocracia, quando diziam que “não queriam mais ser governados passivamente por “leis científicas”, por leis da economia ou pelos “imperativos” técnicos.” (L’amnistie des yeux aveuglés, citado em Feenberg 2002: 5)

Em suma, os estudantes viram-se no meio de uma contradição que caracteriza todas as sociedades modernas, a contradição entre, por um lado, o vasto conhecimento e riqueza dessas sociedades e a criatividade que exigem dos seus membros, e por outro lado, o uso medíocre desse conhecimento, riqueza e criatividade. Acreditavam que a solução residia na transformação do papel do conhecimento – e seu próprio papel no futuro – na estrutura social.

Nós nos recusamos a ser os eruditos, desconetados da realidade social. Nós nos recusamos a ser usado para o benefício da classe dominante. Queremos eliminar a divisão entre o trabalho de execução e o trabalho de reflexão e de organização. Queremos construir uma sociedade sem classes. (Votre Lutte est La Notre, citado em Feenberg 2002: 5).

Consequências do Maio 68

Como consequência direta dos eventos de 68, várias mudanças são verificadas nas áreas do emprego, social, cultural e política. Com as reivindicações dos trabalhadores conseguiu-se uma melhoria significativa das condições de trabalho. Os acordos de Grenelle permitiram: o aumento de 35% do SMIC (600 francos por mês), o aumento de 10% nos salários, a criação de uma secção sindical na empresa, a quarta semana de férias paga. No plano sócio-cultural verificaram-se mudanças importantes, entre elas: a valorização do indivíduo, da sua criatividade; a recusa à autoridade; a libertação sexual com a chegada dos contraceptivos, do movimento feminista MLF, que permitirá em 1975, a lei sobre o aborto; a denúncia dos regimes comunistas; na escola a criança pode agora se expressar e participar nas decisões. A situação económica e social também se altera: é criado um sistema de autogestão corporativa; questionado o poder militar e nuclear, com o aparecimento de movimentos ecológicos; em termos religiosos, há uma conturbação devido à recusa da contracepção pelo Vaticano, a inclusão dos padres no mercado profissional, e um abandono progressivo dos praticantes. Os franceses gradualmente adotam uma postura crítica em relação à política e mais cautelosa do ativismo político. Devido ao referendo sobre a regionalização pelo qual o general De Gaulle quer descentralizar a tomada de decisões e mudar o papel do Senado, o povo francês opta pelo “não” e De Gaulle abandona a presidência.

A oferta residencial em 1968

Em 1970, Nicole Seligmann refere que de acordo com um levantamento do INSEE em áreas urbanas, 645.000 unidades estavam verdadeiramente desocupadas em maio de 1968: uma habitação em 19. Entre essas habitações, há apenas 23% para venda e 35% para alugar. As habitações para venda em segunda mão são relativamente mais velhas e, portanto, geralmente mais mal equipadas que as habitações ocupadas; as que se destinam ao aluguer possuem características bastante semelhantes ao restante conjunto residencial. No geral, metade das habitações devolutas à venda em maio são vendidas antes de outubro, e três quartos da habitação para arrendamento é arrendada durante o mesmo período. As carências infra-estruturais parecem ter sido o principal obstáculo à comercialização. A influência da importância da aglomeração urbana não é muito forte à exceção de Paris, onde o mercado é mais concorrido. A procura é mais forte aí do que em outros lugares, e o ritmo de vendas e de alugueres atinge um nível significativamente mais elevado do que o observado nas cidades da província.

O conjunto das habitações existentes a uma determinada altura pode ser organizados segundo três categorias principais: habitações ocupadas como residência principal, habitações ocupadas de forma intermitente (secundárias) e, finalmente, residências desabitadas. É uma realidade dinâmica e de difícil leitura: habitações que são destruídas, outras que de um momento para o outro mudam de categoria.

Entre o período de 1967 e 1970 é realizado um inquérito em cada um desses anos, respetivamente, da mesma amostra, de forma que é possível comparar as características principais de todas as habitações aí incluídas (Seligmann 1974). Entre 1967 e 1970, a oferta residencial decresceu em média 155.000 unidades por ano (1 %) devido a mudanças na atribuição de categoria ou por destruição. Durante este mesmo período, 200.000 residências principais foram “melhoradas”, em média a cada ano. A amplitude do movimento que afeta o conjunto residencial antigo está longe de ser insignificante: entre 1967 e 1970 são construídas 450 000 habitações principais, um terço das que serviram para compensar a perda líquida devida à alienação.

Não podendo afirmar categoricamente que esta renovação na oferta da habitação se deva diretamente aos eventos de Maio, podemos no entanto supor que a consciencialização social incitada pelas insurgências críticas artísticas, que alimentaram e foram veiculadas pela revolta estudantil e operária, foram importantes na construção de um sentido generalizado de pertença e de reivindicação do direito habitar a cidade.

Capítulo 6

-

Nobilitação urbana – *gentrification*

Contextualização

Origem do termo *gentrification*

A socióloga britânica Ruth Glass cunhou o termo “gentrification” em 1964 (*London: Aspects of change*) para descrever um processo recente e desconhecido até então que estaria a afetar a área central de Londres: o influxo de pessoas de classe média, e a consequente desterritorialização dos habitantes da classe baixa operária dos bairros urbanos.

Um a um, muitos dos quarteirões operários de Londres foram invadidos pela classe média – alta e baixa. Cavalariças {mews} danificadas e modestas – dois quartos em cima e dois em baixo – foram recuperadas, quando os seus arrendamentos expiraram e tornaram-se residências caras e elegantes. Casas vitorianas maiores, degradadas há muito ou mais recentemente – usadas como cortiços ou como plurifamiliares – foram novamente valorizadas. Hoje em dia muitas dessas casas são subdivididas em dispendiosos apartamentos ou “houselets” (nos termos do novo calão snob imobiliário). O status social atual e o valor dessas moradias estão frequentemente numa relação inversa ao seu estado, e em todo caso substancialmente inflacionados em comparação aos níveis anteriores desses bairros. Uma vez que esse processo de “gentrificação” {gentrification} se inicia num distrito, avança rapidamente até que toda ou a maioria da classe trabalhadora inicial é desterritorializada e a identidade social do distrito é aalterada. (Glass, citada em Lees et al., 2008: 4)

Gentrification é um processo muito bem documentado. É definido por Hamnett (1991), como uma nova fase na estruturação do espaço urbano, um reflexo espacial da reestruturação económica, ou um critério estratégico para analisar a formação de grupos sociais e as ligações entre a posição espacial e a posição social. Identificado inicialmente no Reino Unido, depois nos Estados Unidos e nos países do norte da Europa, a gentrificação dos bairros centrais de idade é agora um fato reconhecido na maioria das cidades europeias. Envolve não só o funcionamento do mercado imobiliário e a economia dos mesmos, mas também as características e crenças por trás da atitude dos próprios “gentrificadores” e, finalmente, as inter-relações entre a reestruturação económica e o aparecimento de novas categorias sociais, novas necessidades de habitação e uma novo modo de expressão política na luta para a preservação do meio ambiente.

Os “gentrificadores” representam um novo grupo social - ou uma “nova classe” (Ley 1996) que pode ser definida pelo seu estatuto económico, práticas políticas e atitudes culturais. A atividade dos seus membros provoca grandes transformações no padrão social da cidade e na sua constituição física, uma vez que a renovação dos bairros baseia-se na possibilidade de venda ou arrendamento de habitação para os agregados familiares mais abastados, que podem querer tornar-se residentes em bairros degradados.

O contexto – declínio dos núcleos urbanos

De acordo com Simon (2005: 213), o conceito de “declínio urbano” surgiu em meados da década de 1970 para descrever as transformações que afetavam a maioria das cidades industriais. Depois de um período de prosperidade económica e reorganização urbana, as ilhas insalubres tornam-se novamente uma figura ameaçadora na imagem da cidade. Então, novas concentrações de populações pobres surgem mais uma vez em bairros problemáticos que sofrem a deterioração da habitação, carecem de equipamentos públicos e de infraestrutura comercial. As perdas líquidas de emprego na maioria destes bairros decadentes aumentam o empobrecimento da população existente, resultando daí uma degradação das relações sociais na comunidade e uma maior segregação. O fator agravante nestes bairros não é apenas a marginalização social dos habitantes mas, ainda mais crucial do que isso, é a simultânea intensificação dos mecanismos de segregação que, ao qualificar a população de acordo com o seu perfil residencial sócio-económico, tende a empurrar as famílias que vivem na base da pirâmide social para as áreas afetadas pela crise.

O declínio urbano ocorre primeiro em centros urbanos industrializados gravemente atingidos pela reestruturação económica. Assim, enquanto habitantes com perspectivas de mobilidade social ascendente saem e novas populações com uma situação social cada vez mais precária chegam, os bairros centrais antigos são confrontados com a “decadência”. A estrutura económica dos bairros em declínio normalmente apresenta evidências de uma movimentação de algumas atividades para territórios com melhores ligações geográficas com redes de produção e distribuição, e as atividades tradicionais (oficinas de artesanato, pequenas indústrias) são incapazes de sobreviver sob o novo regime de produção. Estas transformações são parte de um processo mais amplo de redistribuição de atividades e oportunidades de trabalho dentro das áreas metropolitanas (idem: 214).

A situação da habitação nos bairros antigos deteriora-se rapidamente. Com a saída de grupos mais abastados para outros bairros, em especial para os subúrbios residenciais (suburbanização), as áreas centrais antigas são fortemente afetadas por um sub-investimento privado e público. Os proprietários destes conjuntos habitacionais precários deixam de investir e fazer manutenção, durante esta fase de transição. Enquanto os valores de locação e de propriedade caem, o bairro torna-se acessível para as populações mais marginalizadas. Estas tendem a reunir-se aí, ocupando os locais que se tornaram disponíveis pela fuga dos ex-residentes.

Segundo Simon (2005), é neste contexto que decorre um movimento inverso rumo a uma requalificação do centro da cidade.

Nobilitação urbana em Paris

Circunstâncias parisienses, o caso do Marais

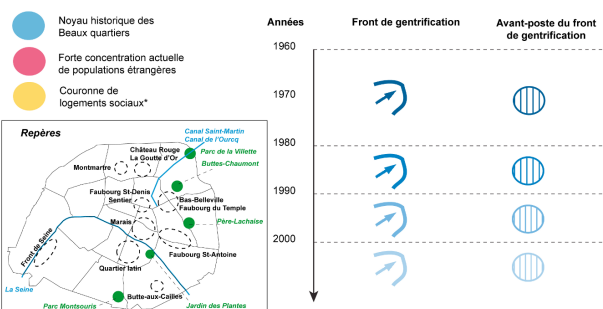
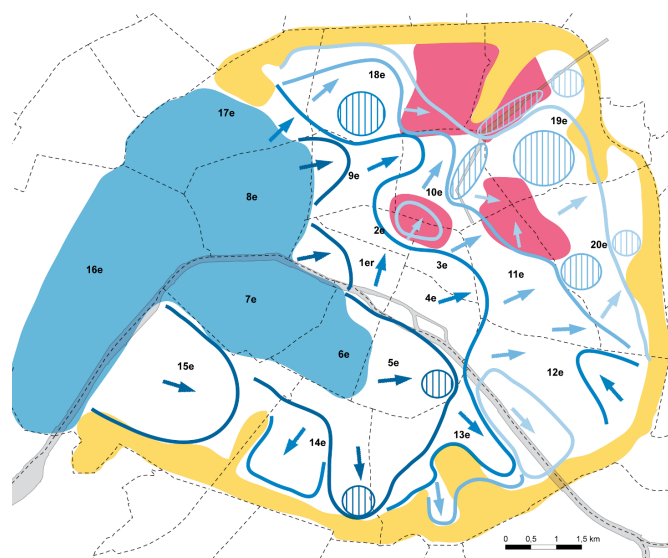
As circunstâncias do processo de gentrificação em Paris

Anne Clerval (2013) apresenta várias razões possíveis para o aparecimento tardivo do processo de gentrificação em Paris, em relação a Londres ou Nova York. Uma das razões seria que a capital francesa tinha sido desde sempre, e de forma ininterrupta, o local de residência das classes dominantes: nunca teria experienciado o *white flight* das cidades norte-americanas, que viram as classes média e alta de raça branca abandonar os centros das cidades para o subúrbio durante a década de 1950. No decorrer da história, apenas o quarteirão do Marais testemunha o desinvestimento e reinvestimento pelas classes ricas – processo em decurso nos quarteirões vitorianos de Londres que Ruth Glass rotula de “gentrificação” em 1964. Contudo, a extensão do edificado antigo e popular de Paris, representa um forte potencial de gentrificação. Desde 1960 que os quarteirões a sul do Sena se transformam progressivamente, como por exemplo o quarteirão da rua Daguerre (14º *arrondissement*) que prolonga a rasura dos quarteirões populares começados por Haussmann. A norte do Sena, o edificado de elevada qualidade arquitetónica do Marais é simultaneamente objeto das políticas de reabilitação, o que propicia o retorno das classes mais ricas. Esta movimentação prolonga-se na década de 1970 rumo ao este parisiense (*faubourg* Saint-Antoine, por exemplo) e depois prosseguindo para Norte pela extensão do canal Saint-Martin, na década de 1990.

Como nas cidades do sul da Europa, a capital francesa distingue-se pela importância do edificado antigo e do seu património histórico. Ao contrário de Londres, o tecido urbano parisiense saiu praticamente ileso aos bombardeamentos durante a Segunda Guerra Mundial (destruições pontuais aconteceram apenas no quadrante sudoeste) e não foi marcado por reordenamentos tão invasivos como no caso londrino ou nos centros das cidades norte-americanas. Assim, por um longo período de tempo, os alugueres em Paris foram sendo estritamente controlados e a especulação financeira refreada ou, pelo menos, limitada a certos setores do mercado. O investimento das classes ricas no edificado popular vai ser progressivo. É apenas em 1990 que a gentrificação se torna visível e que a demolição da construção antiga é oficialmente substituída pela reabilitação urbana.

Os intervenientes do processo de gentrificação

A gentrificação parisiense é instigada especialmente por atores privados através da reabilitação do tecido urbano popular (Clerval 2008b). Este grupo é composto em particular por artistas e arquitetos à procura de um espaço de trabalho, que investem em antigos espaços artesanais e comerciais do este de Paris, e que acompanham o movimento *squatting*, na década de 1980. Numa perspectiva mais ampla, em simultâneo, alguns agregados familiares da classe média (em que se enquadram os profissionais culturais) adquirem residência em bairros populares e reabilitam-nos.



*Sentido da dinâmicas de
 gentrificação parisiense,
 Anne Clerval, 2012.*

São apoiados por três fatores: as agências imobiliárias, que se multiplicam com a subida dos preços; os bancos, que oferecem menores taxas no crédito à habitação e assim compensam a inflação; e os promotores imobiliários, que reabilitam e fracionam os edifícios para venda. Estes últimos intervêm em quarteirões de valor consideravelmente elevado ou em conjuntos artesanais ou industriais no este parisiense, produto das antigas fábricas desterritorializadas (Clerval, 2004, 2008a).

Como acontece noutros casos, a gentrificação dos bairros parisienses deve-se a vários fatores estruturais no domínio do emprego e da habitação. O mais evidente é o declínio continuado do número de postos de trabalho do setor industrial em toda a região parisiense a partir de 1960. É acompanhado pelo decréscimo dos empregos pouco qualificados no setor terciário em Paris desde 1980, enquanto que as funções de gestão e as profissões intelectuais superiores (CPIS¹) aumentam significativamente durante o mesmo período (Clerval, 2008b). Esta transformação decorre da reestruturação da divisão internacional do trabalho, acelerada pelas políticas macroeconómicas neoliberais: a desregulamentação e a internacionalização da economia propiciam a concorrência da mão-de-obra à escala mundial e facilitam a globalização da produção industrial, enquanto que a metropolização que daí decorre provoca a concentração dos empregos qualificados na região parisiense. As estruturas da habitação e do mercado imobiliário intensificam a crescente mudança social no tecido residencial de Paris, a par das dinâmicas do emprego (Clerval, 2008b). A habitação popular deteriora-se, resultado de estratégias de rentabilização a curto prazo pelos promotores, ou pela vontade de deixarem as suas propriedades, em especial imóveis inteiros. A desterritorialização das classes populares devido às políticas de construção de habitação social em massa no subúrbio desde 1960, esvazia os quarteirões populares do centro. Estes vão sendo ocupados em parte por populações ainda mais precárias, como imigrantes, e por agregados “gentrificadores”. Desocupação parcial e degradação criam um diferencial de rentabilidade fundiária (explicado como *rent gap* por N. Smith em 1979) nestes quarteirões centrais: após o investimento dos primeiros “gentrificadores” e o surgimento do comércio de moda, muitos bairros tornam-se potencialmente lucrativos para os investidores.

As políticas públicas anteriores desempenham um papel secundário neste processo: de 1960 a 1990, as operações de renovação por demolição/reconstrução contribuem para a destruição dos quarteirões populares mas contudo conduzem à construção abundante de habitação social. Os primeiros “gentrificadores” opõem-se à demolição do tecido urbano antigo, indicando bem a divergência que existia há muito entre o poder político e a gentrificação. Contudo, a desregulamentação dos alugueres em 1986 incita a especulação financeira, enquanto várias operações apoiam o processo de revalorização dos bairros populares para o benefício de classes média e alta, como a renovação de Les Halles, a construção do Beaubourg e a reabilitação do Marais em 1970, assim como a criação de equipamentos de grande porte no leste e norte de Paris².

¹ CPIS: Categoria que agrupa professores e profissões científicas assalariadas que aplicam diretamente os vastos conhecimentos no domínio das ciências exatas, nas atividades de investigação de interesse geral, de ensino ou de saúde. Profissionais de informação, das artes e dos espetáculos nas quais as atividades são ligadas às artes e à mídia. Administradores e comerciais de empresas, assalariados que têm responsabilidades importantes na gestão das empresas. Engenheiros e administradores técnicos de empresas, salarizados que exercem funções de responsabilidade que necessitem de conhecimentos científicos aprofundados. – Em <http://www.insee.fr>

² Por exemplo: a Cité des sciences et de l'industrie, em 1986 no lugar dos matadouros de la Villette, ou ainda a Opéra Bastille, em 1989 na entrada do faubourg Saint-Antoine em plena gentrificação.

(...) os núcleos urbanos não desaparecem, erodidos pelo tecido invasor ou integrados na sua trama. Estes núcleos resistem, transformando-se. Alguns centros de intensa vida urbana permanecem (...). As qualidades estéticas destes antigos núcleos desempenham um importante papel na sua manutenção. (...) O núcleo urbano transforma-se, então, num produto de consumo de alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas vindas da periferia e suburbanos. O núcleo sobrevive devido a esse duplo papel: como lugar de consumo e mediante o consumo do lugar. Os antigos centros entram assim mais completamente na troca e no valor de troca, mantendo o valor de uso em função de oferecerem espaços para atividades específicas. Eles tornam-se centros de consumo. (Lefebvre, 1968: 25)

Um retrato da nobilitação no coração de Paris - o caso do Marais

O Marais era o maior dos bairros populares. Os seus edifícios particularmente degradados, o conjunto habitacional “esquecido” pela haussmannização, a densidade e a tortuosidade da sua trama viária eram incomparáveis em Paris. Isto aliado ao fato de ser um dos bairros mais baratos do centro, faz com que as populações pobres (tanto parisienses e como estrangeiros) aí residam em grande número. Uma outra particularidade do Marais era a sua situação na cidade – o bairro não está na proximidade imediata de qualquer outro bairro burguês –, o que lhe permite conservar muita da sua identidade popular. A população do Marais distingue-se claramente do resto do centro de Paris pela importância dos pequenos artesãos (em especial os artesãos especializados), que aí vivem e trabalham. Esta presença do pequeno comércio, da oficina artesanal, sem dúvida esteve na origem da forte mobilização dos habitantes quando se demoliram edifícios e se despejaram os moradores durante os primeiros projetos de renovação do bairro. Mas à parte da originalidade da sua identidade histórica e da sua composição social e política, com o passar do tempo, o Marais torna-se o arquétipo da nobilitação em Paris.

Marais – do esplendor à decadência

O bairro aristocrático

No século XVI o Marais é o centro do desenvolvimento urbano em Paris. Constroem-se os palacetes (hotéis particulares). No fim desse século o rei Henry IV ordena a construção a Place Royale (atual Place des Vosges) que será acabada no início do século XVII. Toda a corte do rei segue este movimento e passa a instalar-se nos palacetes – estas habitações numerosas e espaçosas têm pátios e jardins. O bairro é arejado, agradável, rico e intelectual (C. Royer 2000). O Marais torna-se assim o lugar do poder e residência da aristocracia – é o centro do Reino francês.



*Vista aérea sobre a
Place des Vosges,
construída no século XVII.*

A ‘mesquinhez triunfa’

No entanto, apesar do seu esplendor aristocrático, o Marais não é exceção ao restante cenário parisiense: nos pisos térreos dos hotéis, ou na sua vizinhança, surge em simultâneo um outro tipo de paisagem – a do comércio burguês, artesanal e industrial.

A fealdade burguesa, a avidez do lucro, visível e legível nas ruas, instala-se em lugar da beleza algo fria do luxo aristocrático. Nas paredes do Marais lê-se a luta de classes e o ódio entre classes, lê-se a mesquinhez triunfante. (Lefebvre, 1968: 27)

Durante o século XVIII corte real desloca-se então para o Louvre e para Saint-Germain-des-Prés, e depois para Versailles, afastando-se gradualmente do centro já bastante densificado e desordenado. Na véspera da Revolução o Marais já caiu no esquecimento. No entanto, alguns episódios notáveis da Revolução são definidos no Marais: a tomada da Bastille, a torre de menagem do Temple, os massacres de setembro de 1792 na prisão de La Force. Vendidos como propriedade nacional os edifícios religiosos desaparecem: demolição das igrejas de Saint-Jean-en-Grève, Saint-Paul, les Célestins, Minimes, etc, os edifícios conventuais são transformados em quartéis (les Célestins, l’Ave-Maria), em prisão (les Madelonnettes) ou lotes (Filles-du-Calvaire, recinto do Temple). Sob o Império, Napoleão cria novos mercados (des Blancs-Manteaux, du Temple).

Durante o final do século, o Marais perde gradualmente o seu carácter aristocrático, belo e unitário, para ficar mais heterogéneo. Em poucos anos, durante o período balzaquiano, o Terceiro Estado apodera-se do bairro. Alguns dos palacetes desaparecem ou são reconstruídos ao gosto da época (hôtel d’Albret, Rue des Francs-Bourgeois; hôtel d’Ecquevilly, Rue de Turenne). Os últimos grandes palacetes são construídos no final do séc. XVIII por Ledoux (Rue Michel-Le-Comte - hôtel d’Hallwill, 1766) e por Lemoine Le Roman (Boulevard Beaumarchais, na Bastille, 1790). Muitos dos antigos palacetes são ocupados por lojas e oficinas, armazéns, entrepostos comerciais, empresas e outros estabelecimentos que substituem pátios, e logradouros. O bairro torna-se ainda mais denso com a construção dos edifícios de habitação (Rue François-Miron; ao longo de Saint-Gervais; 137 rue Vieille-du-Temple, 113 Boulevard Beaumarchais, etc).

A falta de manutenção dos edifícios antigos, a construção anárquica, a superlotação e o congestionamento progressivo da rua por esta população em plena atividade, fazem do Marais um bairro tipicamente popular. Em 1783, a subdivisão do convento de Saint-Catherine permite criar um novo mercado no centro de um conjunto bastante densificado. Contudo, a produção artesanal é rica – tem poucos artesãos, altamente qualificados, e clientes exigentes que procuram bons produtos e serviços. Ao se especializar neste comércio, o Marais acaba por nunca fixar

nenhuma atividade específica do centro, diretamente relacionada com a gestão de grandes empresas ou de bancos (Coquery, 1967).

A reconstrução do Hôtel de Ville (de 1837 a 1846) implica a demolição das ruas circundantes. Duas vias datam deste período: a rua da ponte Louis-Philippe e a rue Rambuteau; a rue Malher é traçada sobre a prisão de La Force. Os palacetes particulares acolhem cada vez mais atividades industriais, artesanais e comerciais, pátios e jardins são cobertos com abrigos de mercadorias e dependências comerciais. O Marais, à excepção das estradas principais, é apenas marginalmente afetado pelos projetos haussmannianos, o que permitiu conservar o seu carácter popular: a sul a extensão da rue de Rivoli entre a Câmara Municipal e rue Sevigne, ao norte da rue Turbigo e, no final do século, a rue Reaumur; projeto rodoviário entre a rue du Grenier Saint-Lazare e a Rue Roger-Verlomme acaba por não ser implementado; a rue des Archives é realinhada e parcialmente reconstruída.

Durante um século, de 1850 a 1950, a densificação do bairro continua a fazer com que se acrescentem pisos aos antigos palacetes, se continue a sobreocupar logradouros e jardins, e a destruir a decoração interior. No início do séc. xx as ilhas insalubres são delimitados entre Saint-Gervais e o Hôtel Sens e a sua demolição e reconstrução continuaria durante os anos 1950. O sul do bairro, ao redor da rua des Rosiers e da rua Ferdinand Duval, abriga uma grande comunidade judaica –tradição que data da Idade Média (Judaria Saint-Bon). Novas sinagogas são construídos (rue de Nazaré, rue des Tournelles, rue Malher).

Em meados do século xx o Marais o pico de deterioração. Até aos anos 60 vários fatores agem em conjunto para agravar o declínio: a chegada de imigrantes pobres do leste da Europa, muitos de origem judaica (desde o final do século xix até à Segunda Guerra Mundial) e das colónias do Norte da África (entre 1945 e 1975); a classificação de certos setores como ilhas insalubres antes de 1939; a falta de interesse do público, da mídia e ineficácia dos projetos do governo.

A nobilitação do Marais inicia-se

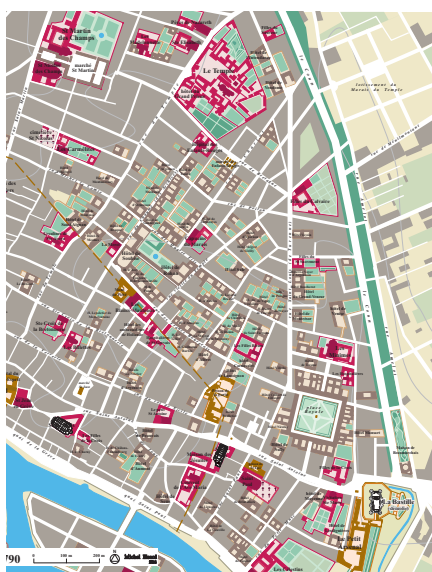
Na história recente do Marais há dois períodos importantes: entre 1962 a 1980 assiste-se a um estímulo de revalorização induzida pelo Estado e pelas autoridades locais; de 1980 até hoje, a nobilitação é impulsionada pelas transformações sociológicas e económicas espontâneas e privadas.

Intervenção política

Em agosto de 1962 é votada é uma lei francesa relativa à preservação do património histórico (lei Malraux). Na sequência de duas leis anteriores (1913 e 1930), esta lei



Marais em 1600.



Marais em 1790.



Marais em 2000.

resulta numa nova visão de urbanismo, um urbanismo operacional, na medida que procura preservar as arquiteturas mas simultaneamente o tecido social e económico dos bairros históricos. Também no mesmo ano é criado o Festival do Marais, com o objetivo de chamar a atenção aos habitantes do bairro, e por extensão aos parisienses, para a riqueza patrimonial. A partir de 1963 são constituídas várias associações de proteção e valorização da cidade histórica, que se ocupam da reabilitação e renovação do edificado assim como do espaço público.

Cultura, comércio e acessibilidade

Apesar dos objetivos dos planos, com a reabilitação e a nova construção aumentam os alugueres, por isso a população do Marais começa a mudar de forma gradual. O final dos anos 1970 é marcado pela falta de intervenção do Estado no Marais, contudo a substituição de populações não abranda – nobilitação é fruto das mudanças ideológicas e sociais contemporâneas, assim como das operações de renovação que estão a ser levadas a cabo no setor vizinho de Les Halles. Em 1977 é inaugurada a mega estação de Châtelet - Les Halles e o incremento drástico na acessibilidade tem um efeito de revalorização em toda a área adjacente. O centro cultural e artístico Georges Pompidou (Beaubourg), inaugurado no mesmo ano, terá também um profundo impacto na atração cultural e turística. Em 1979 é acabado de construir o conjunto de habitação social de Horloge, ao lado do Beaubourg, assim como o centro comercial Forum des Halles.

Nobilitação acelerada e autonomizada

Durante os anos 1980, a nobilitação iniciada nos quarteirões renovados tende a generalizar-se pelo bairro. A reforma do crédito imobiliário facilita o acesso do empréstimo aos privados e os subsídios ajudam a modernizar os apartamentos desconfortáveis e decadentes. Assim, o conjunto residencial do Marais é renovado e, com a saída das antigas populações mais pobres, novas chegam. O setor económico está em grande desenvolvimento e os promotores imobiliários beneficiam da inflação causada pela especulação financeira. A economia liberaliza-se: despejam-se os mais pobres e instalam-se os mais ricos.

Muitos apartamentos antigos, que ainda se encontram num estado de conservação aceitável (primeiro os mais luxuosos, em seguida, os de qualidade intermédia), são removidos da proteção da Lei de 1948. Isto aumenta significativamente a oferta de habitação, em especial nas áreas centrais, por permitir que os proprietários possam vender o seu imóvel ou aluguem-nos ainda mais caros. Modificações relacionadas com o emprego, o desenvolvimento dos setores de comunicação e publicidade, o mundo das finanças e dos serviços, e o desenvolvimento dos setores culturais



*Gentrificação da
Place des Vosges*

-
*"In Residence": Doriana
and Massimiliano Fukas,
Nowness, 2014.*

e artísticos, incitam ao aparecimento de uma nova população – jovem, ativa e diplomada, com poder de compra suficiente alto, interessada no património e consumidora das atividades de lazer. Esta população, em plena ascensão social, começa a instalar-se numa área onde os preços ainda continuam a ser relativamente acessíveis.

Cultura alternativa e moda

Com a despenalização da homossexualidade em 1982, abrem-se os primeiros bares *gay*. Pelo atrativo cultural e artístico, o bairro do Marais torna-se um ponto de encontro da comunidade gay parisiense. O setor comercial é reanimado e o bairro populariza-se como uma zona alternativa de lazer. Com isto incrementa-se o turismo, a venda de apartamentos, e os alugueres de hotéis. O bairro está na moda: até mesmo a velha judiaria, até então considerada muito degradada, enche-se de turistas e de novas lojas. Instituições, fundações e outras associações culturais investem em instalações de prestígio, tornando-as acessíveis ao público. O centro do Marais, especialmente na década de 80, tornou-se uma das principais atrações turísticas da capital, devido a uma grande concentração de museus (Picasso, Carnavalet, etc). Oficinas de artesanato e pequenas lojas desaparecem rapidamente em favor de lojas de antiguidades, lojas de moda, galerias de arte, bares e restaurantes. Restauram-se cada vez mais hotéis particulares e renovam-se os museus para valorizar os edifícios e incrementar a atração cultural do bairro.

Desterritorialização

Terceira parte

“A desterritorialização [das classes populares] é então a essência da nobilitação, o seu propósito, e não um efeito secundário indesejável. A renovação física dos edifícios é um instrumento da desterritorialização, e não o objetivo do investimento.”

– Peter Marcuse, DEGENTRIFICATION AND ADVANCED HOMELESSNESS, 1993: 181.

Capítulo 7

-

Paris, cidade global

Metropolização e Globalização

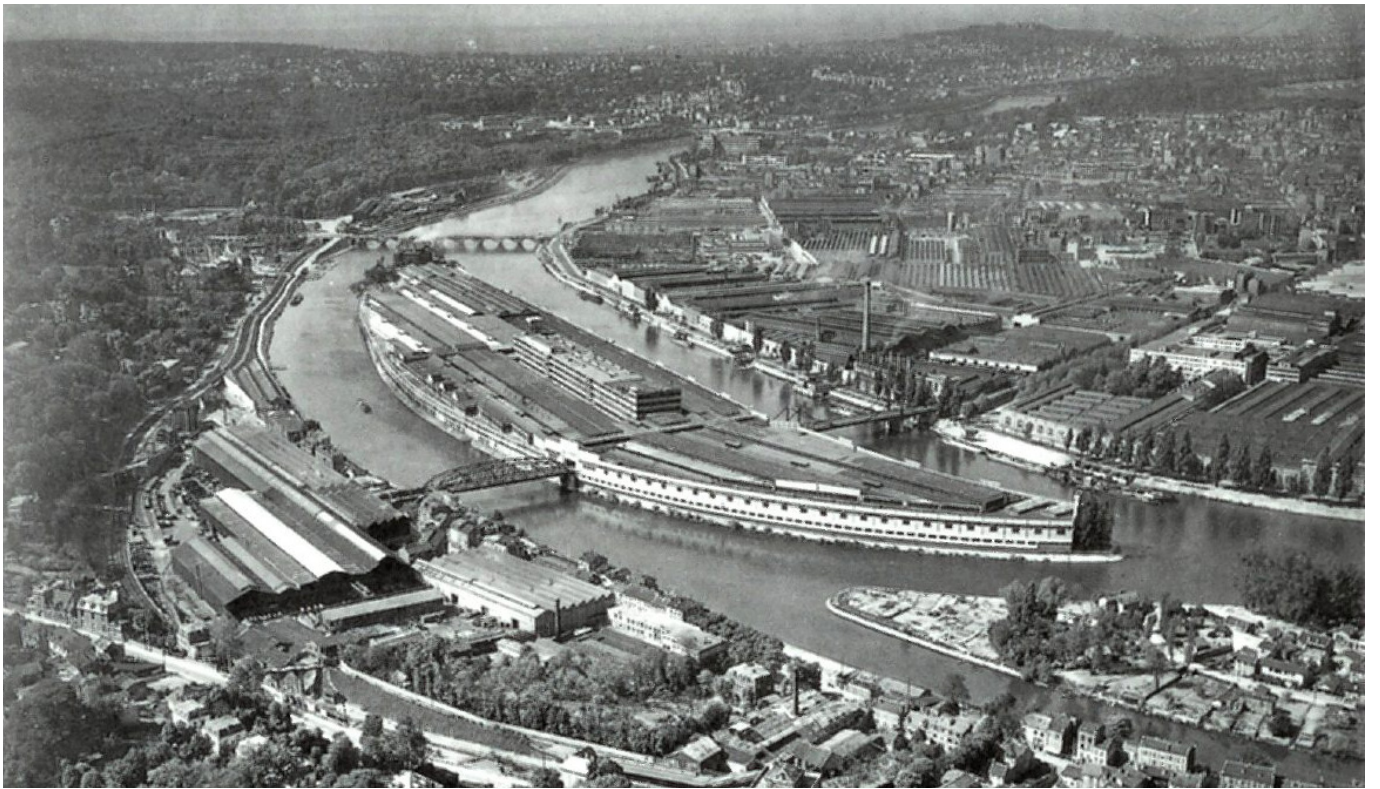
Atualmente, aprofunda-se um processo induzido que se pode designar como “implosão-explosão” da cidade. O fenómeno urbano estende-se sobre grande parte do território, nos grandes países industriais. Este fenómeno atravessa alegremente as fronteiras nacionais (...). Este território está coberto por um tecido urbano cada vez mais apertado, embora apresentando diferenciações locais e uma distinta extensão da divisão (técnica e social) do trabalho às regiões, aglomerações e cidades. Ao mesmo tempo neste tecido e noutros lugares, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações comprimem-se em densidades inquietantes. Sucede também, simultaneamente, que muitos antigos núcleos urbanos se deterioram ou explodem. As pessoas deslocam-se para periferias distantes, residenciais ou produtoras. Os escritórios substituem as habitações nos centros urbanos. Por vezes, estes centros são abandonados aos “pobres”, transformando-se em guetos destinados aos desfavorecidos. Noutros casos, são as pessoas mais abastadas que conservam as suas posições no coração das cidades (como sucede em NY, Junto ao Central Park, ou em Paris, no Marais). (Lefebvre, 1968: 23)

Henri Lefebvre mais uma vez dá-nos uma pista sobre a escala em que se deve focar a nossa análise para compreendermos as implicações das transformações urbanas: nesta “implosão-explosão” da cidade estão envolvidos processos particulares de produção de riqueza a nível regional e nacional, que já era uma característica da cidade industrial, para uma situação de completa relação de interdependência numa rede internacional de trocas, formada por mega-metrópoles mundiais. Esta nova realidade global, a “desterritorialização da produção”, vai ter um forte impacto na mobilidade social e nas dinâmicas de nobilitação urbanas.

Desindustrialização e metropolização¹

Segundo Anne Clerval (2013) a desindustrialização de Paris começa perto de um século antes das mutações recentes do sistema de produção mundial, pela desterritorialização progressiva da indústria do centro para a periferia, e pela especialização crescente do alto setor terciário. Desde o final do século XIX, as indústrias parienses abandonam os quarteirões artesanais da margem direita em direção ao subúrbio próximo, tanto por uma questão de espaço como de acesso às matérias-primas. As grandes fábricas metalúrgicas lucram com o desenvolvimento da rede ferroviária por se instalar no perímetro urbano, o único a oferecer o espaço necessário à sua implantação. Esta movimentação da indústria rumo à periferia acompanha as inúmeras vias de transporte que irradiam do centro, no âmbito de políticas de expulsão levadas a cabo pelo governo após a Segunda Guerra Mundial. A política das zonas industriais que compreendem várias empresas numa área específica é acompanhada por uma crescente separação entre a gestão, por um lado, e a produção, por outro. Ocorre um processo de descentralização industrial: a produção afasta-se cada vez mais da cidade – primeiro para a província, depois

¹ Este termo designa a concentração crescente de atividades terciárias estratégicas (banca, finança, seguros, NTIC) num número restrito de grandes cidades de países ricos. (Pumain et al. 2006)



*Fábrica Renault,
Boulogne-Billancourt,
1929-1934.*

para o estrangeiro. É o caso da empresa de fabrico automóvel Renault que se fixou na fábrica de Boulogne-Billancourt, onde a família Renault tinha uma residência secundária, na proximidade da rica clientela do setor automóvel do oeste parisiense (Rhein, 2007).

No decorrer da última metade do século xx, deu-se uma dramática queda de funções e de empregos ligados à produção, mas não da indústria em si mesma. Nesses últimos anos, enquanto que as funções de produção abandonam a região, as funções de gestão, de administração e de investigação científica do setor industrial vão ter um desenvolvimento considerável, concentrando-se metade delas na região parisiense.

O encerramento dos grandes conjuntos industriais, como os de Renault Billancourt, marcou simbolicamente o fim de uma época no decorrer da qual se organizou uma classe operária fortemente organizada [...]. Simultaneamente, outras funções e outros pólos de emprego desenvolvem-se: o primeiro dos quais foi La Défense, nos anos 1950. (Rhein, 2007: 143).

Policentrismo²

O primeiro Esquema de Ordenamento da Região parisiense (1965) tinha como objetivo principal e inédito regular o crescimento da região parisiense sobre um desenvolvimento territorial policêntrico para o qual se previa a construção das cidades novas na periferia da metrópole. F. Ascher (1995) refere-se a este modelo de evolução policêntrica como “métropole”. Contudo, o plurissecularismo da urbanização monocêntrica faz com que seja possível ajustar os métodos antigos de análise, que estudavam a cidade em termos de centro e de periferia, de eixos estruturantes e ângulos mortos, ao caso regional parisiense, apesar da bifurcação policêntrica começada há cinquenta anos atrás (Saint-Julien, Le Goix 2007). Isto faz da região metropolitana de Paris um caso particular de modelo policêntrico, não somente nas formas e nos funcionamentos territoriais, mas também nas práticas de um espaço metropolitano, marcado desde muito tempo por uma profunda dualidade centro-periferia. Nesta metrópole, construída ao longo do tempo ao redor de um centro potente e relativamente hegemónico, a formação de uma estrutura central mais complexa pode ser interpretada como uma expressão de resiliência do sistema territorial regional. Esta reinvenção de um centro assegura, por sua vez, uma forma de continuidade da potência do gradiente centro-periferia, cuja força é atestada pelos diferenciais fundiários e imobiliários.

² Thérèse Saint-Julien e Renaud Le Goix (2007), parte I.

Proximidades e distanciamentos³

³ *Thérèse Saint-Julien e Renaud Le Goix (2007), parte III.*

Thérèse Saint-Julien e Renaud Le Goix (2007) defendem que a questão das proximidades na metrópole leva a uma reinvenção das práticas e das representações do espaço regional parisiense, que se impõe progressivamente nas grandes orientações dadas aos modelos de ordenamento. As fragmentações económicas, sociais e espaciais e a força da individualização geram desfasagens crescentes entre o espaço e o tempo, entre o espaço e os sentimentos de pertença aos lugares. Os territórios metropolitanos constroem-se com base em relações cada vez mais amplas entre distância e proximidade que, de maneira muito contraditória, geram ao mesmo tempo integração e amplificação das fragmentações. Assim, as proximidades metropolitanas redefinem-se num espaço cada vez mais vasto, tornado mais agilizado através dos meios de comunicação. As centralidades emergentes são um sinal de libertação em relação à distância no ambiente físico metropolitano, expressão dos novos territórios de sociabilidade. O distanciamento, por outro lado, leva a uma reinvenção de vizinhanças por afinidades nos espaços residenciais. O regresso das representações baseadas na identidade valoriza as vizinhanças na escala local, como o demonstra o renascimento da ideia de bairro, paradoxalmente também no centro de Paris. Existem também vizinhanças metropolitanas construídas pelas empresas em função das necessidades “de comutação e flexibilidade” que levam à formação de pólos especializados.

Smith (2002) vê na internacionalização da produção, a principal origem da globalização neoliberal, mais do que o contributo do comércio internacional ou do sistema financeiro. É acompanhada de uma especialização económica crescente dos lugares em função da sua distância ao centro, as metrópoles especializam-se na conceção e nos serviços estratégicos empresariais. Este é o processo de metropolização que resulta da globalização da produção das maiores empresas multinacionais e da crescente integração da economia à escala continental e global, através de instituições internacionais como a OMC ou a União Europeia. Algumas dessas metrópoles encontram-se no centro do sistema pelo seu poder de liderança da economia global, quer seja pela importância da capitalização bolsista, pela quantidade de bancos, ou ainda por serem sedes sociais: são as cidades globais⁴ - verdadeiro cruzamentos do sistema capitalista globalizado, controlam a circulação de capitais e a produção de bens à escala internacional.

⁴ “Global cities” - termo popularizado por Saskia Sassen (1991) a partir do exemplo de Nova Iorque, Londres e Tóquio. Estas cidades emergem, nos anos 1980, do desenvolvimento excepcional do sistema financeiro internacional, no qual desempenham um papel fundamental.

Polarização social

Desindustrialização e metropolização traduzem-se por uma reestruturação dos emprego nas cidades globais. Enquanto que a percentagem de empregados no setor primário e secundário diminui acentuadamente, os empregados do setor terciário tornam-se a grande maioria, tanto em funções que exigem poucas ou

nenhumas qualificações como nos postos de trabalho que exigem um alto nível de qualificação. O aumento combinado nestes postos de trabalho em ambos os extremos da hierarquia social levaria a polarização social por cidades globais e cidades duais. De acordo com S. Sassen (1991), a economia da cidade global, orientada para os serviços de alto nível, provoca o aumento paralelo de empregos de serviços altamente qualificados (classe internacional) e serviços não-especializados destinados a servir esta classe internacional, ocupados por migrantes de países subdesenvolvidos, em detrimento do decréscimo dos empregos intermédios.

Globalização e conflito de classe

Como mostra David Harvey (1989), a globalização não é mais do que uma nova fase do desenvolvimento espaço-temporal desigual. A tendência à expansão geográfica é inerente ao capitalismo desde a sua génese, e atinge hoje proporções inéditas, graças não somente ao progresso técnico e aos novos meios de transporte e comunicação, mas sobretudo pela política neoliberal adotada pelos estados dominantes que impõe ao mundo a abertura das fronteiras – a supressão do controlo táctico sobre as trocas de mercadorias e de capitais. Isto vai pôr em causa, em nome da concorrência internacional, o estado dito “social”: a distribuição de riquezas entre capital e trabalho em cada economia nacional. Esta nova fase de desenvolvimento desigual distingue-se pela internacionalização da produção, em especial da industrial, e pela reconfiguração da divisão internacional do trabalho que daí resulta.

É nomeadamente neste ponto que Neil Smith (2002) insiste para fazer a ponte entre a gentrificação à escala urbana e o desenvolvimento desigual à escala mundial. Assim, pode-se afirmar que se a classe trabalhadora sofre um forte declínio nos países em desindustrialização, está no entanto em crescimento no resto do mundo. Clerval (2013b: 23) explica a sobreposição de escalas a que se constitui o conflito atual de classes a nível mundial: às relações de classes locais ou nacionais sobrepõem-se as relações a nível mundial entre uma burguesia internacional, principalmente concentrada nos primeiros países industrializados ou nos que se industrializam hoje, e o proletariado mundial que trabalha nos países dominados. Isto tem como consequência uma dissociação geográfica entre classes dominantes e classes dominadas, o que fornece uma clara vantagem às primeiras sobre as segundas: as classes dominantes servem-se plenamente das diferenças de legislação nacional e das diferenças culturais entre as populações (inclusive no mesmo território).

Assim, sob um pretexto humanitário, difundem uma ideia falsa do desaparecimento do conflito de classes. Esta deformação da realidade social no imaginário coletivo faz parte integrante de um programa neoliberal e de imposição de um ideal absoluto que impede qualquer objeção ao capitalismo.

Capítulo 8

-

Um urbanismo de exclusão – *evictions*

A cidade imposta

A pressão para a saída dos moradores mais pobres dos centros constitui atualmente uma forte realidade em Paris. A nobilitação de certas zonas anteriormente degradadas representa um conjunto grande demais de “vantagens” para ser ignorado. Desde a valorização económica do *habitat* residencial e do comércio, que se traduz uma maior receita em termos fiscais para o município, como a saída de populações mais problemáticas do centro da cidade, o que permite evitar o conflito social, a política urbanística atual parece ter encontrado uma forma de resolver uma panóplia de problemas relativos aos centros da cidade por aproveitar-se das novas dinâmicas de gentrificação.

Uma das consequências da nobilitação urbana é o seu forte impacto na mobilidade das populações. A expulsão dos moradores mais pobres dos bairros populares, por um lado, e a entrada de agregados familiares mais ricos, por outro, provoca uma forte oscilação na relação da oferta e procura em diferentes áreas da cidade. Além disso as políticas urbanas atuais, não raro, tendem a acompanhar a gentrificação da cidade o que vai provocar um rearranjo no espaço considerado “público”.

A expulsão {eviction} de um bairro no qual se sente em casa, pode ser quase tão perturbador do significado da vida como a perda de um relacionamento crucial. A desapropriação ameaça a estrutura inteira dos laços através dos quais os propósitos são incorporados, porque estes laços não podem ser prontamente restabelecidos num ambiente alheio. (Peter Marris, 1986: 57, citado em Slater, 2009: 306)

Gentrificação e abandono

Peter Marcuse (1985) introduz o seu estudo sobre a relação da desterritorialização populacional com dois fatores que se verificam simultaneamente, “virtualmente lado a lado” (idem. p. 195) mas que, no entanto, são dois pólos completamente opostos: a gentrificação e o abandono. As diferenças básicas entre estes processos podem ser entendidas da seguinte forma: o abandono resulta do declínio da procura até que esta desaparece completamente, a gentrificação do aumento progressivo da procura; o abandono aumenta devido a uma descida drástica do valor das propriedades, a gentrificação, ao contrário, de uma rápida subida. Para explicar como é que estes processos ocorrem e qual a sua relação própria com a desterritorialização, Marcuse propõe um método analítico complementar a várias teorias já existentes. Para enquadrar a problemática da desterritorialização, aponta em primeiro lugar três realidades relacionadas com o abandono (idem p. 195-6), premissas que as políticas urbanas devem considerar:

1) o abandono, ainda que custoso, é algo inevitável, não é possível revertê-lo – na melhor das hipóteses pode ser confinado a certas zonas da cidade em detrimento de outras, para dessa forma preservar algumas;

2) a gentrificação melhora a qualidade da habitação, contribui para a base tributária e revitaliza setores significativos da cidade através da iniciativa privada. Ainda que possa despoletar a saída de habitantes, é um efeito “insignificante” (idem. p. 196);

3) a gentrificação é a única solução realística para o abandono, especialmente em momentos de aperto fiscal em que o setor público não pode fazer face ao abandono sozinho e por isso está dependente do investimento privado.

Dois processos simultâneos

Na perspectiva do autor, o abandono e a gentrificação têm um papel fulcral nas mobilidades urbanas, nas dinâmicas dentro da própria cidade, e contribuíram para um aumento “dramático” da polarização económica da população (idem p. 196). Se por um lado o abandono leva agregados familiares com salário elevado a sair da cidade, leva outros a nobilitar áreas próximas do centro. O abandono também movimenta agregados mais pobres para áreas adjacentes, o que provoca um aumento da pressão na habitação e no valor das rendas. A gentrificação, por outro lado, atrai agregados familiares mais ricos que saem de outras zonas da cidade, redizendo assim a procura e potenciando o abandono aí. Além disso, a gentrificação obriga à saída de residentes mais pobres através do aumento das rendas e no valor das propriedades. Assim, em vez de solução para o abandono, a gentrificação agrava o processo.

Nenhum dos processos é então “causa” do outro, mas antes, enquanto partes integrantes de um padrão específico, potenciam ou estimulam o seu oposto (idem. p. 197). Nesta perspectiva, gentrificação e abandono assumem-se como processo que fazem oscilar simultanea e inversamente a relação de oferta/procura, dentro da própria cidade. No entanto, de forma a perceber como é que não acaba por existir um influxo constante de “ricos” dos subúrbios para o centro, Marcuse propõe uma leitura mais detalhada de cada processo.

Numa perspectiva empírica, a gentrificação ocorre quando novos residentes mais abastados substituem outros mais pobres em bairros antigos, anteriormente degradados do centro das cidades. A alteração do carácter económico e social da população afeta fisicamente o bairro (p. 198-9).

O abandono de uma unidade residencial ocorre quando há uma perda do interesse económico, por parte do proprietário. O abandono físico, contudo, não é o mesmo que económico, uma vez que a unidade pode estar abandonada pelo proprietário mas ser mantida ficamente em bom estado pelo morador . Considera-se que um bairro inteiro é abandonado quando, tanto o interesse público como o privado, deixam de existir devido à falta de rentabilidade do investimento. (p. 199-200)

Marcuse explica de que forma a mudança no contexto económico tem implicações na cidade (p. 201-4). Em primeiro lugar, a produção industrial passa a ser substituída por serviços, o que provoca o declínio da procura de mão-de-obra, especialmente não qualificada. Por outro lado, o aumento da concentração das funções de gestão e de técnicos profissionais aumenta a procura de habitação por estes grupos, com maior poder de compra. As condições da habitação refletem então esta mudança. A polarização económica reflete-se na polarização social.

Marcuse mostra assim, de forma simples, que esta “dualidade” do mercado ocorre devido à simultaneidade geográfica destes dois fenómenos. A gentrificação e o abandono não são explicados como resultado de preferências dos agregados, mas antes como resultados significativos dos fatores públicos e privados por detrás dessas preferências – o estado do mercado imobiliário e a política urbana.

A desterritorialização (*displacement, déplacement*)

Como resultado desta nobilitação os residentes mais pobres vêem-se obrigados a sair. A partir do trabalho de Grier and Grier (1978), e LeGates & Hartman (1981), Marcuse concetualiza quatro tipos de desterritorialização:

- 1) *Direct last-resident displacement*: provocada por condições que ultrapassam os inquilinos e ocorre de forma física (por exemplo quando o senhorio corta o aquecimento, forçando assim os ocupantes a sair), ou económica (aumento do valor da renda);
- 2) *Direct chain displacement*: ocorre quando o antigo inquilino já tinha também ele sido expulso pelo proprietário, pelas mesmas razões do ponto anterior;
- 3) *Exclusionary displacement*: refere-se aos residentes que não conseguem mudar-se para uma habitação apenas por ter sido nobilitada (e por isso já não conseguirem suportar o valor) ou por estar abandonada (e por isso não ser possível ocupá-la);
- 4) *Displacement pressure*: ocorre quando os agregados familiares deixam de ter posses e a nova identidade da vizinhança já não lhes é conveniente (oportunidades de emprego, número de pessoas do agregado familiar, etc.):

Quando uma família vê o bairro à volta dela a mudar dramaticamente, quando os seus amigos começam a sair, quando as lojas que eles frequentam são encerradas e novas lojas para outra clientela as substituem, e quando as mudanças nas instalações públicas, na matriz dos transportes, e nos serviços de apoio estão claramente a tornar a área cada vez menos habitável, então a pressão da desterritorialização já é grave. É apenas uma questão de tempo. As famílias que vivem nestas circunstâncias podem mover-se o mais rapidamente que puderem, em vez de esperar pelo inevitável; mesmo assim, eles são deslocados {displaced}. (p. 207)

As práticas de despejo forçado em Paris

Anne Clerval e Antoine Fleury (2009) analisam a realidade das práticas políticas parisienses, onde se opera uma de “renovação” urbana que tem em vista a gentrificação pelas classes médias. Verificam que onde é feita a distinção mais clara entre classes médias e os interesses gerais é precisamente na destruturação dos bairros populares (que acarretam diferenças políticas – conflito de classes) e na expulsão dos “indesejáveis” (citando Belina, 2003). Na cidade, a reabilitação leva a cabo pelos atores privados de erradicação da habitação insalubre envolve a redução progressiva da oferta residencial acessível às classes populares. Neste sentido, a ação pública não permite mais do que apenas melhorar as condições de habitação para a pequena minoria dos que ainda podem manter-se aí.

Destruição do espaço público e da memória coletiva

Os autores defendem que, em geral, a ação pública tende a fazer desaparecer os espaços públicos que existiam anteriormente nos bairros populares: esses espaços ordinários, por vezes degradados, mas que asseguravam a função de espaço de permanência, são transformados em espaços de grande qualidade estética pouco propícios aos usos populares tradicionais. Ao nível simbólico, as novas instalações tendem a eliminar a memória coletiva e a apropriação popular dos lugares, reforçando assim a exclusão dos antigos habitantes.

Assim como acontece com a renovação comercial e a agenda cultural, um espaço público requalificado pode acabar por constituir uma barreira simbólica para certos grupos sociais: a *rua* não atrai o mesmo público, e certos grupos deixam de ter razões para frequentar esses espaços uma vez que não são sensíveis ao ambiente da rua e do comércio, ou ainda, não ousam lá ir porque não se sentem bem-vindos num espaço do qual não possuem os códigos. O espaço público deixa de ser marcado pela hospitalidade – é considerado como hostil.

A exclusão dos indesejáveis

Clerval e Fleury referem-se a um tipo de exclusão ainda mais radical quando estão envolvidos grupos considerados como indesejáveis. O caso dos sem-abrigo é o mais evidente. Novas formas de conceber o mobiliário urbano são concebidas para evitar a sua instalação. Os autores citam Froment-Meurice (2008) para mostrar que esta tendência é bem real em Paris, especialmente devido à pressão dos habitantes. A presença de sem-abrigo, de *dealers* ou de prostitutas constitui muito frequentemente uma das razões, mais ou menos explícitas, da implementação de projetos de

renovação urbana como por exemplo, nas bordas do canal Saint-Martin e de La Villette. É também o caso de numerosas praças que são remodeladas com o objetivo de permitir a reapropriação pelos habitantes dos quarteirões de espaços que são potencialmente polarizadores de grupos específicos (como os dealers, os sem-abrigo ou então os jovens delinquentes). Ao analisar o lugar dos sem-abrigo nas políticas urbanas, Rosalyn Deutsche (1996) fala em “paisagem pública”, considerando que os espaços públicos tornam-se cada vez menos lugares de expressão política e de conflitos sociais que os decorações para uso dos cidadãos ricos e lugares de exclusão.

Para além das alterações físicas que estas políticas urbanas operam, têm um impacto ainda mais danoso nas relações sociais. Ao servir principalmente os interesses das classes dominantes – pela expulsão das classes populares – põem em causa toda a dimensão pública do espaço urbano: eliminam o debate público e contribuem para a erosão da “consciência de classe” das populações dominadas. Este “embelezamento estratégico” não será, de todo, novidade. Há mais de um século que continua a ser encarado como um meio eficaz de evitar o conflito social que poderia pôr em causa o estado atual das relações de classe.

Capítulo 9

-

Uma política de reintegração – *mixité sociale*

O paradigma de “fazer sociedade”

As transformações que ocorrem atualmente à escala global transformaram profundamente a forma como as cidades se organizam e despoletaram uma reforma nos sistemas sociais existentes (Simon, 2008). As desigualdades são cada vez maiores e mais estendidas. Referindo-se a Park (1925), Simon (2008: 210) argumenta que o agravamento das diferenças entre áreas ricas e pobres “é um reflexo da projeção das relações sociais no espaço”. Assim, a decadência de grupos sociais intermédios (classe média) tem consequências diretas na decadência à escala do território urbano, como a segregação espacial e social.

Para combater esta realidade, muitos governos têm feito esforços para implementar políticas de recuperação da heterogeneidade social (Simon 2008). Contudo, de acordo com o objetivo enunciado do presente trabalho, vai ser dada uma atenção particular ao caso francês e aos desenvolvimentos mais atuais da política da *mixité sociale*, ou em português, da simultaneidade social. Este capítulo pretende assim analisar o conceito de *mixité* no âmbito dos programas políticos e urbanísticos, e clarificar a forma como está a ser aplicado e quais os resultados que se verificam.

***Mixité sociale*: um conceito ambíguo torna-se um argumento imparável**

A problemática associada à *mixité sociale* começa logo com a ambiguidade do próprio termo e da multivalência do seu uso. Transformou-se atualmente num “conceito vago”, o que ilustra um perigo na reflexão da problemática urbana (Bourdin 2010: 25). A noção de *mixité* é paradoxal e, apesar disso ou por essa mesma razão, é um vocábulo massivamente utilizado no discurso político e sociológico em França.

Philippe Genestier (2010) faz um apanhado dos textos governamentais franceses produzidos a partir de 2000 para demonstrar a profusão de sentidos que o termo *mixité* comporta atualmente. Conclui que é atribuído ao termo um conteúdo composto das mais variadas facetas e que esta temática é enquadrada em registos discursivos diferentes, ao se referir a tipos de socialização distintos e até a modelos de justiça divergentes. É utilizado como:

- método estatístico (é uma denúncia, refere-se ao grau de homogeneidade social no espaço considerado – o que levanta a questão da escala a considerar);
- expressão de um ideal (ainda que o ideal da igualdade rejeite esta noção uma vez que nega ou suaviza a natureza antagónica das estruturas sociais, e solidariza-se com a persistências das desigualdades ao procurar apenas atenuar os seus efeitos);
- uma promulgação de um princípio regulador (como a lei Solidarité et Renouvellement Urbains – SRU, de dezembro de 2000 – é um bom exemplo: 20% de habitação social em todos os agregados urbanos franceses é um objetivo a alcançar em 20 anos);

- um ideal utópico (no sentido em que a *mixité* está longe de ser concretizada devido aos obstáculos consideráveis, é uma espécie de miragem);
- um dogma (postula-se que a co-presença em proporções equivalentes de diferentes grupos sociais traz benefícios individuais e coletivos de equilíbrio sócio-espacial – ainda que desprovido de uma análise dos efeitos concretos, apoiado apenas em conformismos morais e estereótipos);
- ou como simples retórica (não no sentido de melhorar a situação das populações mais desfavorecidas mas, pelo contrário, a interditar certos lugares a essas populações sob o pretexto que a sua chegada produzirá um desequilíbrio ou acentuaria a guetização).

Apesar da pluralidade concetual é possível perceber que a noção de *mixité* possui um núcleo de sentido que abrange uma preocupação de justiça social, problematizada em termos espaciais e mais especificamente urbanos. Pode-se, por isso, considerar “segregação” como seu inverso, no sentido em que ambos os termos servem para caracterizar as desigualdades sociais (Genestier 2010: 23).

A abordagem do espaço como fator explicativo supõe que sejam claramente distinguidos, como em toda a análise sociológica, os conceitos descritivos e os conceitos explicativos. Os primeiros permitem uma apresentação da distribuição espacial: existe concentração ou dispersão, homogeneidade ou heterogeneidade, etc.? Esta descrição, também precisa, não permite passar a uma interpretação sociológica sem mediação. Assim não se pode passar do conceito descritivo de separação espacial no plano residencial ao conceito interpretativo de segregação social ou de marginalização, como se houvesse um elo automático entre os dois. Ou, esta passagem indevida faz-se muito mais facilmente se se utilizar frequentemente um paradigma normativo não criticado, que se poderá formular esquematicamente assim: a mistura espacial das categorias sociais e das atividades é uma das condições do aparecimento de uma abordagem social equalitária. Ao colocar em dúvida este paradigma normativo e ao afirmar a não-automacidade da passagem entre conceitos descritivos e conceitos interpretativos, convém se interrogar para perceber em que contexto as separações e as especializações espaciais resultam em segregações e em exclusões sociais e em que contexto, pelo contrário, aumentam a autonomia de um grupo e as suas capacidades de intervenção. (Remy et Voyé, 1981: 216, citado em Genestier 2010, pp. 23-24)

No entanto, pela imposição que a “exigência de ação” (*Do Something Syndrome*) tem sobre os actores políticos, estes optam por ignorar um método mais circunspeto de abordagem e dão prioridade a “temas-objeto” – que permitem dar notícia do presente, dos seus problemas e das soluções que propõem para o futuro. É por isso que vemos tanto no discurso da esquerda como da direita política uma referência estratégica à *mixité*, orientada para a acção. No universo político, todos os actores

públicos invocam a *mixité* e servem-se dela para justificar medidas contraditórias (*idem*. p. 25 - quadro).

*Quando uma palavra pode ser simultaneamente consensual e partidária, mas também moralista, acusatória e reconciliadora, verifica-se desprovida de sentido. O sucesso deste vocábulo deriva do seu carácter de tabu e do seu estatuto de fetiche. Percebe-se de imediato em que ponto a carga conotativa da palavra “mixité” é cardinal: ela opera sobre o plano pragmático por dar aos seus utilizadores, portavozes institucionais e militantes, a possibilidade de circunscrever o debate, de criar um grupo de pensamento e de emitir um propósito ao referir-se a uma abordagem científica de quantificação, à ideologia progressista, à moral e à lei; torna-se um argumento autoridade quase imparável. (*idem*: 27)*

O mito da *mixité*

A situação atual dos discursos sobre a *mixité* destaca uma controvérsia entre os que, no plano normativo, concebem a *mixité* como um ideal e um princípio regulador, e aqueles que, desenvolvendo uma abordagem analítica, compreendem o seu carácter mítico e são mais reservados. Enquanto Jean-Claude Chamboredon et Madeleine Lemaire (1970, citado em Genestier 2010: 27) defendem que a proximidade espacial não reduz forçosamente a distância social, Pierre Bordieu vai mais longe por dizer que “nada é mais intolerável que a proximidade física (tida como promiscuidade) de pessoas socialmente distantes” (1993: 166, in Genestier 2010, pp. 27). Jean Remy e Liliane Voyé alertam contra os julgamentos estereotipados da segregação social no espaço:

Não é necessário ver automaticamente na separação residencial em relação ao local de trabalho, nem mesmo na especialização residencial que faz com que certos grupos sociais sejam predominantes em certos quarteirões, um fenómeno de marginalização ou de exclusão, a imagem ideal da comunicação social de exaltar a mistura de diversas atividades e de diversas populações no mesmo espaço e de privilegiar a transparência; a separação espacial pode, pelo contrário, proporcionar aos diversos meios sociais modos próprios de habitar, dos quais eles possuem a experiência, enquanto que a mistura social corre o risco de conduzir a uma situação onde as formas legítimas de habitar são determinadas pelo grupo dotado da legitimidade dominante – a menos que se assuma a hipótese do indivíduo mediano, isto é, de uma sociedade onde as regras de ocupação do espaço seriam as mesmas para todos os meios sociais e estariam orientadas para um mesmo tipo de recursos e uma mesma forma de sociabilidade. (Remy & Voyé, 1981: 152, citado em Genestier, 2010: 28)

Genestier relembra que no âmbito de uma consulta organizada pelo ministério do Equipamento em 1990, na qual se pretendia dar um suporte científico a esta

¹ Para uma análise do Gueto parisiense ver Maurice Blanc, *Le Ghetto en France: la fin d'un tabou*, 2010, na qual a autora faz uma crítica a duas publicações que analisam o fenómeno de guetização em Paris: *PARIAS URBAINS* (2006), na perspectiva do americano Loïc Wacquan; e *GHETTO URBAIN* (2008), do francês Didier Lapeyronnie.

política de luta contra a segregação a favor da *mixité*, os investigadores, para além de se mostrarem reticentes em abordar a problemática através de uma leitura estatística e dicotómica dos dados urbanos sócio-económicos, concluíram que este discurso conduziria automaticamente a recomendações pouco pertinentes dadas as práticas sócio-espaciais e os modos de vida das populações consideradas. (idem: 28) Insistiram na necessidade de considerar a homogeneidade de um setor geográfico num enquadramento de problemáticas que distinguíssem as dimensões social, geracional, étnica, cultural, económica e funcional. Além disso, as leituras deveriam ser realizadas de uma forma dinâmica, num certo espaço de tempo, acompanhando também assim as dinâmicas de mobilidade das populações. Contudo, motivados pelo preconceito contra “os guetos”¹, pelo anti-racismo, e pelo assimilacionismo republicano de “mesclagem social” e cidadania, os dirigentes políticos preferiram ignorar as recomendações. A parelha “segregação-*mixité*” continua a ser utilizada como hipótese de reformulação de um discurso político voluntarista e equalitário: é transformada em *slogan* de campanha eleitoral (idem: 29).

Mixité: entre modelos de justiça e sociabilidade

Genestier (2010) indica pelo menos três problemáticas que alimentam o discurso político atual e são veiculadas pela *mixité*. A sua confusão permanente dota esta noção de “um sentido alusivo e principalmente conotativo, confundindo o ponto de vista moral, as aspirações políticas e a procura de soluções técnicas” (idem: 33-4).

1) Desigualdades sócio-económicas: “o gueto”

A obsessão política pelos riscos que o problema do gueto, da discriminação e da secessão comportam para a coesão social sobrepõe-se a uma avaliação mais racional e conduzem a uma ação tecnocrática (idem. p. 29).

2) Desigualdades sócio-espaciais: “o direito à cidade”

A miséria é colocada no centro do debate instigada por uma leitura mais emocional e compassiva da pobreza urbana e das dificuldades de viver e encontrar alojamento na cidade. O discurso político é liderado pela questão da exclusão, na qual o “sem-abrigo” representa o seu ponto extremo. A *mixité*, enquanto imperativo político-moral, “é colocada abusivamente no mesmo lugar do direito à habitação” (idem. p.30).

3) Modelo de “fazer sociedade”

O termo *mixité* perde a conotação material adquirida nas reivindicações urbanas contra a “renda fundiária” nos anos 1960-1970 mas é recuperada novamente hoje.

A conotação de *mixité* enquanto modelo de solidariedade e equilíbrio social leva a que se tomem medidas de “integração social” com o objetivo de garantir a ordem pública e a paz civil, uma coesão social harmoniosa. Com a mobilização dos valores comunitários e o recurso a uma retórica afetiva, o discurso político, apartir da década de 1990, provoca a polarização da acção institucional não mais à escala abstrata do país, mas à escala concreta da cidade e sobretudo do bairro (*idem.* p. 32).

Renovação urbana: a *mixité* por fragmentação

Uma outra perspetiva sobre a *mixité* é dada através da análise das mobilidades incitadas pelas operações de renovação (demolição/construção)., Cristine Lelévrier (2010) destaca um duplo efeito paradoxal nas operações levadas a cabo na região parisiense entre 2004 e 2007: por um lado assiste-se a uma aceleração da desterritorialização espontânea dos agregados familiares com menos rendimentos (um parte considerável procura sair antes das demolições ocorrerem), por outro, a uma reconcentração – processo inverso da dispersão provocada pelas operações na década de 1960 (*idem.* p. 67).

O termo “reconcentração” evidencia uma tendência generalizada para a permanência das populações no mesmo município e em contextos sociais e residenciais de proximidade (as chamadas zonas urbanas sensíveis²) mas igualmente para a realocação interna, socialmente seletiva (*idem.* p. 64); os mais vulneráveis, os que constituem as categorias “de risco” pelos promotores de habitação social, permanecem mais frequentemente no mesmo bairro e encontram-se nos imóveis da oferta residencial existente onde os alugueres e os tamanhos dos apartamentos lhes são acessíveis. Em contrapartida, quanto menos filhos e mais rendimentos têm os agregados, mais fácil é o acesso à habitação nova (ou menos estigmatizada) no bairro ou na cidade (*idem.* p. 71).

Estes efeitos são inversos às intenções da política de *mixité* de eliminar os “guetos” através da dispersão dos mais pobres. Além disso, o processo de realojamento põe em questão a escala da *mixité*: a diversidade das habitações não é aplicada à escala de um mesmo edifício mas à escala de pequenos programas, promovidos pelos vários investidores de acordo com a disponibilidade fundiária, como o mostram as primeiras operações de diversificação. Os promotores privados intervêm sobretudo nas zonas periféricas, por restaurar subsectores mais valorizados, enquanto que se divide o stock existente de habitação em “pequenas unidades residenciais” fechadas (*idem.* p. 62)

Estas lógicas reforçam a fragmentação do conjunto habitacional em residências de arquitetura heterogénea, diferente ocupação e estatuto social, e onde a separação

² No enquadramento da política da cidade, a intervenção do estado francês, concentra-se, desde 1996, em três tipos de zoneamento infra-municipais estreitamente interligados: Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS), Zonas de Redinamização Urbana (ZRU), et Zonas Livres {Franches} Urbanas (ZFU). (GEOGRAFIA REGULAMENTAR, consultado em <http://sig.ville.gouv.fr/page/16/geographie-reglementaire>, a 20/09/2015)

MIXITÉ SOCIALE: ALORS, HEUREUX?



*"Mixité sociale", Ignace,
in Dessin du Jour, 2015.*

se verifica no espaço físico e na vida coletiva. A composição social diversificada é então uma mera justaposição social, uma espécie de *mixité* por “fragmentação” (*idem.*: 69).

Mas, segundo a autora, “os efeitos destas fragmentações nas relações sociais permanecem incertas”. Apesar da co-presença de proprietários e locatários nos mesmos conjuntos residenciais aparentemente ter melhorado a manutenção desses espaços, a imagem do “quarteirão pobre” é apenas levemente atenuada (*idem.*: 72).

Prática internacional

Simon (2008: 211) refere alguns resultados de um estudo realizado no âmbito de uma política americana de auxílio à mobilidade de agregados familiares carenciados para bairros prósperos, que ficou conhecida como *Moving to Opportunity* (MTO³). Os dados recolhidos até então mostravam que nenhum efeito positivo era evidente na melhoria económica dos agregados mais pobres.

³ Mais informações sobre o programa MTO estão disponibilizadas pelo U.S. Department of Housing and Urban Development em <http://lhuv.org>.

Não existe evidência empírica que seja sequer possível criar artificialmente uma comunidade onde pessoas interajam ao invés do desenvolvimento de um bairro onde pessoas com diferentes níveis de rendimentos simplesmente partilhem o mesmo espaço físico. Nem {...} há uma forte evidência de que juntar moradores de baixos rendimentos com outros de rendimentos superiores tem quaisquer efeitos nos resultados profissionais ou educacionais. (Popkin et al., 2000: 928–9, citado em Simon 2008: 211)

As conclusões são as mesmas dos analistas franceses: proximidade espacial não provoca necessariamente uma redução do distanciamento social. Pelo contrário, como afirma Simon a simultaneidade amplia a diferenciação e dificulta a cooperação (*idem.*: 211-2).

Então o que pode ser feito?

Genestier defende que à partida, as trocas comerciais, as regulações normativas e a análise das instituições que averiguam a vida individual e coletiva deveria produzir a integração social e que a dosagem de diferentes categorias sociais em cada lugar deveriam ser um fator anexo (com poucas ou nenhuma interferências ideológicas). No entanto, a única pista que dá é o que não deve ser feito: a continuação da insitência política, devida às suas convicções e os interesses, no investimento público em projetos urbanos e em objetivos territoriais “nos quais os efeitos sociais esperados não se realizarão provavelmente jamais” (*idem.*: 33-4).



*Multiculturalidade na
restauração em Belleville.*

*-
Para mais imagens insólitas
do bairro ver [http://
wtfbelleville.tumblr.com](http://wtfbelleville.tumblr.com)*

Já Patrick entende “integração” social como um processo pelo qual diferentes grupos sociais e étnicos alcançam a “coesão social” (Simon, 2008: 212). Nessa perspectiva, considera o processo de gentrificação como algo que poderá provocar uma mudança no padrão da integração – um padrão social presente no seu caso de estudo, o bairro de Belleville (20^o *arrondissement*).

O caso de Belleville⁴

Simon (1994) analisa as formas sutis de simultaneidade, complementaridade e conflito que podem emergir do confronto entre grupos sociais e étnicos distintos.

⁴ De acordo com o estudo conduzido por Patrick Simon na sua tese em 1994: *LA SOCIÉTÉ PARTAGÉE*.

A principal premissa por detrás da gentrificação é que vai requalificar o estatuto social dos bairros através de melhorias na habitação, comodidades e, principalmente, no perfil social dos residentes. No entanto, as consequências da substituição das populações são raramente consideradas, e quando o são, é devido à desterritorialização das classes trabalhadoras. (Simon 2008: 212-3)

Depois de apresentar as características da gentrificação e os vários enquadramentos interpretativos através dos quais o estudo do caso de Belleville foi realizado, detém-se mais detalhadamente nas grandes transformações na composição da população. Em Belleville há um conjunto de códigos e de valores, tanto materiais como simbólicos, que assegura a coesão social, a ordem e a tolerância, entre uma população bastante heterogénea – há comunidades chinesas, vietnamitas, marroquinas, tunisinas, etc. A coexistência destes grupos levou a que se organizassem pequenos *clusters*: micro-universos concomitantes, uma espécie de “mosaico” (idem: 225). Cada um destes grupos possui características próprias, ambiências distintas, assim como utilizadores e códigos específicos. Ainda que esta simultaneidade faça com que a atmosfera de uma rua possa mudar completamente para a outra, esta distinção não é sinal de hostilidade. É, antes, um espaço limitado, reservado à definição da sua própria identidade como contraponto à de outros – uma fronteira étnica. No entanto, no meio desta diversidade, houve dois fatores que desempenharam um papel fundamental na coesão social.

O mito de Belleville

A realidade em Belleville, de coexistência pacífica, em que cada grupo conseguiu criar uma área sua mas aberta a todos, permanece ainda hoje devido a uma construção coletiva da memória do lugar que ficou conhecida como “mito Belleville”. O mito constrói-se sobre duas ideias: Belleville “é um antigo bairro operário” e “um bairro onde os imigrantes se fixaram há muito tempo” (idem: 225).

Simon cita Roland Barthes para afirmar que houve aqui uma “naturalização da história” (idem: 225) uma vez que, na realidade, ainda que estas ideias tenham um fundo de razão histórica, o mito é criado com base num impacto e numa importância que não tiveram. Além disso, Belleville não é um bairro imigrante antigo uma vez que, no último século e meio, tem tido a maior proporção de parisiense nativos de Paris. A presença imigrante em Belleville nunca foi tão forte como é hoje. Da mesma forma, ainda que Belleville tenha sido um bairro operário até aos anos 1970, isto já não era o caso quando o mito foi consolidado.

Contudo, o mito funciona como aglutinador e legitimador: por inserir os imigrantes na memória coletiva do bairro, os conflitos não podem ser baseados na negação do simples direito de viver entre grupos, porque em Belleville todos pertencem igualmente ao bairro. Graças à natureza pactual do mito, permite-se ultrapassar profundas diferenças culturais. Atitudes de intolerância e rejeição, muitas vezes observadas em situações onde os residentes locais ressaltam o seu legado cultural e histórico, e o seu direito de definir quem pode ou não ser integrado, são completamente irrelevantes. Por ser dada mais ênfase à identidade operária do bairro, o mito é direcionado para as desigualdades sociais que se revelam nas condições da habitação.

“La Bellevilloise”

Os residentes de classes médias e altas também são beneficiados, uma vez que a aceitação do mito garante a sua própria integração na vizinhança. Estes, por sua vez, desenrolam um papel significativo na criação e difusão do mito, em particular pela ação da associação dos residentes locais *La Bellevilloise*. Esta associação é criada em 1988 por residentes locais que pretendiam ter mais peso nas decisões do programa de renovação urbana da área sul de Belleville. Hoje, a grande parte dos seus membros são de classes médias e altas, e empenham-se na ação coletiva de defesa do direito que os imigrantes e a classe operária têm de permanecer no bairro. Por exigir que as pessoas sejam realojadas no mesmo bairro, os “multiculturais” (idem: 226) tentam prevenir que a gentrificação aconteça demasiadamente rápido a fim de preservar o ambiente característico dele. Assim, tornam-se defensores de uma identidade popular, com a qual partilham origens, e simpatizam. O seu objetivo é promover, a nível local, o modelo de *mixité sociale* que não tem sido prática nacional.

A classe trabalhadora ganha assim uma nova vantagem nas relações de poder, em especial na pressão que podem fazer junto dos poderes políticos, através da mediação que a associação e os *multiculturais* permitem. Através de uma reacção conjunta de protesto contra o programa de renovação e a organização burocrática que o suportava, os diferentes grupos do bairro foram capazes de se reunir

simbolicamente e de se aproximar operacionalmente. Uma nova coesão coletiva surge durante a década de 1990 através da participação numa contra-proposta de projeto de renovação. Essa dinâmica é principalmente liderada pelos “genrificadores” que afluíam então ao bairro.

Os projetos de renovação municipais produziram um efeito paradoxal: na tentativa de decompor a comunidade, à medida em que esta reage, acaba-se por produzir uma coesão social e um renovado espírito de cooperação.

Conclusão.

Estetização, moda e mito urbanos

Desterritorialização à escala global

Um artigo no Wall Street Journal, publicado online a 26 de junho deste ano, anunciava o seguinte:

Uma onda de partilha de casa está a encher Paris de novos visitantes, mas está também a levantar preocupações entre alguns moradores sobre a disponibilidade de habitação.

Em seguida, era apresentado um gráfico interativo com o mapa de Paris onde se podiam ver os vários arrondissements e o número de hóspedes em cada um, nos últimos 5 anos. No verão de 2009 houve apenas 144 hóspedes, no verão de 2014 este número passa para uns extraordinários 517.821. O bairro mais concorrido é o Marais: “O 3º e 4º arrondissements, o Marais, entre galerias de arte parisienses, caras lojas de roupa – e hóspedes do Airbnb”, descrevia o artigo em tom algo irónico. Muito mudou este que foi outrora o maior bairro popular parisiense. Segundo os dados, durante o verão de 2014 houve um total de 66.320 pessoas a ficarem hospedadas no bairro, ligeiramente mais do que as 64.795 que efetivamente aí moram (segundo os dados de 2012). A popularidade dos alugueres turísticos tornou-os um alvo dos fiscais de habitação. Em maio fizeram inspeções-surpresa que revelaram cerca de 100 potenciais apartamentos ilegais. A maioria dos visitantes são norte-americanos e representam 26% do total. Os países de origem dos visitantes que representaram um maior aumento de 2013 para 2014, são, respetivamente, China, Coreia do Sul e Irlanda. Mas o que é o Airbnb e porque é tão importante de referir no contexto das mobilidades territoriais atuais?

HOW AIRBNB IS TAKING OVER PARIS, por Jason French, Sam Schechner e Matthias Verbergt, publicado a 26/06/2015, consultado em <http://graphics.wsj.com/how-airbnb-is-taking-over-paris/>

A “gentrificação turística”

O Airbnb é uma *startup* que foi criada em novembro de 2008 em São Francisco, Califórnia, e é um mercado comunitário online para qualquer pessoas anunciar e encontrar alojamento. Atualmente opera em mais de 34.000 cidades e mais de 190 países e está avaliada em 2.7 mil milhões de dólares. Turistas e viajantes pagam menos por alojamento usando sites como o Airbnb, mas desde o início deste fenómeno que têm crescido as preocupações com as potenciais implicações legais, logísticas e até mesmo sociais. A implicação mais imediata é económica e social e reflete-se na hotelaria: os hotéis sofrem porque têm que pagar os impostos que o Airbnb está isento; com a diminuição da procura, também há um evidente decréscimo na oferta de trabalho. Mas, entre os investidores hoteleiros, há aqueles que “esbarram” contra o sistema e pressionam a regulação do mercado, e há aqueles que se “adaptam” e oferecem alojamento paralelo, alternativo, *via* Airbnb, com mais umas serviços *à la carte*...

Para elaborar este comentário foram consultados vários artigos em www.theguardian.com/technology/airbnb; e os termos e informações oficiais em www.airbnb.com/help

Em termos legais, a questão coloca-se na duração do aluguer. O Airbnb deixa ao critério de cada anunciante a definição deste período. Contudo, cada país (estado) tem a sua própria legislação sobre esta matéria (ou não tem) e por isso é da responsabilidade do usuário informar-se sobre o tipo de contrato legal requerido e dos impostos obrigatórios. Contudo, como vimos pelo exemplo francês citado inicialmente, verificam-se vários casos de incumprimento. Quando esta “fuga” fiscal é feita pelos proprietários, estes enfrentam sanções do estado; mas quando são os locatários a incorrer em incumprimentos dos contratos de arrendamento, o caso muda de figura: há vários relatos de sublocações ilegais (ao contrato) que acabaram em despejo dos inquilinos.

Outro tipo de expulsão forçada acontece pela pressão que a “gentrificação turística” tem sobre o mercado: a atratividade de um quarteirão, a proximidade ao centro turístico, as comodidades nas cercanias, fazem disparar a concorrência. Num mercado global liberalizado como o nosso, a concorrência pode ter bons resultados, mas a particularidade que queremos destacar neste contexto é a diferença de valor que um aluguer sazonal de curta duração tem com um “regular”: reporta-se que arrendatários acabam por não renovar contratos, ou por pressionar a saída, dos inquilinos “regulares”, para aproveitar o aumento do valor local. Prova desta tendência é o crescimento da oferta de alugueres de espaços completos. O *The Guardian* reportava que numa análise a mais de 13.000 ofertas em Londres, o maior mercado do Reino Unido, revelou-se que mais de 6.600 proprietários estava a alugar a casa ou o apartamento inteiros, em vez de “um quarto livre”. Além disso, mais de 1500 pessoas que tinham propriedades listadas no site tinham múltiplas ofertas – 180 pessoas com 5 ou mais propriedades ou quartos, em Londres. O mesmo artigo mencionava que devido ao crescimento do investimento de “comprar-para-alugar” (buy-to-let), o mercado imobiliário de Londres poderá tornar-se cada vez mais inacessível para as pessoas com salários médio-baixos, especialmente a geração mais nova.

Consultado em <http://www.theguardian.com/technology/2014/jun/20/buy-to-let-landlords-leasing-properties-airbnb-uk>

É uma nova fase de gentrificação: enquanto a cidade é “esvaziada”, turistas chegam e vão, a cidade sofre o auge da museificação. Que centros serão os de amanhã se as políticas continuarem décadas atrás dos problemas? Para já fica apenas a constatação que, com a quantidade e heterogeneidade de turistas, a “mixité” não vai ser de certeza um problema...

Que futuro para a *mixité sociale*?

Os subúrbios parisienses são palco de duras tensões que surgem entre a organização dos espaços residenciais, e o estado da coesão social do conjunto regional metropolitano: manifestações violentas, bairros encerrados, equipamentos públicos em decadência, umas escolas fecham e outras sofrem enchentes de alunos, valores

imobiliários supervalorizados e outros deixados ao abandono, tudo devido a um simples rótulo (Saint-Julien & Le Goix, 2009). Neste contexto agitado, as perguntas relativas ao modelo social metropolitano estão, sem dúvida, entre as mais debatidas pelos responsáveis políticos, pelos cidadãos, por todos os que detêm alguma parcela de vida coletiva, e também pelos especialistas. Os comportamentos de mobilidade são hoje simultaneamente guiados por uma sensibilidade exacerbada às vizinhanças, rejeitadas por uns e procuradas por outros e a gestão das proximidades deixa mais lugar às vizinhanças por afinidade. Tais fatos fazem com que o debate sobre o modelo social metropolitano se concentre na dimensão territorial da questão. Paradoxalmente, a imagem metropolitana, frequentemente associada à idéia de conectividade, de mobilidade e de fluidez, é também ligada à de fragmentação. Para muitos, a metrópole levaria hoje ao seu auge a anarquia, a desvinculação, o rompimento e finalmente, a “segregação social”. O emprego deste termo implica uma deslocação progressiva da questão social para a questão urbana. A distância física na cidade passa a ser uma espécie de indicador da distância social, entre incluídos e excluídos, entre os da “cidade” e os dos “subúrbios”, entre “os que fazem parte e os que não fazem parte”. A segregação social surge como materialização das desigualdades sociais geradas pelo mercado imobiliário especulativo e pelas afinidades socioculturais.

A exacerbação destas distâncias, e o reforço das polarizações sócio-espaciais que decorrem nos contextos de metropolização devem ser recolocados no modelo da grande metrópole, por ter uma construção socialmente muito diversificada. Deve-se interrogar sobre o estatuto dado hoje à noção de simultaneidade sócio-espacial, frequentemente invocada a propósito da região parisiense, tanto nas reflexões relativas às políticas de moradia, como nas que se referem às “políticas da cidade”.

História e continuidades – o legado

Desde a cidade antiga que o conflito de classe é incessante. Igualmente incessante é a tentativa que a classe dominante faz para suprimir este confronto. Estes dois fatos mostraram ser determinantes tanto na construção física da cidade como na sua organização sócio-espacial. A cidade, encarada como verdadeira criação, enquanto afirmação de poder e prestígio para uns, era espaço de usufruto público e de contemplação para outros. Quando a criação se reduz a criatividade e a cidade passa de ser valorizada como uso para ser tida como valor de troca, o conflito social intensifica-se mas a consciência social desaparece. Aos dominados é-lhes retirado o direito a usar a cidade; os dominantes servem-se dela para enriquecer cada vez mais. De objeto de negociação, a cidade passa a ser uma imposição. Fortes dinâmicas segregadoras tomam conta da cidade: cristaliza-se um modo de vida, tipifica-se um modo de habitar e uniformiza-se a sociedade. Se a cidade, em algum ponto, recupera a sua heterogeneidade social é através de forte reivindicação

A crítica urbana situacionista pode ser vista hoje, pelo próprio urbanismo, como um convite à reflexão e ao debate. Um apelo contra a espetacularização da cidade e um manifesto pela participação real da população nas decisões.

As dinâmicas sociais privilegiam a autonomia à imposição, por isso casos como Belleville devem ser valorizados pela sua espontaneidade na construção de uma identidade própria, articulada com vetores comunitários. Esta realidade não é fruto de projeções estatísticas, de vontades privadas, ou muito menos, de ideologias políticas. É símbolo de vontades próprias, de adaptabilidade, de resiliência, e de participação coletiva na construção e manutenção de uma comunidade heterogênea. O caso de Belleville não deve ser encarado, contudo, como “modelo” porque processos desta natureza não são possíveis de ser replicados nem controlados completamente; antes deve servir de lembrete para que sejam evitados graves erros – como uma política de imposição da simultaneidade social. Esta coexistência não funciona a todas as escalas, uma vez que está dependente de um grande número de fatores incontrolláveis. Tentar manipulá-los é destruir a consciência de classe e com isso, também se destrói o “conflito”, que é a única forma válida de cidadania.

Onde se enquadra o papel arquiteto neste exercício de cidadania? Enquanto prática social, a arquitetura tem a capacidade de poder interferir na vida pública e dessa forma ajudar a potenciar as relações cidadão-cidade. O arquiteto deve colocar-se no meio da “decadência” para servir de mediador entre o espaço que quer ser público e o seu potencial público. Isto é, face ao presente caótico deve procurar conhecer os referentes históricos, as práticas anteriores, não de forma a replicar o passado mas numa perspectiva crítica, para passar além do óbvio e do consensual do presente, de forma a poder projetar algo futuro. Projeto é mais do que uma simples resposta ao programa funcional de uma encomenda – é uma via de abertura do diálogo na cidade.

A “crise” ou melhor, a consciência da crise, não é o pessimismo do impasse, mas sim a condição base de vir a funcionar algo diferente. O complemento indispensável para essa perspectiva é a “decadência”. A “decadência” só acontece quando ela própria é adiada, isto é, quando se suspende a projectação, ou quando se usa o passado, pedindo emprestado o que já foi, recusando o que se tem. (S. Moura, relatório de estágio de arquitetura, 1980)

A cidade, na sua realidade complexa, é simultaneamente decadência material, nobilitação da consciência coletiva e desterritorialização social. Mas, ao contrário das pessoas, a cidade não experiencia a morte – os seus bairros são renomeados, reorganizados, reconstruídos e repopulados, mas não deixam de existir. A consciência dos limites físicos e do projeto deve conduzir-nos a pensar a cidade como uma criação coletiva e sustentável. Um investimento que, não resolvendo os problemas todos do presente, deseja ser consequente e por isso intemporal.

Bibliografia

- AUGOYARD, Jean-François et Martine Leroux, *Médiation artistiques urbaines*, Grenoble, Plan Urbain, 1999.
- BAUDRILLARD, Jean, *Simulacra and Simulations*, Selected Writings, ed Mark Poster, Stanford University Press, 1998.
- BIDOU, C. (dir.), *Retours en ville. Des processus de « gentrification » urbaine aux politiques de « revitalisation » des centres*, Paris, Descartes et Cie, 2003.
- BENJAMIN, Walter. *Paris, capital do século XIX*, in Flávio R. Kothe (org.), Walter Benjamin, São Paulo, Ática. by Lesley Williams Reid and Robert, [1955] 1985.
- BOURDIN, Alain, *L'Urbanisme D'Après Crise*, Éditions de l'Aube, 2010.
- CAMERON, Stuart et Jon Coaffe, *Art, gentrification and regeneration — from artist as pioneer to public arts*, 2005, in European Journal of Housing Policy, vol. 5, no 1, p. 39-58.
- CHADYCH, D., *Le Marais, évolution d'un paysage urbain*, Parigramme, Paris, 2010.
- CHARMES Éric, *Le retour à la rue comme support de la gentrification*, Espaces et sociétés, 2005/4 no 122, p. 115-135.
- CLERVAL, Anne, *La gentrification à Paris intra-muros : dynamiques spatiales, rapports sociaux et politiques publiques*, PhD Thesis, Université De Paris 1 – Panthéon Sorbonne École Doctorale De Géographie De Paris (Ed 434), 2008.
- CLERVAL, A., HARVEY, D., *Lutte des classes et aménagement du territoire. Introduction à la géographie marxiste*, 2013. (consultado em <http://basseintensite.internetdown.org/IMG/pdf/introgeo.pdf>)
- CLERVAL A., FLEURY A., *Politiques urbaines et gentrification, une analyse critique à partir du cas de Paris*, L'Espace Politique, 2009 (consultado online em <http://espacepolitique.revues.org/1314>)
- DEUTSCHE, Rosalyn, *Evictions: Art and Spatial Politics*, Cambridge, Massachusetts: The M.I.T. Press, 1996.
- DRUCKER, Peter F., *Sociedade Pós Capitalista*, Actual Editora, 2ª edição, 2005.
- EVENSON, Norma, *Paris: A century of change 1878-1978*, Yale, 1979.
- DUFAUX Frédéric, FOURCAUT Annie (dir.), *Le monde des grands ensembles*, Paris, Editions Créaphis, 2004.
- FEENBERG Andrew, FREEDMAN, James, *When Poetry Ruled the Streets: The May Events of 1968*, Suny Press, 2002.
- FLAMAND Jean-Paul, *Loger le peuple: essai sur l'histoire du logement social en France*, Paris, La Découverte, 369p, 1989.
- FLORIDA, R., *The Rise of the Creative Class : and how it's Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life*, New York, Basic Books, 2002.
- FREEMAN, Lance. *There Goes the Hood: Views of Gentrification from the Ground Up*. Temple University, 2006.
- FRIEDMAN, John. "The world-city hypothesis." *From World Cities in a World-System*, Paul L. Knox and Peter J. Taylor (eds), Cambridge UP, {1986} 1995, pp. 317–331.
- GODDARD, F., Castells, M., Delayre, H., Dessane, C. and O'Callaghan, C., *La Rénovation Urbaine à Paris: Structure Urbaine et Logique de Classe*. Mouton, Paris, 1973.
- GOURDON, J-L., *La rue. Essai sur l'économie de la forme urbaine*, La Tour d'Aigues, Éditions de l'Aube, 2001.
- GUILLERME, A. (sous la dir. de), *La rue n'est pas une route, Colloque européen du laboratoire Théorie des mutations urbaines*, Paris, 1987.
- HAMNETT, C., *Gentrification, post-industrialism and industrial and occupational restructuring in global cities*. in: Bridge, G. and Watson, S. (eds.) *A Companion to the City*. Blackwell, London, 1973.
- HAMNETT, C., "The Blind Men and the Elephant: The Explanation of Gentrification". *Transactions of the Institute of British Geographers* 16 (2): 173–89; 1991.
- HAMNETT, C., *Gentrifiers or Lemmings? A Response to Neil Smith*. *Transactions of the Institute of British Geographers* 17 (1): 116–9; 1992.
- HAJER, M. ; REIJNDORP, A., *In Search of New Public Domain*, Rotterdam, Naï Publishers, 2001.
- HALBERT, Ludovic, *Paris, métropole créative: clusters, milieux d'innovation et industries culturelles en Ile-de-France*, Paris, PUCA, 2008.
- HARVEY, D., *Paris, Capital of Modernity*, Routledge, 1 edition, 2005.
- HARVEY, D., *O Neoliberalismo: História e Implicações*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2013.

KASTEN, Scott, *Destroying the Mystique of Paris: How the Destruction of Les Halles Served as a Symbol for Gaullist Power and Modernization in 1960s and 1970s Paris*, Georgia State University, 2013.

KOOLHAAS, Rem, *Delirious New York: a retroactive manifesto for Manhattan*, Monacelli Press, 1994.

LE GOFF Jean-Pierre, *Mai 68, l'héritage impossible*, La Découverte, 1998.

LEFEBVRE, Henri, *O Direito à Cidade*, Estúdio-Lisboa, {1968} 2012.

LEY, D., *Artists, aestheticisation and the field of gentrification*, Urban Studies vol. 40, n° 12, 2003, p. 2527-2544.

LEY, David. *Alternative explanations for inner-city gentrification: a Canadian assessment*. Annals of the Association of American Geographers 1986, v. 76, pp. 521-535.

LEY, David. *Reply: the rent-gap revisited*. Annals of the Association of the American Geographers 1987, v. 77, pp. 465-468.

LOYER, F., *Paris XIXe siècle : l'immeuble et la rue*, Paris, Hazan, 1987.

LYNCH, K., *The Image of the City*, Cambridge, Massachusetts Institute of Technology Press, 1960.

LANG, Michael. *Gentrification Amid Urban Decline*. Massachusetts: Ballinger Publishing Company, 1982.

LEES, Loretta, et al. eds. *The Gentrification Reader*, New York and London: Routledge, 2010.

LEY, David 1994. *Gentrification and the politics of the new middle class*. Environment and Planning D: Society and Space 12: 53-74, 1994.

MARCUSE, P., *Abandonment, gentrification and displacement: the linkages in New York City*. in: Smith, N. and Williams P. (eds.) *Gentrification of the City*. Allen and Unwin, Winchester, MA, 1986.

MARCUSE, P., *Degentrification and advanced homelessness: New patterns, old processes*, Netherlands journal of housing and the built environment, June 1993, Volume 8, Issue 2, pp 177-191.

PANERAI, P., Castex, J., Depaule, J., *Formes urbaines de l'îlot à la barre*, Éditions Parenthèses, Marseille, 2012.

PALEN, J. John; London, Bruce, *Gentrification, Displacement, and Neighborhood Revitalization*, SUNY Press, 1984.

RICHARD Frédéric, Michelle GUILLON (dir.), *De la polarisation à la fragmentation socio-spatiale, processus de recomposition urbaine à Londres*, Th. doctorat: Géographie: Poitiers: 2001.

ROUSSEAU, Max, *La ville comme machine à mobilité*, Métropoles, 2008 (consultado em <http://metropoles.revues.org/2562>)

SAINT-JULIEN, Thérèse, LE GOIX Renaud (dir.), *La métropole parisienne: centralités, inégalités, proximités*, Paris, Belin, 2007, 333 p.

SASSEN Saskia, *The Global City: New York, London, Tokyo*, Princeton University Press, 1991.

SMITH, Neil, *Gentrification and the Rent Gap*, Annals of the Association of American Geographers, 1987.

SMITH, Neil, *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*, Routledge, London, 1996.

SMITH Neil, *New Globalism, new Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy*, Antipode, 34: 427-450, 2002.

SIMON, P., *Gentrification of Old Neighborhoods and Social Integration in Europe*, in *Cities of Europe*, (ed Y. Kazepov), Blackwell Publishing Ltd, Oxford, UK, 2008.

SOLNIT, Rebecca, and Susan Schwartzenberg, *Hollow City: The Siege of San Francisco and the Crisis of American Urbanism*, London: Verso, 2000.

TOMAS François, BLANC Jean-Noël, BONILLA Mario, *Les Grands Ensembles. Une histoire qui continue*, Saint- Etienne, Publications de l'Université de Saint-Etienne), 2003.

VAHTRAPUU Aili, *Le rôle des artistes dans la revitalisation des espaces urbains en déclin: pour une approche sensorielle de la ville*, Territoire en mouvement Revue de géographie et aménagement, 2013. (consultado em <http://tem.revues.org/2043>)

WALKER Stephen, *Art, Architecture and the Attack on Modernism*, Gordon Matta-Clark, I. B. Tauris & Co. Ltd, 2009.

ZUKIN Sharon, *Loft Living*, Rutgers UP, {1982} 1989.

